

RAIMUNDA CÉLIA TORRES

**A trajetória da assistência na Igreja Universal do Reino de Deus (IURD):
configurações e significados - um olhar sobre a Associação Beneficente
Cristã (ABC) do Rio de Janeiro**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, área de concentração em Ciências Sociais da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Ciência da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Ayres Camurça
Co-orientadora: Profa. Dra. Maria das Dores Campos Machado

Juiz de Fora
2007

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. Zwinglio Mota Dias

Titular: Prof^a. Dr^a. Maria das Dores Campos Machado

Titular: Prof. Dr. Yves Lesbaupin

Titular: Prof. Dr. Francisco Pereira Neto

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Ayres Camurça

AGRADECIMENTOS

Aos orientadores desse trabalho:

Prof. Dr. Marcelo Ayres Camurça,

Pela oportunidade da convivência acadêmica, através da qual pude constatar o conhecimento, a seriedade, a disciplina, a competência, a exigência, o respeito e a solidariedade de um docente comprometido com a tarefa de *ensinar a pensar*.

À ele agradeço

a provocação sobre a importância da dimensão *antropológica* no desenvolvimento desse estudo;
a contribuição acadêmica que possibilitou meus *primeiros passos* nessa direção,
a paciência e compreensão nos mais diversos *acidentes de percurso* desde a minha entrada no PPCIR,
o apoio e incentivo constantes,
a disponibilidade para leituras e comentários *em cima da hora* e, sobretudo, por não ter cedido
ao meu apelo *velado* de desistir da construção de algo que me parecia ter escapado do tempo e das mãos.

Obrigada, mestre amigo, e que venham novas interpretações!

Profa. Dra. Maria das Dores Campos Machado,

Pela disponibilidade de orientação e apoio anteriormente à minha entrada no Doutorado: o convite para participação no Seminário de Estudos sobre Cultura e Subjetividade, realizado na Escola de Serviço Social, em 2003, sob sua coordenação; os contatos que possibilitaram minha participação como *ouvinte* na disciplina ministrada pelas Profas. Dras. Cecília Mariz e Patrícia Birman, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Essas contribuições foram decisivas para a concretização do meu objetivo.

À ela agradeço,

às orientações decisivas no momento de redirecionamento da pesquisa para o Rio de Janeiro;
a socialização de livros, textos acadêmicos, material de pesquisa, etc. disponibilizados através do Grupo de Pesquisa *Religião e Espaço Público*, na ESS/UFRJ;
a disposição permanente em socializar informações, conhecimentos e oportunidades;
a generosidade que prevaleceu durante todo esse processo de *construção de conhecimento*.

Obrigada, Dodora, que continuem as pesquisas e as possibilidades de intervenção!

Ao Departamento de Psicologia/UFJF

Pelo afastamento parcial concedido

e pelo apoio nos momentos decisivos da conclusão desse trabalho.

À Maria,

mãe, *irmã e filha*,
por ter me proporcionando a tranquilidade necessária
à conclusão dessa etapa de nossas vidas,
aguardando com saúde e serenidade,
o desfecho dessa *jornada*.

Ao Lucas,

expressão de carinho constante,
exercício diário de companheirismo e solidariedade,
torcida silenciosa, que gritava em forma de bálsamo aos meus ouvidos:
“*Mãe, você vai conseguir! Você pode, você é capaz!*”.
Valeu, filho querido !

À Elcy,

Pela torcida e apoio há muito presente,
pela permanência de amizade e cumplicidade.

À amiga Cláudia,

presença constante na dimensão material, emocional e
espiritual do percurso de vida *partilhado* ...

À Fátima Tavares,

fonte de estímulo e apoio - inclusive na *última hora*,
no momento *limite* dessa jornada,
acreditando sempre que seria possível,
tecendo, ao seu modo,
a construção de uma grata amizade.

Aos colegas de PPCIR, Elienai e Rogério,

a contribuição de ambos foi essencial
na minha incursão no universo pentecostal juizforano,
atuando como *guias* importantes nesse processo,
abrindo caminhos para contatos indispensáveis
à realização da pesquisa nessa cidade.

À querida Marisa,

expressão de simpatia, alegria, bom-humor e paciência diária,
elementos que amenizaram bastante o enfretamento do dia-a-dia.
Não consigo imaginar a *dureza* dessa *travessia* sem sua participação.
Valeu, Marisa!

Aos familiares e amigos,

Que de perto ou de longe, cada um ao seu modo,
reforçava o refrão de Malu: “Vai, Vai”,
imediatamente retrucado: “Num vai, num vai dar!”
À todos vocês, agradeço a torcida e o apoio
nesse delicado momento de escolha: “ou isso aquilo!”

Ao Rodrigo,

Meu norte,

Luz, brilhante

Suporte,

Cúmplice, amante

Materialização e magia

Desse instante ...

(Sem você, a valsa não seria possível!)

Ou isto ou aquilo

Cecília Meireles

**Ou se tem a chuva e não se tem o sol,
Ou se tem sol e não se tem chuva,
Ou se calça a luva e não se põe o anel,
Ou se põe o anel e não se calça a luva,
Quem sobe nos ares não fica no chão,
Quem fica no chão não sobe nos ares.
É uma grande pena que não se possa,
Estar ao mesmo tempo em dois lugares.
Ou guardo o dinheiro e não compro o doce,
Ou compro o doce e gasto o dinheiro.
Ou isto ou aquilo, ou isto ou aquilo...
E vivo escolhendo o dia inteiro
Não sei se brinco, não sei se estudo
Se saio correndo ou fico tranquilo
Mas não consegui entender ainda,
Se é isto ou aquilo!**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1: Assistência e Religião no Brasil: percursos e conexões	14
1.1. Situando o campo assistencial brasileiro	14
1.2. O processo de construção da assistência social no Brasil: breve incursão histórica	22
1.3. O perfil contemporâneo da Assistência Social: rupturas e continuidades	42
CAPÍTULO 2: A Igreja Universal do Reino de Deus: pentecostalismo e ação social	59
2.1. O movimento pentecostal no Brasil: antecedentes históricos e tentativas de classificação	56
2.2. O surgimento da Igreja Universal do Reino de Deus: contextualização e caracterização do fenômeno iurdiano no país	63
2.3. Situando o universo iurdiano no campo assistencial: breve retrospectiva	70
CAPÍTULO 3: Um <i>retrato falado</i> do campo assistencial da ABC: novas tendências ou antigas configurações?	88
3.1. Surgimento e caracterização da ABC: situando o campo assistencial iurdiano	89
3.2. As motivações em torno da criação da ABC: dádiva x legitimação social no universo assistencial iurdiano	103
3.3. Novas configurações do campo assistencial da ABC: diversificação das atividades e imbricação com o campo político	111
3.4. Concepções de assistência presentes no interior da ABC/IURD: uma categoria polissêmica?	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
BIBLIOGRAFIA	141

RESUMO

No Brasil, conexões importantes entre os temas Religião e Assistência são largamente observadas na literatura especializada. Ao longo do processo de constituição de políticas sociais no país, a igreja católica exerceu papel importante no campo assistencial. Contudo, a presença de espíritas, protestantes e pentecostais também é observada nessa área - indicando-nos que em terras brasileiras a assistência transita em territórios sagrados desde o início de nossa história.

No caso específico desse estudo, interessa-nos investigar a atuação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) no campo assistencial brasileiro objetivando identificar, compreender e analisar os elementos constitutivos de sua trajetória: a composição inicial, as mutações ocorridas, a configuração atual desse campo - destacando-se aí o papel desempenhado pela *Associação Beneficente Cristã (ABC)/RJ*.

Neste sentido, torna-se imprescindível refletir, por exemplo, sobre os seguintes aspectos: de que forma temas como mobilização social, sociedade civil, direitos e cidadania estão sendo incorporados às práticas sociais desenvolvidas por essa denominação? Qual a concepção de pobreza (causas, conseqüências, significados - e o seu respectivo enfrentamento) presente nestas ações? Como se constitui o campo valórico destas práticas - solidariedade, fraternidade, cidadania, participação?

O investimento analítico acerca dessas questões visa alcançar uma compreensão mais ampla das propostas e intervenções que configuram o universo assistencial iurdiano mais recentemente: caridade, filantropia, cidadania, ou a superposição desses modelos de legitimação social?

O estudo está dividido em três capítulos. O primeiro deles aborda o processo de construção da assistência social no Brasil, buscando identificar as conexões existentes entre religião e assistência ao longo desse percurso. O segundo visa contextualizar o universo neopentecostal iurdiano, bem como o campo assistencial da referida denominação. O terceiro e último capítulo apresenta um perfil aproximado da Associação Beneficente Cristã (ABC), através do qual será possível identificar novas e/ou antigas configurações presentes no âmbito institucional da ABC e da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

Abstract

In Brazil, important connections between the themes Religion and Assistance are widely observed in specialized literature. Throughout the evolution of social policies in the Country, the Catholic Church has played an important role in the field of assistance. However, Spiritists, Protestants and Pentecostals also work in this area – indicating that, in Brazil, assistance transits in sacred territory since the beginning of our history.

In the specific case of this study, our interest is in investigating the role of the Universal Church of the Kingdom of God (IURD) in the field of assistance in Brazil. Our goal is to identify, understand and analyze the elements that constitute its trajectory: its initial composition, the mutations that occurred and how things are today – with particular emphasis to the role played by the *Christian Beneficent Association* (ABC) from Rio de Janeiro.

For this purpose, it is vital to reflect, for example, on the following aspects: how are themes such as social mobilization, civil society, rights, and citizenship being incorporated into the social practices developed by this denomination? What is the conception of poverty (causes, consequences, meaning – and, consequently, how it is dealt with) behind these actions? Around which values are these practices organized – solidarity, fraternity, citizenship, participation?

Our analysis of these questions aims to reach a wider understanding of the proposals and interventions that form Iurdian universe of assistance: charity, philanthropy, citizenship, or the superposition of these models of social legitimization?

The study is divided into three chapters. The first deals with the process by which social assistance has been constructed in Brazil, and seeks to identify the existing connections between religion and assistance along this path. The second seeks to contextualize the Iurdian Neopentecostal universe, as well as the kind of assistance it offers. The third and last chapter presents an approximate profile of ABC, through which it will be possible to identify new and/or older configurations in the institutional scope of ABC and IURD.

INTRODUÇÃO

A escolha do tema

Revisitando lembranças e memórias do passado percebi que a decisão de direcionar o meu Doutorado para esse tema de estudo recebeu influência direta e decisiva da minha própria escolha profissional: uma forte ligação com a Igreja Católica propiciou minhas primeiras incursões no campo assistencial, levando-me a optar pelo Serviço Social como profissão.

Durante todo o processo de formação profissional a relação entre os temas Religião e Assistência sempre esteve presente, ora pautada em elementos do *sensu comum*, ora fundamentada nos aportes teóricos que a graduação oferecia, porém, sempre aguçando minha curiosidade sobre o assunto, fazendo brotar (mais tarde) o desejo de aprofundar academicamente a questão.

Hoje, avalio que a formação específica em Serviço Social me permitiu observar com maior nitidez a manifestação dessa suposta imbricação, e que o exercício da docência na graduação desse curso me permitiu compreender com clareza que conhecer melhor o fenômeno facilitaria o trânsito nesse delicado terreno - fatos que, seguramente, impulsionaram a decisão de investir academicamente nessa direção.

Com esse firme propósito, decidi que minha inserção num programa de Doutorado deveria possibilitar a concretização dessa idéia, transformando-a num projeto efetivo de pesquisa sobre o tema.

No processo de amadurecimento e definição do meu projeto de qualificação profissional, elegi a área das *Ciências da Religião* como campo de estudo, por considerar que essa área de conhecimento permitiria associar à graduação em Serviço Social, conteúdos formativos indispensáveis à reflexão/ação acerca dessa antiga e permanente conexão. Desses conteúdos, destaca-se a abordagem sociológica e antropológica referentes à constituição, configuração e dinâmica de operação do campo religioso brasileiro atual.

Nesse sentido, a escolha e motivação do presente estudo fundamenta-se na idéia de que a ampliação de investimentos acadêmicos nessa área de interseção (tanto no âmbito das Ciências da Religião, quanto no interior do Serviço Social), poderá contribuir não apenas para os assistentes sociais - os chamados profissionais da assistência -, mas também para outros atores que operam e transitam nesse vastíssimo campo permeado por *religiosidades e ações sociais*.

A constatação da existência de conexões importantes entre os temas *Religião e Assistência* no Brasil é, pois, o pressuposto inicial do presente trabalho. Assim, parto do princípio de que a associação entre os dois temas é fato inegável e corriqueiro. Ao longo do tempo, essa articulação se fez de forma sempre tão imediata que permitiu torná-la – no campo do *senso comum* -, aparentemente auto-explicável.

No entanto, embora seja indiscutível que em terras brasileiras pobreza e campo assistencial transitam em territórios sagrados desde o início de nossa história, observa-se que, no *campo científico*, não são muito freqüentes pesquisas que se ocupam com estas interconexões.

No caso brasileiro, uma breve retrospectiva histórica sobre a *Assistência Social*, por exemplo, torna inegável essa estreita relação. É interessante observar que se incluirmos neste histórico o surgimento do *Assistente Social* como profissional qualificado especificamente para atuar no campo assistencial, esta relação tornar-se-á ainda mais reveladora: o surgimento das primeiras escolas de *Serviço Social*¹ está relacionado aos desdobramentos *da Ação Social e da Ação Católica*, tornando evidente as estreitas relações entre religião e suas protoformas profissionais.

Indubitavelmente, portanto, a Religião interfere, simultaneamente, tanto no campo assistencial brasileiro (e nas suas respectivas protoformas de políticas sociais), quanto no surgimento de uma profissão especificamente qualificada para atuar nesse campo – o *Serviço*

1 A influência da religião no Serviço Social é presença unânime na bibliografia profissional; sua influência na prática dos assistentes sociais, no entendimento da história da profissão, e no perfil profissional destes *trabalhadores sociais* é inquestionável. Registra-se, portanto, que Serviço Social e Religião estão inegavelmente imbricados; os laços de união que os *atrelam* vinculam-se ao processo de origem do Serviço Social como profissão.

Social. Em ambos os casos, trata-se da influência marcante da *Igreja Católica*, conforme demonstram suas respectivas análises histórico-conjunturais².

Contudo, apesar do protagonismo exercido por essa Igreja no campo da assistência em diferentes momentos históricos do país, a presença de outros territórios sagrados nessa área é indiscutível. A literatura especializada demonstra que a realização de atividades de cunho assistencial tem sido, ao longo do tempo, prática habitualmente exercida pelos diversos atores que compõem o campo religioso brasileiro. Católicos, espíritas, protestantes e pentecostais, representantes das religiões afro-brasileiras - todos -, ao seu modo, seguem lançando sementes na área social do seu respectivo território sagrado.

No entanto, a produção acadêmica sobre as entidades assistenciais relacionadas tanto ao mundo protestante quanto ao espírita é ainda bastante escassa. Do ponto de vista quantitativo, não foi possível identificar dados que permitam uma avaliação da participação das entidades ligadas ao campo religioso no universo total da assistência brasileira. Das diferentes áreas religiosas somente a católica³ tem pesquisas estatísticas sobre essa questão. Em relação aos espíritas, embora existam registros de atividades assistenciais desenvolvidas por esse segmento religioso, já a partir da introdução dos primeiros grupos implantados no país, somente a partir dos anos 1970 esses trabalhos adquirem maior visibilidade (Giumbelli, 1995). No que se refere aos evangélicos, Machado (2001) assinala que a literatura especializada indica a *educação* como área preferencial dos históricos ao longo de grande parte do século XX, registrando também o envolvimento cada vez maior de grupos pentecostais e neopentecostais em atividades assistenciais, multiplicando-se as entidades nesse campo a partir dos anos 1990.

Considero, portanto, que estudos visando identificar, com maior precisão, o lugar ocupado por outras Igrejas no campo assistencial brasileiro é tarefa importante e necessária.

No caso específico desse estudo, interessa-nos investigar as conexões existentes entre Religião e Assistência no âmbito da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), através da análise do campo assistencial (surgimento, configuração, concepções de assistência) da Associação Beneficente Cristã (ABC) - entidade filantrópica vinculada a essa denominação,

2 No caso do Serviço Social, a estreita relação entre assistência e Religião é redimensionada somente após a chamada *reconceituação* – com a influência da tradição marxista.

3 Um exemplo disso é o levantamento de dados realizado em 1982 (CNBB, 1983) no qual consta a presença de 10.236 obras sociais (Landim, 1993).

criada em 1994, com o objetivo de coordenar as atividades sociais desenvolvidas pela IURD, objetivando a ampliação dessas ações e também a racionalização de suas iniciativas.

Gostaria de esclarecer aqui que a definição da IURD como objeto específico desse estudo fundamenta-se em dois elementos que considero centrais para essa decisão. O primeiro deles diz respeito à minha própria experiência religiosa. Na minha avaliação, os laços estabelecidos com a Igreja Católica durante muitos anos, através da participação em ações sociais da Igreja e da militância no campo católico, tornava inviável a incorporação desse ator religioso como objeto específico, uma vez que o nível de envolvimento pessoal anteriormente estabelecido poderia comprometer e/ou dificultar o processo de análise a ser empreendido. Assim, prevaleceu a escolha de um perfil de identidade religiosa diferente e distanciada daquela que fundamentou as experiências pessoais vivenciadas, na expectativa de que o distanciamento e/ou estranhamento do objeto definido favorecesse um tipo de análise menos comprometida e/ou tendenciosa.

Reforçando a opção por essa denominação intrigava-me, sobretudo, qual deveria ser a concepção de assistência (e a respectiva configuração do campo assistencial) de uma igreja cuja representação social em torno de sua identidade aponta para as seguintes características:

acomodação em relação aos valores das sociedades capitalistas, dinheiro com conotação e valor teológico positivos, Teologia da Prosperidade contrária ao mundo moderno e anti-pedagógica; fiéis com vigorosos consumidores; técnicas de marketing das igrejas neo-pentecostais; discurso religioso marcado pelo neoliberalismo econômico; abandono do fatalismo por parte dos fiéis, enfrentamento de crises pessoais por parte dos fiéis, pentecostalismo materialmente útil aos crentes, etc. (Apgua, 1999:14).

O segundo elemento considerado decisivo nessa escolha, refere-se a constatação da superioridade numérica⁴ dos pentecostais e neopentecostais na comunidade protestante do Rio de Janeiro, bem como da crescente participação desses atores no campo assistencial. No caso da IURD, essa participação extrapola o âmbito pastoral, e inter-conecta-se com instituições formalmente responsáveis pela implementação da política de assistência no Estado - soma-se a esses fatores, o destaque alcançado pela Universal no processo político eleitoral⁵ no estado. Afinal, conforme salienta Machado, “*independentemente da curta*

4 Machado salienta que de acordo com o Censo de 1991 representavam 13% da população fluminense (Machado, 2001).

5 No processo eleitoral de 1998, elegeu o governador e a vice-governadora do estado do RJ, além de 9 deputados estaduais, e 10 deputados federais (idem).

história e de dados que comprovem os impactos das iniciativas sociais, é indiscutível a projeção alcançada pela Universal do Reino de Deus frente aos outros grupos” (Idem, 2002: 2).

Assim, interessa-nos indagar acerca das motivações, concepções, objetivos e significados das ações sociais da ABC, buscando explorar o grande campo de significações da *assistência* no qual se conecta o econômico, o político, e o religioso: estaria ela associada a questões de fundo moral? Seria a solidariedade, a fraternidade, ou mesmo a busca do significado da vida o que a motiva? Estaria a assistência tomada pelo sagrado, pelo religioso, apenas? Ou estaria ela articulada a interesses políticos, eleitorais, institucionais? Em que medida coloca-se como garantia de direitos, consolidação de cidadania?

As condições da pesquisa

O tema desenvolvido na presente Tese de Doutorado foi originalmente apresentado ao Programa de Doutorado em Ciências da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPCIR/UFJF), como uma proposta de pesquisa a ser desenvolvida no referido programa sob o título “*Religião e Assistência Social: territórios sagrados e campo assistencial – a influência da Igreja Universal do Reino de Deus na esfera pública (o caso do município do Rio de Janeiro),*” durante a Seleção realizada em 2002/2.

Contudo, acontecimentos de ordem pessoal ocasionaram minha transferência para Juiz de Fora (através de permuta de vaga entre a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora) - fato que impossibilitou a efetivação do referido projeto. Em decorrência da minha permuta de vaga, o Doutorado inicialmente planejado com liberação integral teve que se adaptar às condições de trabalho na nova Unidade de Ensino, impossibilitando meu afastamento total e, conseqüentemente, a obtenção de Bolsa e/ou apoio institucional que assegurasse dedicação exclusiva ao referido projeto, bem como recursos financeiros necessários à realização da pesquisa de campo num outro estado/município. Assim, além da redefinição de ‘*rumo*’ no Curso de Doutorado recém-iniciado, tornou-se também necessário uma reorientação do Projeto de pesquisa originalmente apresentado.

Os reajustes e redefinição dessa proposta foram amadurecidos principalmente, durante a realização do “*Seminário de Doutorado*”, disciplina ministrada pelo Prof. Marcelo Ayres Camurça - que muito contribuiu para a reformulação do Projeto. A partir daí, o universo a ser investigado foi redirecionado para o município de Juiz de Fora, mantendo-se o objeto de estudo anteriormente proposto, constituindo-se no Projeto intitulado “*Religião e Assistência: cidadania social no campo assistencial da IURD – o caso do município de Juiz de Fora*”.

Através da pesquisa realizada em Juiz de Fora, tive a oportunidade de iniciar o processo de contato direto com essa denominação, iniciando-se também a sensação de *estranhamento* que me acompanhou durante boa parte da realização da pesquisa.

Antes, porém, resolvi conhecer a dinâmica interna de uma igreja pentecostal, por julgar que essa aproximação poderia, por um lado, favorecer minha compreensão do universo neo-pentecostal e, por outro, possibilitar a obtenção de informações sobre lideranças iurdianas locais - dado importante no processo de pesquisa a ser iniciado. Com esse propósito, busquei identificar, em Juiz de Fora, uma liderança pentecostal disposta a me acompanhar como *guia* nesse percurso de aproximação do meu objeto de estudo. Identificado o *guia*, visitei um templo da Assembléia de Deus (AD) em Juiz de Fora e entrevistei uma liderança local buscando identificar semelhanças e/ou diferenças que pudessem contribuir para minha aproximação com a IURD - inclusive em relação à dinâmica do campo assistencial da AD.

Ao visitar templos da IURD e conversar com fiéis, obreiros e Pastores, percebi que a idéia inicial que me levou a escolha do *outro*, do *diferente* - apesar de fecunda -, apresentava inúmeros desafios que, se não resolvidos inicialmente, poderiam comprometer o desenvolvimento do trabalho. Mais do que *estranhamento*, percebi que tratava-se mesmo de preconceito, de um acentuado juízo de valor em relação a um outro universo, que não o meu próprio.

Minha primeira dificuldade foi participar de um culto da Universal sem manifestar, no momento das ofertas, minha posição sobre o que o Pastor estava sugerindo. Aos poucos, porém, fui acompanhando mais serenamente esse ritual e, ao final, já me sentia capaz de observar e analisar detalhes do funcionamento da igreja e de seu corpo de fiéis, sem que um desconforto pessoal interferisse negativamente nessas observações. Em Juiz de Fora, portanto, realizei a etapa preliminar do trabalho de campo, inaugurando o efetivo exercício como pesquisadora na área.

Ao entrevistar Pastores e obreiros, percebi que havia um grande descompasso em relação ao que cada um deles conhecia da ABC. Os Pastores entrevistados discorriam com precisão sobre papel e significado da entidade, já os obreiros apresentavam um certo desconhecimento do seu funcionamento. Os Pastores informavam que a ABC encontrava-se desativada naquele município; já os obreiros passavam informações diferenciadas sobre o seu funcionamento em Juiz de Fora: *“Ela funciona ali nos fundos, no estacionamento da Cadetral. É só a sra. falar com o manobrista que ele vai lhe informar”* (R. obreira da IURD/JF). *“ABC? Ah! Tá fechada no momento. Acho que a igreja não tá mais atendendo lá não”* (M. obreira da IURD/JF).

Através das entrevistas realizadas com os Pastores fui informada que a ABC estava desativada também em Belo Horizonte. Nenhum deles quis afirmar os motivos dessa decisão institucional, porém deixavam subentendido que na concepção da IURD (no caso de Belo Horizonte e Juiz de Fora), o trabalho social deveria ser realizado no formato de Campanhas, em caráter de emergência e/ou calamidade pública. Um dos Pastores, eleito vereador como representante da igreja, justificou essa posição da seguinte forma: *“Acho que a igreja já fez a parte dela, elegendo seus representantes. Agora é hora da gente trabalhar. Eu mesmo já estou começando um trabalho com crianças num bairro da periferia daqui de Juiz de Fora. A igreja me botou aqui. Eu tenho que retribuir isso no social”* (Pastor Carlos).

O conteúdo dessa afirmação parece apontar para uma tendência diferenciada daquela observada na ABC/RJ, cujos representantes políticos privilegiam a entidade filantrópica da própria denominação para os feitos sociais, aproximando-se mais da perspectiva⁶ de ação de outras denominações evangélicas que estão investindo na realização de obras próprias.

Tive ainda a oportunidade de conversar com um ex-vereador ligado a IURD - no momento assessorando um deputado estadual (eleito por Juiz de Fora), cuja passagem pela igreja foi bastante atuante, considerado uma espécie de arquivo institucional. Esse membro da igreja informou que o trabalho da ABC havia sido interrompido em Juiz de Fora. Além disso, confirmou também as informações sobre o não funcionamento da ABC em BH, acrescentando um outro dado: o não funcionamento da ABC em todo o estado de Minas. Sobre os motivos

⁶Tendência observada no Rio de Janeiro, conforme indicam os dados da pesquisa intitulada *“Religião, Política e Assistencialismo no Rio de Janeiro”*, realizada na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2002, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria das Dores Campos Machado.

dessa interrupção, alegou os mesmos motivos apontados pelo Pastor Carlos: a igreja trabalha na área social de forma pontual, através de atividades assistenciais eventuais, ficando para seus representantes políticos a tarefa de realizar ações sociais mais estruturadas e/ou duradouras.

É interessante notar que as conversas informais e as entrevistas realizadas com os Pastores foram marcadas sempre tentando evitar que soubessem que estavam sendo entrevistados por uma mesma pessoa. Com isso, queria evitar que discutissem entre si as informações repassadas, garantindo o mais possível captar a opinião pessoal de cada um deles. Evidentemente não posso garantir que não trocaram opiniões sobre o assunto, mas penso que o fato de ter procurado templos diferentes, além de abordá-los sempre de forma inesperada, dificultou bastante a troca de opiniões entre eles.

Portanto, através das informações obtidas durante minha breve incursão no universo iurdiano de Juiz de Fora, foi possível identificar que a ABC estava desativada no momento da pesquisa (2005) não apenas neste município, mas em todo o estado de Minas Gerais.

Em relação a essa constatação, é interessante registrar um fato bastante curioso no que se refere a ABC/JF: o local onde funcionava a sede da entidade continua com a identificação da ABC (nome, logotipo, CNPJ). Eu mesma tive o cuidado de verificar esse dado *in loco*. Estive lá por diversas vezes para confirmar a desativação da sede, e pude constatar também que ali funcionava o grupo da Juventude da IURD (preparação de novas lideranças pastorais). Porém, sempre perguntava ao funcionário de plantão do estacionamento da igreja local (onde a ex-sede está situada), sobre as atividades da ABC no local, e a resposta era sempre a mesma: não está mais em funcionamento.

Esse fato me chamou bastante atenção porque coincide com outras situações identificadas em sedes da ABC no Rio de Janeiro. Fica, portanto, a seguinte reflexão: qual a real dimensão de crescimento (sobretudo quantitativo) da ABC? A prática de abrir e fechar sede (sem mesmo o cuidado de retirar placas e/ou propaganda que possam sugerir a um transeunte mais desatento não poderia contribuir para uma imagem distorcida dessa expansão? As mudanças permanente de endereços (conforme identificado na pesquisa no Rio de Janeiro) não poderia indicar uma frágil estruturação, e uma expansão ainda *fragmentada* da instituição? Assim como informações sobre realização de cursos e/ou outros atendimentos divulgados em panfletos distribuídos ou em circulação na internet não necessariamente são

oferecidos ou implementados pela instituição, não poderia ocorrer que o funcionamento das filiais divulgadas seja de natureza mais midiática que real? Essa é uma questão que será retomada no decorrer do trabalho.

Retornando à pesquisa de campo realizada em Juiz de Fora, a constatação da inexistência da atuação da ABC tornou inviável a realização da pesquisa proposta nesse município. Assim, o universo de investigação desloca-se mais uma vez, retornando ao seu ponto de partida inicial: o município do Rio de Janeiro. Com base na idéia originalmente proposta, configura-se o tema que constitui o objeto de estudo da Tese ora apresentada: “*A trajetória da assistência na Igreja Universal do Reino de Deus (IURD): configurações e significados – um olhar sobre a Associação Beneficente Cristã (ABC) do Rio de Janeiro*”.

Inegavelmente, as alterações ocorridas no decorrer do processo de pesquisa resultaram em dificuldades concretas envolvendo a questão de tempo, de investimento emocional, acadêmico e financeiro, que interferiram negativamente no seu percurso metodológico. Acrescenta-se a esses fatores, as dificuldades relativas ao desenvolvimento da pesquisa no Rio de Janeiro: falta de recursos financeiros, ausência de liberação de carga horária institucional e, sobretudo, disponibilidade de tempo para percorrer o universo proposto dentro do prazo previsto.

Contudo, as maiores dificuldades foram registradas em relação a *entrada* no campo propriamente dita: penetrar no interior da ABC foi uma grande aventura. Essa aventura foi compartilhada com a Prof^a. Maria das Dores Campos Machado, cuja contribuição - nessa delicada fase do trabalho -, foi decisiva para o desenvolvimento da pesquisa. Além de *abrir portas* que favoreceram minha entrada no universo iurdiano no Rio de Janeiro, a Prof^a. Maria das Dores disponibilizou e socializou dados de pesquisas por ela realizadas que foram fundamentais para o meu *estágio* na IURD e na ABC desse município.

Inicialmente, cheguei a ABC de forma anônima, tentando me comportar como um usuário comum, à procura ou à espera de algum serviço ou de alguma informação. Essa situação era favorecida pelo intenso movimento local, que muito contribuía para que minha presença não fosse registrada de forma significativa. Enquanto lá permanecia, observava o movimento institucional de forma atenta e discreta, conversava com alguns usuários e funcionários, e logo após a saída registrava todas as observações no meu diário de campo.

No entanto, essa postura de *observadora anônima* não durou muito tempo. Na terceira

visita, a atendente da recepção perguntou “*em que podia ser útil*”, e eu prontamente respondi que desejava conversar com alguém do *Serviço Social*. Ao ser recebida por uma estagiária desse setor disse que gostaria de conversar com o Presidente da ABC (meu objetivo era marcar uma entrevista) mas não mencionei os motivos do meu interesse em encontrá-lo. Desde o início, minha estratégia era ir ganhando tempo para continuar minha *observação participante*, pois temia que ao explicitar os motivos de minha presença a instituição inviabilizasse a continuidade do trabalho.

Enquanto aguardava a confirmação do encontro com o Presidente da entidade, ia dando continuidade ao meu principal objetivo naquela etapa: continuar observando. Durante todo o processo de espera (ao todo, três idas à instituição) continuei sem mencionar os motivos do encontro pretendido com o Pastor-presidente, e aproveitava para continuar observando. A essa altura, já havia estabelecido relações de empatia com o setor de Serviço Social e, aos poucos, me aproximava cada vez mais de S., ocupante do cargo de “*gerente administrativo do serviço social*”. A impossibilidade do encontro era provocada, em parte, pela estratégia de *abordagem* por mim utilizada, pois procurava ir sempre nos dias e horários menos prováveis de encontrar o Pastor - assim, enquanto esperava, tinha garantida a permissão para continuar observando.

No entanto, após quatro visitas supostamente à procura do Pastor, o assistente social da instituição informou que o mesmo gostaria de saber o assunto da conversa pretendida (em nenhum momento eu havia me referido a esse encontro como uma entrevista). Somente a partir desse momento explicitiei meu interesse, porém procurei apresentá-lo de forma bastante sutil e despretenciosa, buscando evocar o mais possível a identidade do profissional (assistente social) com quem estabelecera relação, na expectativa de que este interpretasse e recebesse a pesquisa de maneira positiva, da forma menos ameaçadora possível.

Essa estratégia funcionou temporariamente. O assistente social e os demais estagiários entusiasmaram-se pelo assunto (que, evidentemente, não fora apresentado com maiores detalhes), demonstrando interesse e disposição em marcar a pretendida reunião com o Presidente da entidade. Permaneci aguardando um retorno, dessa vez não mais no saguão de espera, mas na própria sala do Serviço Social, aproveitando a ocasião para obter informações sobre projetos, funcionamento das atividades, estruturação da equipe, etc. Finalmente,

conseguiram acertar o encontro, com data e horário previamente estabelecidos. Voltei bastante entusiasmada, sobretudo, porque obtive bastante informações importantes.

Porém, felizmente, o encontro não aconteceu. O Presidente foi convidado a assumir outro cargo na hierarquia da IURD, e eu deveria esperar a eleição para substituí-lo, já que havia deixado o cargo exatamente porque estava bastante envolvido com funções importantes da igreja, fora da cidade. Esse acontecimento foi decisivo para a efetivação da minha pesquisa de campo. A essa altura, já havia me familiarizado com a equipe executiva da ABC, fato que viabilizou as entrevistas com a coordenação de Projetos, com a Coordenação de Cursos, com Voluntários, com o coordenador do *Projeto Idade Feliz*, e com o próprio assistente social. Além disso, tive acesso a projetos, relatórios, panfletos informativos, lista de parceiros, lista de entidades para encaminhamento, estatutos e regimento interno da ABC.

Essa oportunidade de coleta de dados e informações *in loco*, diretamente com a equipe, durou aproximadamente dois meses. Após a eleição do novo presidente aconteceu um fato novo: ao ser remarcada a entrevista, a secretária executiva pediu maiores esclarecimentos sobre o assunto do encontro, disse que iria consultar o Pastor e que daria o retorno posteriormente. A resposta veio muito tempo depois: não só o presidente não daria entrevista como a instituição estaria impossibilitada de me passar qualquer tipo de informação sobre o funcionamento da entidade. A partir desse momento, a equipe local também foi orientada a não repassar dados sobre o trabalho realizado pela ABC. Justificando a negativa, a secretária executiva fez a seguinte afirmação: “nós não temos interesse em divulgar nosso trabalho, nós não precisamos de propaganda. Portanto, qualquer tipo de pesquisa não nos interessa, seja pra falar mal, seja pra falar bem da gente (S. membro da Secretaria Executiva da Diretoria da ABC).

Nessa etapa da pesquisa, finalmente se revelou o caráter persecutório da Universal sinalizado por Mafra (2001); Giumbelli (2002); Birman (2001), entre outros. Na ocasião, membros da Diretoria aparentavam preocupação (e um certo desconforto) em relação à possibilidade de falar sobre a identidade institucional (tanto da IURD, quanto da ABC): o que eram, o que faziam, como faziam, porque faziam, para quem faziam, etc. Percebia-se, ainda, um certo temor de serem mal-interpretados, julgados culpados por algo (ou por alguém).

É importante salientar que a partir desse episódio o contato era feito apenas com a Diretoria Executiva da ABC, já que a equipe executiva estava devidamente orientada a não

passar informações sem a devida autorização da Diretoria. Foram muitas as tentativas de marcar a entrevista, todas foram feitas por telefone. As negativas foram sucessivas. Tentei falar pessoalmente com o Pastor mas também não obtive sucesso. Na tentativa de atingir meu objetivo, apelei, então, para uma outra estratégia.

Assim, retomei o contato com o Pastor Carlos, da Universal em Juiz de Fora, e solicitei dele a gentileza de intermediar uma entrevista com o Presidente da ABC no Rio de Janeiro, dizendo apenas que estava com dificuldades de localizá-lo, sem mencionar as sucessivas negativas recebidas. Para minha surpresa, a própria secretária executiva ligou, marcando data e hora da entrevista. Evidentemente, estava consciente dos riscos e da necessidade de relativização de informações provenientes de um encontro dessa natureza: intermediado por terceiros, bem próximo do nosso usual “*você sabe com quem está falando?*”

Foi possível observar, a partir daquele encontro, uma posição bastante ‘*armada*’, um discurso nitidamente performático, visando demonstrar transparência e honestidade por parte da Diretoria da ABC, colocando à disposição dados que pudessem confirmar essas informações. Dali, posso afirmar que o elemento mais fecundo foi a reflexão pessoal que a entrevista me propiciou: os dados obtidos são sempre de grande valor, mesmo em situações difíceis podem se tornar úteis e fecundos. Apesar do contexto desfavorável, o encontro com o Pastor me permitiu captar impressões, manifestações e subsídios acerca do meu objeto de estudo muito além dos dados que uma entrevista realizada naquelas circunstâncias poderia produzir.

É importante esclarecer, contudo, que as demais entrevistas foram realizadas em outros contextos, sem intermediação de atores da IURD ou da ABC, e com grau de esforço e investimento pessoal dentro da normalidade do contexto de uma pesquisa empírica.

Além de tentar ilustrar e traduzir o percurso metodológico realizado, esse breve histórico pretende também justificar a idéia de diferenciação entre base e cúpula, desenvolvida no terceiro capítulo deste trabalho. Portanto, gostaria de esclarecer que estou entendendo por *base* os setores que compõem o cotidiano institucional da IURD/ABC (fiéis, obreiros, funcionários e voluntários), isto é, a equipe diretamente envolvida com a realização da ação social *lá na ponta*, na relação direta com o usuário. Por *cúpula*, estou entendendo as esferas que idealizam, planejam e indicam as estratégias institucionais que devem ser

seguidas pela *base* (o Conselho de Bispos, os dirigentes dos grupos empresariais ligados a igreja, o presidente da ABC, etc.)

Com base nos dados da pesquisa, avalio que essas duas esferas possuem lógicas de operação diferenciadas, nem sempre coincidindo com idéias e/ou encaminhamentos de questões centrais relacionadas a ABC. Naturalmente não estou afirmando aqui que a *base* é independente e autônoma em relação à hierarquia institucional, porém isso não invalida uma certa relativização da idéia de consonância total com certos princípios operacionais no âmbito institucional.

Na minha opinião, o relato dos acontecimentos em torno do desenvolvimento da pesquisa de campo, tornou evidente a diferença de postura entre essas duas esferas, assim como parece ser diferente a postura de ambas em relação à motivação primeira da criação da ABC (idéia desenvolvida também no capítulo 3).

De toda forma, é importante lembrar que a condução metodológica dessa pesquisa utiliza a *fala*, o *discurso*, o *dado* do informante como *ponto de partida* e não como *ponto de chegada* da análise a ser empreendida. Isto implica dizer que é preciso relativizar também o que informa as bases, tendo em vista que o percurso metodológico em questão não prevê a diversificação de recursos que possibilitem a confirmação e/ou aprofundamento dos dados fornecidos (tal como alertado em relação à expansão de filiais da ABC no Rio de Janeiro).

Portanto, é oportuno reafirmar que a tentativa aqui empreendida consiste em colocar em diálogo os dados empíricos e os aportes teóricos utilizados, buscando apresentar, a partir daí, uma terceira construção (que pode ou não coincidir com as duas já existentes). Afinal, trata-se, fundamentalmente, de contribuir para a construção de '*outras interpretações*'.

Nessa busca de interpretações, a *Pesquisa de Campo* consistiu em entrevistas realizadas com representantes vinculadas a ABC (políticos, pastores, obreiros, funcionários voluntários - em Juiz de Fora, cinco entrevistas; no Rio de Janeiro, oito); Visitas a templos da IURD (em Juiz de Fora: Catedral, São Pedro e Cascatinha; no Rio de Janeiro: São Cristovão e Botafogo); Observações de campo (na sede desativada da ABC em Juiz de Fora, na sede da ABC em São Gonçalo e na sede da ABC/RJ); Levantamento e análise documental (Estatutos, Regimentos, Projetos, relatórios, panfletos informativos etc.).

É importante registrar que a referida *Pesquisa de Campo* ocorreu no período compreendido entre março/2005 e maio/2006.

Além disso, uma *Análise bibliográfica*, visando a formulação de referencial teórico-analítico que possibilitasse a interpretação dos dados empíricos apontados pela pesquisa de campo foi também realizada. A referida análise pautou-se em dois eixos temáticos básicos: *políticas públicas e assistência social* e *campo religioso brasileiro* - enfatizando a corrente pentecostal e neopentecostal, buscando identificar conexões existentes com o campo assistencial do país.

Estrutura da Tese

A Tese está estruturada em três capítulos. O primeiro deles tem como objetivo apresentar as diferentes formas e concepções de ajuda presentes na trajetória da humanidade, bem como discutir o processo de constituição da assistência (suas diferentes etapas) no Brasil, buscando apontar as conexões existentes entre assistência e religião, ao longo desse percurso.

No segundo capítulo, será abordado, num primeiro momento, a caracterização da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) no campo pentecostal e, em seguida, a identificação do universo iurdiano no campo assistencial, buscando evidenciar as mutações ocorridas ao longo do processo de implementação e sedimentação dessa área de atuação da IURD.

Finalmente, no terceiro capítulo, serão apresentados os resultados da pesquisa realizada visando desvelar, essencialmente, a(s) concepção(ões); o(s) significado(os); o(s) efeito(os) da assistência no âmbito institucional: no território religioso iurdiano seria a assistência uma categoria polissêmica?

Pretende-se, com a realização desse estudo, ampliar as reflexões sobre o campo assistencial da IURD/ABC buscando identificar motivações, concepções e significados em torno da assistência no âmbito institucional.

CAPÍTULO 1: Assistência e Religião no Brasil: percursos e conexões

1.1. Situando o campo assistencial brasileiro

Ao longo do tempo, diferentes formas e concepções de ajuda foram se configurando na trajetória da humanidade. A recorrência dessa prática fundamenta-se no princípio da fragilidade como uma condição inerente à natureza humana, justificando-se assim, a construção permanente de categorias como: carentes, necessitados e doentes, etc, enfim, aqueles que sem o apoio externo não conseguirão reverter a situação desfavorável a qual estão submetidos.

Essa prática de ajuda ao outro adquire, com a civilização judaico-cristã, uma concepção de força moral de conduta baseada nos valores da caridade e benemerência. Pautados no princípio de transitoriedade da vida terrena e no consolo dos aflitos como forma de transcender essa transitoriedade, esses valores inspiraram inúmeros exemplos de ações de solidariedade. Assim, *“a solidariedade social diante dos pobres, dos viajantes, dos doentes, dos incapazes, dos mais frágeis, se inscreve sob diversas formas nas normas morais de diferentes sociedades”* (Sposati et alli, 1985: 40).

Historicamente, verifica-se que grupos filantrópicos e religiosos foram conformando diferentes práticas de ajuda e apoio bem como mobilizando esforços para a abertura de instituições (tanto pelas companhias religiosas como pela caridade leiga). Essas práticas desenvolveram-se ora sob a égide da caridade e benemerência, ora sob os princípios da filantropia, traduzidas em assistência e/ou assistencialismo. Posteriormente, tornam-se ações de direito social - configuradas como política pública de assistência social a partir da reestruturação do Estado, iniciada nos países desenvolvidos no último quartel do século XIX e consolidada na segunda metade do século XX⁷. Nesse sentido, o conhecimento e identificação de conceitos e significados destas categorias de ajuda - notadamente aquelas de matriz

⁷ Como veremos adiante, no caso brasileiro, a concepção de assistência como direito só se efetivará a partir da Constituição Federal de 1988.

religiosa - nos permite compreender de forma mais ampla a formatação do campo assistencial brasileiro.

Vejamos, pois, de forma bastante sucinta, algumas das expressões dessas práticas na realidade brasileira.

De acordo com Quiroga (2001) a **caridade**, entendida como o desdobramento do princípio básico do “amor ao próximo” é componente básico (e altamente valorizado) do quadro de virtudes de quase todos os sistemas religiosos - principalmente no cristianismo⁸. O exercício dessa virtude (através de esmolas e doações) contribuía para amenizar a culpa do enriquecimento dos mais favorecidos garantindo-lhes a salvação. Os mais pobres, por sua vez, poderiam alcançar a salvação exercitando essa virtude suprema através da humildade, isto é, aceitando sem revolta o benefício concedido. Dessa forma, ricos e pobres associavam-se na busca da redenção a partir da constituição de um comércio entre “ambas as partes que resulta na organização e justificação simbólica de uma ordem desigual da sociedade” (op. cit., 43).

Conforme assinala a autora, é importante notar que para além da configuração religiosa das ações sociais realizadas, em nome da caridade estruturaram-se instâncias econômicas, sociais e políticas de grande abrangência. Portanto, a caridade pode ser considerada o ponto de partida para a construção de um amplo conjunto institucional (hospitais, asilos, casas de recolhimento, educandários e institutos), bem como um elemento constituinte do processo de organização social dominante no Brasil colonial, através das irmandades religiosas⁹.

A **benemerência**, concebida como uma ação do dom, da bondade, concretiza-se através da ajuda ao outro. Segundo Sposati (1994), pode ser exercida através de duas modalidades: *ad hoc* ou *in hoc*. A primeira modalidade¹⁰ consiste na ajuda sob a forma de

⁸No cristianismo, caridade, fé e esperança constituem uma tríade de virtudes teológicas consideradas imprescindíveis à vida cristã (Quiroga, 2001).

⁹Entendidas como “ (...) associações leigas que consistiam na reunião voluntária de pessoas que perseguiram um objetivo comum, (...) com a finalidade de proteger seus membros, exercer alguma obra de caridade e promover o incremento do culto público” (Correia, 1994).

¹⁰Observa-se a presença desse tipo de ação nos mais variados níveis tornando-se, inclusive, alvo de inúmeras regulamentações: “a nobreza criou o “esmoler” para recolher o benefício e os “vinteneiros” para verificar a necessidade; a Igreja criou os diáconos, que visitavam os assistidos e mediam suas necessidades; as misericórdias coletavam esmolas para ajudar principalmente os órfãos e se constituíram na primeira forma organizada de assistência; os “bodos” foram também uma forma de acesso dos pobres a alimentos distribuídos pela igreja” (Mestriner, 2001:15).

esmola, auxílio material ou moral. A segunda expressa-se através da ação institucionalizada¹¹.

Do grego *philos* (amor) e *antropos* (homem), a **filantropia** refere-se ao amor do homem pelo ser humano, ao amor pela humanidade, inserindo-se no campo filosófico, moral, dos valores - como o altruísmo e a comiserção. No sentido mais restrito, vincula-se à preocupação com aquele que nada tem e, de forma mais ampla, refere-se a um sentimento mais humanitário¹² em relação à garantia de condição digna de vida - uma preocupação com o bem-estar público, coletivo. É considerada também uma versão laicizante da concepção católica de caridade, cuja racionalidade chegou a conformar uma escola social positiva (Mestriner, 2001).

A **assistência**, por sua vez, é historicamente reconhecida como prática comum de ajuda ao outro. Uma prática antiga, que extrapola tanto os limites da civilização judaico-cristã quanto os horizontes das sociedades capitalistas. No seu sentido mais lato, a assistência

significa auxílio, socorro. Onde quer que haja uma necessidade que o interessado não pode resolver por si e não consiga pagar com o seu dinheiro, a assistência tem o seu lugar. Assistência a famintos, a sedentos, nus, desabrigados, doentes, tristes, transviados, impacientes, desesperados, mal aconselhados, pobres de pão ou pobres de consolação, tudo é assistência, auxílio, socorro (Correia, 1999: 13).

Portanto, necessária não só do ponto de vista material, mas também moral, a assistência coloca-se onde quer que ocorra uma falta, uma ausência, tendo sempre o ser humano como centro de sua atenção.

Prática social fundamentada na cosmovisão construída pelas religiões e, principalmente, por seus princípios éticos e humanistas, a assistência era realizada, tipicamente, por algumas vertentes religiosas¹³(Simões, 2000). Na sociedade moderna, contudo, será uma das ações incorporadas pelo Estado como uma responsabilidade pública.

A literatura especializada demonstra que a assistência, entendida como prática exercida em prol dos mais desfavorecidos - seja em nome da caridade e da fé cristã, seja

¹¹ São as obras de internação (asilos, orfanatos, abrigos) e as obras 'abertas' (espaços de apoio que funcionam como elo entre a família e as demais modalidades de atendimento institucionais (Sposati, 1994).

¹² Com a preocupação de praticar o bem, confunde-se com a solidariedade que, por sua vez, remete a um voluntarismo que expressa-se a partir da natureza da relação, e não no estatuto jurídico da relação (Mestriner, 2001).

¹³ No Brasil, catolicismo e espiritismo destacam-se como promotores de inúmeras campanhas e de muitos trabalhos solidamente institucionalizados de ajuda e promoção social.

através da mediação do Estado, com o objetivo de amenizar o conflito social -, é uma prática antiga direcionada aos mais pobres, geralmente exercida sem nenhum critério de seleção ou elegibilidade que carrega consigo uma noção implícita de favor.

É importante salientar que durante muito tempo assistência e assistencialismo¹⁴ estiveram de tal forma vinculados que qualquer tentativa de diferenciação tornava-se praticamente impossível. Ambas constituíram-se como práticas bastante distanciadas da concepção de direito, motivadas por interesses bastante diferenciados: religiosos, humanitários, políticos, etc. (Souza, 2001).

Embora considerada fenômeno relevante e permanentemente presente do ponto de vista empírico e histórico, somente recentemente a Assistência tem sido objeto de reflexões científicas. São poucos os esforços intelectuais voltados para a construção de uma base analítico-conceitual do fenômeno e, neste vácuo, amplia-se o leque de representações e significados ao seu respeito - decorrendo daí sua posição de permanente alvo de prenoções.

No Brasil, esta área se estruturou nas relações com a sociedade civil e no interior do Estado desenrolando-se – ao longo de décadas, como doações de auxílios, revestida pela forma de tutela, de benesse, de favor, sem superar o caráter de prática circunstancial, secundária e imediatista ¹⁵.

Conforme assinala Correia (1999: 11) a assistência é concebida pelo senso comum como *“um conjunto muito variado de práticas, que abrangem as intervenções filantrópicas, religiosas ou laicas, os centros de defesa de direitos, as ações do Estado, as instituições de utilidade pública, as sem-fins lucrativos”*.

Observa-se, portanto, que a representação social sobre assistência aí sugerida atribui-lhe significados que acabam contribuindo por um lado, para a ampliação¹⁶ de um vastíssimo leque de intervenções e, por outro, para a ausência de precisão daquilo que lhe é específico.

¹⁴O assistencialismo consiste na potencialização do sentimento de gratidão que, na maioria das vezes, expressa-se através de voto ou apoio político - colocando o receptor numa posição de subalternidade, transformando-o em um eterno dependente, inteiramente à mercê do benfeitor (Souza, 2006).

¹⁵ Sempre direcionada a segmentos da população que vivem sob o signo perverso da exclusão, não cumpre a perspectiva cidadã de ruptura e subalternidade. O Estado se mantém resistindo a idéia de conformá-la claramente como política, fato que só ocorre com a Constituição Federal de 1988.

¹⁶ Essa ampliação de significados contribui para o fortalecimento da idéia de que o trabalho assistencial é composto por uma prática indiferenciada, requisitando menos conhecimentos teóricos do que bom senso e, portanto, realizado por pessoas que não necessariamente foram capacitados para tal.

Na tentativa de alcançar uma melhor definição quanto às denominações e significados dessas ações evoca-se o termo *assistência social* que, diferentemente das práticas assistenciais e/ou assistencialistas, delimita a ação a um campo: *o social*. Nesse sentido, a *assistência social* institucionaliza uma prática, imprime uma racionalidade, constrói um conhecimento acerca de um conjunto de ações e atividades desenvolvidas na área pública ou na área privada, com o objetivo de suprir, sanar ou prevenir, por meio de métodos e técnicas próprias, deficiências e necessidades de indivíduos ou grupos quanto à sobrevivência, convivência e autonomia social.

Uma breve retrospectiva acerca da profissionalização da assistência indica, por exemplo, que sua ocorrência fundamentou-se exatamente na recusa da cosmovisão que orientava as formas típicas de assistência realizada pelas diversas vertentes religiosas, confirmando a afirmação de que “*a Assistência Social não é, no entanto, realizada apenas por voluntários religiosos que, na busca da salvação, ou no cumprimento do preceito de que ‘deve-se amar ao próximo como a si mesmo’ (...); há também inúmeros trabalhadores sociais, ou assistentes sociais, que fazem, da ação assistencial uma profissão*” (Simões, 2000:31). Presume-se, portanto, que a *assistência social* concebida como prática social de ajuda científica ou empírica pode ser executada tanto a partir do corpo doutrinário religioso, como a partir do conhecimento teórico¹⁷ acumulado historicamente.

No entanto, é importante registrar que é somente a partir da Constituição Federal de 1988¹⁸ que a Assistência Social¹⁹ no Brasil insere-se num novo campo: o campo dos direitos. Formulada como política pública, constitui-se como direito de cidadania, tornando-se

¹⁷ Simões afirma que no ethos de uma profissão está compreendido um conjunto de conhecimentos baseados em fundamentações teóricas distintas das religiosas, e em uma racionalidade burocrática e instrumental essencialmente distinta das ações voluntárias caritativas (Simões,2000).

¹⁸Pela primeira vez na história, a Constituição Federal conferiu um novo estatuto à Assistência Social, conceituando-a como política de Seguridade Social, ao lado da Saúde e da Previdência Social. Sua normatização ocorre com a homologação da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei no. 8.742, de 7/12/93), que regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal/1988, e estabeleceu as competências relativas às três esferas.

¹⁹De acordo com essa nova perspectiva, compete à Política de Assistência Social “prover os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”(Loas, Art. 1º). Nesse sentido, refere-se à implementação de benefícios, serviços, programas e projetos executados de forma direta ou indireta (por meio de convênios e parcerias) com recursos públicos, direcionados a crianças e adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, população em situação de rua e desempregados, tendo a família como foco privilegiado (Souza, 2006).

responsabilidade e dever do Estado garantir o acesso da população às demais políticas sociais. Nessa perspectiva, a Assistência Social ganha *status* de política social²⁰, transforma-se em um princípio universal - rompendo com a tradição clientelista, assistencialista e excludente que prevaleceu durante um longo período da nossa história, e passando a comprometer-se com a construção de provimento de mínimos sociais de inclusão (Oliveira, 2003). Antes disso, porém, longo foi o processo de gestação desta concepção ainda em amadurecimento e consolidação - conforme demonstra um breve olhar retrospectivo lançado na sua direção.

Verifica-se, portanto, que a definição do perfil contemporâneo da assistência está baseada nas diferentes formas de ajuda que foi se configurando na trajetória da humanidade, ao longo do tempo. Estas diferentes formas de ajuda traduzem as diferentes formas de pensar e (representar) não só o papel dos atores envolvidos mas também a forma de produzir e reproduzir a vida social²¹. No caso brasileiro, observa-se a predominância de três modelos básicos de legitimação do campo social : caridade, filantropia e justiça (Quiroga, 2001).

Os diferentes modelos de intervenção social (com seus respectivos conceitos, configurações e significados) atuaram de forma hegemônica em determinados períodos – sem que isso tenha significado exclusividade de ação. Contudo, a trajetória e o tempo de duração de cada um deles está diretamente relacionados às diferentes determinações econômicas, políticas e socioculturais vividas no país (Mestriner, 2001).

No percurso de manifestação desses modelos reconhece-se que a filantropia tem permeado o debate relativo à assistência social, decorrendo daí inúmeros equívocos²² e ambigüidades. Inegavelmente, a identificação da assistência social com a filantropia e

²⁰Contudo, é importante registrar que, no caso brasileiro, essa política de assistência social foi estruturada de forma tardia, deparando-se com um quadro de miséria que a obriga a canalizar suas ações para os pobres e desvalidos. A preocupação com a pobreza, pois, torna-se fundamental para compreendermos sua institucionalização.

²¹ Neste sentido, é oportuno lembrar que o 'problema da pobreza' – campo propulsor da assistência - nem sempre foi considerado um 'problema' ou um fenômeno disfuncional para a vida das sociedades, devendo por esse motivo ser enfrentado e resolvido para sua segurança e progresso material (Pereira, 1996).

²²Na opinião de Ferreira, esses equívocos são conseqüências da ausência de demarcação das fronteiras público/privado e ocorrem não por desconhecimento das diferenças e antagonismos existentes entre as duas expressões. Na verdade, "*trata-se de uma atitude orientada por uma intencionalidade de manutenção da assistência sob a ótica do dever moral e submetida a interesses clientelistas e paternalistas*" (Ferreira, 2000:67). Reforçando essa idéia, Faleiros avalia que a filantropia surge "*na relação entre grupos ou classes dominantes e dominadas (...) enquanto doação do supérfluo dos ricos aos pobres, tratando-se, pois, de uma relação de poder através da doação*" (Faleiros, 1997:8). Nesta perspectiva, filantropia é um conceito absolutamente compatível com as culturas tecnocrática e clientelista.

benemerência tem povoado com frequência o imaginário social brasileiro. No senso comum, prevalece a idéia de que são conceitos²³ intercambiáveis (principalmente caridade e filantropia), entendidos como sinônimos²⁴, portanto, como substituto um do outro.

No entanto, vale lembrar que com a expansão do conceito de justiça²⁵, o direito advindo de uma condição de igualdade (mesmo que apenas formal) passa a ser incorporado como operador de legitimação²⁶ do campo assistencial rompendo, portanto, com a concepção de assistência como um dever moral.

Nesse sentido, verifica-se a conformação de um quadro de superposição de modelos de intervenção social - fato que contribui para a ampliação, manutenção e fortalecimento do quadro de ambigüidades historicamente construído no país em torno dos conceitos e significados da assistência.

Uma breve análise da situação contemporânea nos indica o alto grau de complexidade tanto da realidade social quanto das modalidades de atuação exercidas sobre a mesma. As profundas transformações econômico-produtivas implicam em mudanças substantivas no mundo do trabalho, portanto, nas condições de emprego e proteção social. Mudanças profundas também ocorrem na esfera estatal - e nas suas respectivas políticas. E, no universo cultural e valórico as alterações são inegáveis. No campo da organização social e

²³Na opinião de Mestriner, entendidas “*como expressões de altruísmo, solidariedade e ajuda ao outro, envolvem desde atitudes ocasionais até formas institucionais praticadas por organizações sem fins lucrativos; ou, no campo político, formas da regulação do favor - o “toma lá dá cá” - quer pelo primordismo, quer pela concessão de benesses por representantes políticos*” (Mestriner, 2001:13).

²⁴É importante esclarecer, contudo, que o universo filantrópico é radicalmente distinto do campo da assistência social: a primeira insere-se no domínio das motivações particulares, enquanto a segunda está atrelada ao domínio do que é público, devendo responsabilizar-se pela implementação de direitos, e não de favores. Portanto, alicerçam práticas distintas e modelos históricos diferenciados, embora tenham em comum o fato de operarem no campo da assistência e da proteção de grupos pauperizados através de esferas privadas.

²⁵No Brasil, a ampliação do conceito de justiça como base legitimadora do campo assistencial será germinada sob a influência dos ‘ares’ republicano, contudo, sua formalização (especialmente na área de proteção ao trabalho), ocorrerá somente a partir do aparato institucional e legal do pós-30. Portanto, é somente a partir da segunda metade do século XX que o conceito de justiça coloca-se, efetivamente, como elemento legitimador das intervenções sociais. Vale salientar que foi exatamente essa perspectiva de universalização de direitos que conduziu, política e ideologicamente, a elaboração (e aprovação) da Constituição Federal de 1988, bem como um conjunto de regulações daí decorrentes: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Estatuto da Terra, etc.

²⁶Com base nesta concepção, os pobres, os doentes, os velhos, os ociosos, etc. - considerados objetos da caridade tradicional e da ação disciplinar da filantropia higienista -, serão paulatinamente incorporados como sujeitos de justiça e objetos do dever jurídico (Quiroga, 2001).

do associativismo, a sociedade brasileira também vivencia enormes transformações²⁷. No entanto, os modelos de intervenção social historicamente identificados permanecem presentes no campo assistencial brasileiro contemporâneo, verificando-se a coexistência dos três modelos históricos (e ainda atuais) de intervenção social. Na avaliação de Quiroga, “*em torno desses três conceitos, se estruturaram, atores individuais e coletivos, formas e utopias de intervenção sendo também a eles anexados outros conceitos, utilizados como operadores de ação de práticas sociais: compaixão, socorro, beneficência, assistência pública, etc*”(Quiroga, 2001:42).

Dessa forma, altruísmo, humanitarismo e filantropia são retomados para renomear o tempo presente - um tempo que introduz o conceito de justiça também como operador de legitimação do campo assistencial. Os referidos conceitos “*funcionam como operadores de legitimação, e manejam todo um universo simbólico que justifica socialmente e dá sentido à existência de instituições e à ação de sujeitos sociais que, em termos reais, opera respondendo a distintas funções sociais. Essas, freqüentemente, permanecem ocultas sendo papel da pesquisa e do pensamento crítico desvendá-las*” (Idem, 2001:42).

Nesse sentido, distinguir as configurações assumidas pela assistência ao longo de sua abrangência histórica é tarefa necessária e imprescindível para uma maior compreensão e análise do processo de construção do seu perfil atual. Vejamos, pois, de forma mais específica, o percurso da assistência, destacando as grandes metamorfoses ocorridas no cenário nacional - de perfil eminentemente assistencialista, tornar-se-á instrumento legalmente constituído, assegurado constitucionalmente como um dos elementos que compõe o tripé da política de seguridade social no país: a Assistência Social.

1.2. O processo de construção da assistência social no Brasil: breve incursão histórica

Período Colonial: a marca do sagrado nas protoformas da Assistência Social

²⁷Essas transformações iniciam-se durante o período ditatorial, são ampliadas durante o processo de redemocratização e tornam-se mais complexas e híbridas durante a década de 90 - momento do surgimento de novos sujeitos coletivos e também de mudanças de objetivos e lógicas políticas (e de operação) dos antigos atores.

Uma das características do período colonial que merece destaque no desenvolvimento desse item refere-se ao regime de padroado²⁸, sistema vigente no país durante aproximadamente quatro séculos. Conforme sabemos, esse sistema consistia no poder concedido ao Estado de exercer, simultaneamente, o governo civil e religioso - fato que torna a imbricação entre as esferas civil e religiosa uma decorrência inevitável. Indubitavelmente, a marcante presença do catolicismo como religião oficial (durante a maior parte da história do país) tem suas raízes fincadas nesse episódio histórico, marcando definitivamente a gênese e configuração do campo religioso brasileiro.

Ao analisarmos o perfil da realidade econômica, política e social do Brasil colônia, constata-se que sua estrutura básica está alicerçada no modelo de economia colonial com base em regimes trabalhistas escravocratas ou semi-servis, visando complementar a economia da metrópole.

A organização espacial da sociedade brasileira, nesse período, nos remete ao cenário da casa grande e senzala, do canavial e engenho, da capela ... - territórios submetidos ao domínio senhorial nos quais originam-se e consolidam-se relações de perfil tipicamente autoritário e patriarcal. É importante destacar que no âmbito das relações de classe estabelecidas no referido contexto sócio-econômico e político origina-se uma prática social visivelmente presente na sociedade colonial: a prática do favor²⁹. Landim chama a atenção para o fato de ser essa uma estratégia considerada imprescindível à sobrevivência num contexto marcado por relações pessoalizadas no qual *“era preciso estabelecer e atualizar relações de dependência baseadas em alianças de reciprocidades verticais, o clientelismo - onde se troca individualizadamente proteção e favores por lealdade e serviços”*(Landim, 1993: 12).

²⁸De acordo com os padrões vigentes durante o ciclo das conquistas coloniais, o papado atribuía à Coroa portuguesa o controle sobre a igreja nas terras recém-descobertas. Portanto, com base de legitimação assentada nesse sistema o Estado intermedia, diretamente, a chegada de missionários, a fundação de dioceses e paróquias, a instalação de ordens religiosas e a fundação de conventos - além de interferir na avaliação e aprovação de documentação eclesiástica.

²⁹Segundo Cerqueira Filho (1982) esse modelo propiciou a constituição de três classes diferenciadas: latifundiários, escravos e foreiros. Originalmente, a prática do favor localiza-se nessa terceira classe, pois não sendo nem proprietários nem escravos, os foreiros dependiam do favor para ter acesso à vida social. Contudo, o *“favor”* aparece também na classe dos latifundiários, sendo no âmbito destas duas classes que a ideologia do favor irá se desenvolver de forma efetiva no país.

É interessante notar que a igreja católica que se instala no Brasil desempenha importante papel no processo de legitimação do poder político do Estado colonizador. A contribuição dessa vertente do catolicismo para a construção e sedimentação do perfil autoritário, patriarcal e clientelista da sociedade brasileira no período colonial é bastante significativa.

Em relação à composição e desenvolvimento do campo religioso desse período, observa-se que a constituição do catolicismo colonial orienta-se a partir de um catolicismo com viés essencialmente leigo, cuja constituição viabiliza-se a partir do processo de descentralização e de acentuada fragilidade da organização do aparelho religioso vinculado ao regime de padroado vigente - fator que propicia grande identificação e aproximação com as práticas do chamado catolicismo popular³⁰.

Esta configuração inicial favorece, no âmbito institucional, o surgimento de um conjunto de organismos sociais com o propósito de atender aos chamados necessitados³¹: os ignorantes, presos e transgressores, doentes, pobres - famintos e nus, velhos e mortos. Trata-se das chamadas “associações voluntárias”, entidades privadas de serviços sociais, saúde, educação, lazer e convivência social criadas inicialmente, basicamente no espaço da igreja católica - campo no qual as confrarias ³², irmandades³³ e ordens religiosas³⁴ exercerão papel fundamental.

³⁰Um catolicismo “permeado de tradições medievais ibéricas, que veio para cá com os colonos e se desenvolveu através de uma enorme quantidade de agentes leigos não articulados entre si, os quais se encarregavam dos trabalhos religiosos diante de um corpo clerical reduzido e segmentado. É o catolicismo dos santos padroeiros, das devoções, das festas, das romarias, dos santuários e capelas erigidas por toda parte pela população, das confrarias, o qual prescinde no cotidiano da mediação de especialistas eclesiásticos para funcionar” (Landim, 1993:14).

³¹Estas categorias permearão as diferentes áreas definidas pelos estados modernos como objeto de intervenção: o ensino, a administração, a justiça, a saúde e a proteção social (Quiroga, 2001).

³²Associações com personalidade jurídica, reconhecidas pelo direito eclesiástico e civil, com governo interno e atividades externas independentes da autoridade eclesiástica. A grande maioria era de natureza devocional, embora existissem aquelas de caráter mais corporativo, representando diferentes setores sociais. Irmandade da Misericórdia, Irmandade da Santa Cruz dos Militares, Irmandade dos Homens Pretos, Brancos, Pardos, etc. são alguns dos exemplos dessas organizações que prestavam aos seus membros socorro financeiro e médico, e garantiam o enterro em cemitério da própria entidade. Além disso, investiam em casas de caridade ou asilos para indigentes (Landim, 1993).

³³Dentre as formas organizativas das Confrarias, destaca-se a Irmandade de Misericórdia, responsável pelos primeiros hospitais, asilos e manicômios brasileiros que dedicava-se, através das Santas Casas, ao cumprimento das sete obras corporais estipuladas pela Irmandade em Lisboa: “curar os enfermos, remir os cativos, visitar os presos, cobrir os nus, dar de comer aos famintos, dar de beber a quem tem sede, dar pouso aos peregrinos e enterrar os mortos (Garcia apud Landim, 1993:14.).

O padrão assistencial predominante no período pautava-se no princípio da caridade concebendo o “*amor ao próximo*” como uma virtude inestimável do cristianismo - presente também em praticamente todos os sistemas religiosos. Conforme assinala Quiroga (2001: 43),

a caridade representava a via por excelência da salvação e as esmolas e doações, os valores de troca através dos quais se desculpabilizava o dinheiro e o enriquecimento. A humildade caberia aos pobres que aceitando, sem revolta, sua condição permitiriam o exercício da virtude suprema da caridade. Forma-se um comércio entre ricos e pobres em benefício de ambas as partes que resulta na organização e justificação simbólica de uma ordem desigual de sociedade.

A literatura especializada demonstra que a caridade operou como mola propulsora de construção, implementação e gerenciamento de um amplo conjunto de ações assistenciais: hospitais, asilos e casa de recolhimento, educandários e institutos, além de supervisão e assistência às cadeias públicas e administração de enterros e cemitérios.

É exatamente nesse contexto que a Santa Casa de Misericórdia assumirá papel de destaque no processo de implementação desse modelo expressando-se, por um lado, enquanto organismo de intervenção social com a finalidade última de exercer a caridade cristã e, por outro, como mecanismo de intervenção de grande abrangência, através do qual em nome dessa mesma caridade, implementa práticas sociais que - extrapolando em muito os limites de uma perspectiva religiosa ou assistencial - estruturaram instâncias econômicas, sociais e políticas da sociedade colonial (Quiroga, 2001).

Com base nos preceitos acima relacionados a igreja assume com vigor o mandato social das obras de misericórdia, intermedia a doação de dinheiro, bens, e testamentos para instituições religiosas que ocuparão lugar de destaque na acumulação patrimonial e de riquezas (não somente na metrópole mas também na colônia). Além disso, membros das Irmandades dispunham de privilégios e prestígio social conferidos por esta organização, fato que motivava muitos dos dirigentes coloniais a assumirem cargos de direção nas referidas entidades.

Contudo, com o permanente crescimento e autonomia de ação das ordens religiosas e congregações os conflitos³⁵ com o governo colonial tornam-se freqüentes, pondo em risco a

³⁴Presença imprescindível no processo de ação missionária-colonizadora portuguesa no Brasil, as Ordens são apontadas também como implementadoras de ações nas áreas de assistência social, saúde e educação de natureza mais elaborada. Jesuítas, beneditinos, franciscanos e carmelitas têm inserção privilegiada nesse período.

³⁵Em conseqüência disso, em 1759 a Companhia de Jesus é expulsa do Brasil (e de Portugal) -

aliança até então estabelecida entre igreja e Estado - razão pela qual no final da era colonial as ordens religiosas já não apresentam o mesmo vigor e brilho do período inicial .

Com base no exposto, torna-se evidente que durante os primeiros séculos da colonização a igreja católica desempenha papel indiscutivelmente importante como órgão público organizador da sociedade civil, tendo em vista que nesse contexto histórico a vida social constituía-se basicamente de espaços institucionais de natureza religiosa (oratórios, capelas, confrarias, irmandades, paróquias, dioceses, etc.), os quais funcionavam como *“registro civil, como escolas, instâncias de resolução de conflitos entre indivíduos e entre famílias, como centros de festas e de lazer, e mesmo como organizações de ajuda mútua, de assistência médica e social”*(Oliveira, 1985 : 230).

Além disso, sua presença constante na promoção de organizações responsáveis por ações na área da assistência social, do ensino, da saúde - sempre com o mandato do Estado - foi de grande relevância para o processo de gestação das chamadas atividades filantrópicas na época colonial, constituindo-se efetivamente no grande protagonista na construção das protoformas da assistência social no Brasil.

Verifica-se, portanto, que a assistência implementada nesse período configura-se como uma ação de natureza caritativa, desenvolvida por entidades de fronteiras ambíguas, sem clara demarcação entre público e privado, entre objetivos confessionais e civis *“um tipo de assistência marcada pela lógica de autoridade tradicional, onde cabe aos senhores a iniciativa da proteção aos pobres, segundo o sistema hierárquico do dom e da lealdade”* (Landim, 1993: 16).

Na avaliação de Quiroga, o padrão assistencial que prevaleceu durante todo o período colonial *“representou, na verdade, um grande modelo de organização econômica, social, de poder político e patrimonial articulado e, exercendo funções fundamentais, à manutenção da dominação colonial do País”* (Quiroga, 2001: 43). Esse modelo se manterá hegemônico até o final do período imperial, quando a filantropia higienista (fundamentada principalmente nos saberes médico e jurídico) entrará em cena e disputará com o padrão

época do fortalecimento do regalismo. Instala-se uma grande crise na educação e nas outras áreas de assistência social e o país entra no século XIX com um sistema educacional e de saúde precário.

assistencial vigente, poder e influência na construção de novas concepções, metodologias e formas de intervenção social no país.

O advento da República e as metamorfoses dos campos religioso e social

Para os objetivos do presente trabalho, cabe ressaltar, em relação à fase Imperial brasileira, que, do ponto de vista econômico, esse período expressa a crise da economia colonial e a estruturação da economia mercantil escravista que servirá de transição para a constituição da economia exportadora capitalista (baseada na produção cafeeira) que se consolidará na Primeira República (Cardoso de Melo, 1998). Do ponto de vista político, o Império representa para o País o esforço de construção da identidade e unidade nacional.

Nesse contexto, consolida-se as bases do poder local, através da instituição da Guarda Nacional, na medida em que irá conferir status público, portanto poder político, às lideranças econômicas locais, formando a estrutura sobre a qual organizar-se-á o sistema coronelista.

Fernandes (1981: 103-125), analisará esse processo como aburguesamento, principalmente no setor cafeeiro, do proprietário rural e sua transformação em fazendeiro homem de negócio, ao mesmo tempo em que ocorre no setor comercial uma busca de status aristocrático, próprio dos proprietários rurais. Assim, o fazendeiro homem de negócio apesar de se aburguesar, mantém seu poder junto à fazenda, à família e à comunidade local. Em outras palavras, o novo homem de negócio preserva sua dimensão coronel que vem sendo desenvolvida desde a criação da Guarda Nacional.

Esses “fazendeiros homens de negócio” formaram a oligarquia agrária que conduziu a proclamação da República e que hegemonizará a condução política e econômica durante a República Velha.

Dessa forma, e devido ao fato de o Estado não considerar os problemas sociais como de sua responsabilidade, a estrutura da assistência continuou sendo desenvolvida, principalmente, através das organizações religiosas, porém com a concorrência, agora de forma ampliada, das intervenções das lideranças locais que, em troca de apoio político,

implementarão ações assistenciais, configurando, assim, a expansão da lógica clientelista no campo assistencial.

Portanto, a formatação do Brasil republicano será alicerçada nas transformações ocorridas durante o século XIX (independência, monarquia, abolição, período pré-industrial) cujas conseqüências terão desdobramentos que seguirão interferindo no decorrer de todo o século seguinte.

Nesse sentido, a independência política e proclamação da república, no caso brasileiro, não podem ser vistos e analisados como processos políticos de ruptura, mas sim como processos históricos que contribuem para a sedimentação da concepção política até então implementada: o protagonismo central dos interesses agrários no controle do Estado. Portanto, o advento da república representou, na prática, *“a consolidação de um compromisso entre o governo central e o conjunto de estruturas de poder regionais que, até o século XVIII, haviam se constituído em núcleos razoavelmente isolados, verdadeiros ‘estados’ autônomos”* (Landim, 1993: 17).

No entanto, simultânea e contraditoriamente à manutenção da estrutura agro-exportadora iniciou-se, de forma embrionária, a industrialização e urbanização do País. Nesse campo, o projeto político do regime recém inaugurado no país baseava-se na implementação do trabalho assalariado (tanto para o imigrante pobre quanto para o ex-escravo) construindo-se assim uma nova ideologia do trabalho: o trabalho como um bem, como um valor positivo, como elemento ordenador da sociedade - estratégia que objetivava impulsionar o processo de modernização do país.

Essa valoração positiva do trabalho passou a legitimar ações verdadeiramente opressoras no que diz respeito ao comportamento desse segmento de classe (esse “homem livre”, ou seja, esse trabalhador expropriado). Nesse sentido, a vigilância e repressão por parte de autoridades judiciárias e policiais foram continuamente exercidas sobre aqueles que não se submetiam a essa lógica - considerados, por isso, perigosos e nocivos à sociedade local, constituindo-se alvo intervenções policiais constantes.

O fortalecimento do regime republicano baseia-se num sistema econômico de caráter agro-exportador capitalista a partir do qual tem início o processo de industrialização no país - contexto no qual o liberalismo se insere de forma bastante sintonizada com os processos

internos em desenvolvimento: domínio oligárquico, criação da nacionalidade e consolidação do poder republicano.

Esse poder constituído para viabilizar a dominação da oligarquia agrária, na perspectiva da consolidação de uma economia exportadora capitalista centrada na produção do café, foi pautado numa estrutura descentralizada.

Assim sendo, a engenharia política para operacionalizar esse processo de dominação será baseada no coronelismo, na medida em que este se configura como uma expressão do poder local que se distingue das tradições da colônia e do império, pois se realiza como uma estrutura de poder tipicamente republicana, a despeito de seus vínculos com a lógica tradicional.

De acordo com Queiroz (1978: 156), depois da extinção da Guarda Nacional, *“persistiu no entanto a denominação de ‘coronel’, outorgada espontaneamente pela população àqueles que pareciam deter em suas mãos grandes parcelas do poder econômico e político”*.

Conforme assinala Landim, *“a história da Primeira República, até 1930, será então a história do chamado coronelismo, um sistema complexo, ao mesmo tempo centralizado e baseado em hierarquias e lealdades regionais, funcionando à base de laços de parentesco e da troca de votos por favores políticos”* (Landim, 1993: 16/17).

Portanto, o poder das lideranças políticas locais estava diretamente relacionado à proteção que elas propiciavam à população. Quanto mais favores conseguiam oferecer, maior a influência política do coronel na esfera estadual e nacional, visto que sua influência estava vinculada à capacidade de mobilização eleitoral para os candidatos indicados pelas oligarquias. Nesse contexto, do ponto de vista da assistência social a estrutura de poder coronelista irá aprofundar, sobremaneira, as ações assistenciais de cunho clientelista.

No que se refere à constituição do campo religioso, é interessante notar que a partir do século XIX, inicia-se um amplo movimento de desconstrução dos princípios vigentes no regime de padroado. Contudo, é somente a partir da Constituição Federal de 1891 que a separação Estado-igreja é assegurada: estabelece-se a liberdade de culto, proíbe-se subvenções governamentais aos templos e à educação religiosa, reconhece-se a validade apenas para casamentos civis, seculariza-se a educação.

Por outro lado, a igreja católica inicia um movimento de reforma e renovação que, em

sintonia com a conjuntura mundial, visava a transformação³⁶ do aparelho religioso iniciado no papado de Pio IX. Reorganiza-se assim, o campo de ação social da igreja - tendo como premissa básica a caridade³⁷ cristã. Paralelamente à pregação da doutrina e da moral e das práticas rituais, fundam-se escolas, hospitais, obras pias e caritativas que, pouco a pouco, vão substituindo as antigas confrarias e irmandades em extinção. Vale salientar que a realização dessas ações foi possível graças ao projeto desenvolvido pela igreja que visando a ampliação de vínculos com as massas e a respectiva organização de fiéis - sobretudo a partir dos recursos por eles destinados à igreja, tais como: espórtulas pelos serviços religiosos (missas, sacramentos, etc.) e contribuições para obras religiosas e sociais (fundação e manutenção de escolas, seminários, etc).

O resultado do conjunto de transformações institucionais sofridas no âmbito interno propiciará um grande fortalecimento da igreja no país. No início dos anos 30, seu prestígio e confiabilidade estarão inteiramente consolidados, sendo apontada por muitos como a mais sólida instituição da sociedade civil no período.

Por sua vez, o Estado inicia mudanças significativas no campo social e político passando, paulatinamente, a assumir a organização e acompanhamento das ações de caráter público anteriormente desenvolvidas basicamente sob o comando da igreja - devidamente de acordo com o mandato estatal. Nesse sentido, buscando afirmar-se numa perspectiva leiga e racionalista, empreenderá esforços decisivos na constituição de recursos (técnicos e humanos) que viabilizem a implementação desses serviços.

Nesse cenário renovado nacional (e internacionalmente) igreja e Estado celebrarão um novo tipo de aliança, uma articulação política em torno de fé e pátria, através da qual o episcopado garante a manutenção do “*seu projeto de hegemonia espiritual*” no país, colocando-se como parceiro do Estado na manutenção da ordem social (Landim, 1993). Com

³⁶Reforma do clero, multiplicação do efetivo dos agentes religiosos (padres, freiras e sobretudo diversas congregações européias), criação ou reabertura de conventos, fundação de paróquias e criação de novas associações de leigos com finalidade devocional e também caritativa e assistencial são mudanças decorrentes desse movimento imediatamente observadas no país.

³⁷De acordo com os preceitos estabelecidos na Pastoral Coletiva de 1915 - documento que norteou a ação pastoral até a década de 60 - , a caridade é considerada o cerne da ética católica, “*o centro, a alma, a rainha de todas as virtudes*”. Daí decorre o fato dos sacerdotes recomendarem a beneficência, considerada “*companheira da caridade*” (Pastoral Coletiva, in Landim, 1993).

base na ampla colaboração estabelecida entre essas duas esferas origina-se um vasto conjunto de organizações sociais que irão atuar nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Vale salientar aqui a emergência do movimento higienista, cuja concepção exercerá grande influência no campo das ações sociais, contribuindo assim para a expansão e fortalecimento da construção de um Estado de natureza racionalista laicizante.

É importante destacar, ainda, o surgimento de novos atores³⁸ em disputa no processo de implementação desse modelo de prestação de serviços sociais. A inserção de protestantes³⁹, espíritas e afro-brasileiros⁴⁰ neste cenário implicará na interrupção da presença exclusivista da tradição católica, contribuindo assim, para a ampliação e diversificação do campo religioso até então constituído no Brasil.

Portanto, é a partir das reformulações ocorridas no âmbito das esferas religiosa e política - bem como da ampla colaboração entre igreja e Estado daí decorrentes -, que o padrão de assistência predominante nesse período será constituído: um modelo assistencial que articula, a um só tempo, elementos provenientes da caridade cristã, da filantropia higienista e do clientelismo político presente na sociedade brasileira.

Na constituição e efetivação do referido modelo, a filantropia higienista tem como tarefa produzir uma nova forma de intervenção no social: racionalizadora e laicizante, fundamentada no conhecimento científico, estabelecendo uma poderosa articulação entre saber e poder.

Conforme assinala Quiroga (2001), os filantropos terão sua atuação legitimada através da utilização de estatísticas de doenças, de mortalidade infantil e epidemias, além das estatísticas de criminalidade. Além disso, o conhecimento, classificação e mapeamento dos

³⁸Observe-se que a liberdade religiosa garantida aos súditos britânicos instalados em território português, assegurada através do tratado do comércio e navegação estabelecido entre Brasil e Inglaterra propiciou, já em 1810, a inserção dos primeiros clérigos anglicanos no país.

³⁹Nas duas últimas décadas do século XIX intensifica-se, no Brasil, a instalação de igrejas evangélicas de imigração (destacando-se aí os luteranos alemães), ou de missão (congregacionais, presbiterianos, metodistas, batistas - a maioria via Estados Unidos). Estas denominações irão se destacar na área educacional, através da fundação de escolas e faculdades consideradas de grande excelência acadêmica, direcionadas às classes médias e setores de elite. Contudo, conforme salienta Landim (1993), a literatura sobre as entidades filantrópicas do mundo protestante (e também espírita) é extremamente precária, e pesquisas nessas áreas estão por se fazer.

⁴⁰Apesar das constantes perseguições sofridas, esses grupos religiosos minoritários proliferam-se rapidamente e elegem também as “obras sociais” como área básica de atuação institucional (principalmente, no caso dos espíritas).

“atendidos” é uma das premissas dessa concepção, assim como a diversidade de ações institucionais a ele direcionadas - sempre de acordo com sua situação e necessidade individual.

Na avaliação da autora, o modelo de intervenção baseado na filantropia higienista apresenta um maior grau de complexidade uma vez que opera , simultaneamente, tanto na manutenção de antigos valores e justificações morais, quanto na introdução de elementos inovadores (produzidos a partir das críticas aos esquemas de intervenção tradicional bem como das propostas decorrentes dos conhecimentos técnico-científicos por ela introduzidos (Quiroga, 2001).

Resumidamente, pode-se afirmar que o objetivo primordial da perspectiva higienista centrava-se na busca do controle das desordens físicas e morais das cidades, contribuindo assim para o disciplinamento e a moralização da sociedade. Ou seja, buscava atuar nos aspectos que impossibilitavam e/ou dificultavam a constituição de uma nova ordem: o espaço urbano, os tipos humanos, os costumes e os ambientes (Backx et alli, 2000).

Em sintonia direta com os ideais republicanos, a ação filantrópica visava colaborar para a construção de um futuro “civilizado e moderno”- no qual o país deveria ocupar lugar respeitável entre as maiores nações do mundo. Vale lembrar, que na implementação desse modelo, médicos e juristas são investidos de autoridade e, como agentes protagonistas dessa concepção, *“decidem, executam, fiscalizam e punem em nome da saúde física e moral da sociedade”* (Quiroga, 2001:48).

Com base no exposto, pode-se afirmar que a atuação do Estado na prestação direta de serviços sociais, saúde, educação no contexto pré 1930 era bastante precária. As obras sociais de origem religiosa, inspiradas na caridade cristã, permaneciam hegemônicas nesse campo - embora agora dividindo espaço com setores representantes da filantropia higienista emergente e das ações clientelistas praticadas pelos políticos.

Conclui-se, portanto, que as ações assistenciais, a partir da base caritativa implementada pela igreja desde o período colonial, serão constituídas também pelas estratégias sociais e políticas visando, por um lado, a implementação da reforma social e moral do pobre urbano (na perspectiva do higienismo vigente), e por outro, a manutenção do poder local dos coronéis, através de sua utilização como recurso do clientelismo (Backx et alli, 2000).

A presença do estado no enfrentamento da questão social e a nova (?) formatação do campo assistencial

No Brasil, a partir dos anos 1930, inicia-se um período nacional-desenvolvimentista de caráter centralizador e forte autoritarismo político. Observa-se uma ampla intervenção do Estado na economia e na sociedade visando impulsionar e estimular o processo de desenvolvimento urbano-industrial. Portanto, verifica-se que o Estado interventor/desenvolvimentista⁴¹, no caso brasileiro, estrutura-se para ampliar as relações capitalistas - diferentemente do que ocorreu nos países desenvolvidos⁴².

Conforme assinala Weffort, com o movimento de 30 define-se e inaugura-se o processo de formação do Estado nacional moderno como “*um órgão político que tende a afastar-se dos interesses imediatos e a sobrepor-se ao conjunto da sociedade como soberano*”(Weffort, 1980: 50).

Assim, é no período correspondente à instauração do processo de desenvolvimento do capitalismo urbano-industrial que a construção de uma ideologia corporativista⁴³, centrada na concepção de soberania estatal, será gestada e difundida. A modernização do País desenvolve-se com base na diferenciação da estrutura produtiva, na acumulação industrial e na regulamentação social.

É importante assinalar que a questão social⁴⁴ será incorporada pelo Estado (já no primeiro governo Vargas) como uma *questão política*, evidenciando-se assim o afastamento da concepção anteriormente predominante, que a configurava como uma *questão de polícia*.

⁴¹Com base de sustentação em segmentos da oligarquia agrária, na emergente classe média urbana e militares nacionalistas.

⁴²Nesses países, o processo de industrialização (e a consequente ampliação das relações capitalistas) precedeu a construção do estado interventor (Backx, Filho e Porfírio, 2000).

⁴³O corporativismo estatal tem como característica básica a identificação entre Estado e sociedade, a fusão do público com o privado. Nesse tipo de relação, as representações e os representantes dos interesses sociais encontram-se subordinados à autoridade estatal, fator que propicia uma postura autoritária do Estado, desfavorável à autonomia da sociedade civil. Forjado na década de 30, o corporativismo brasileiro consolida-se no período militar.

⁴⁴De acordo com Yamamoto, “questão social” deve ser entendida como o “...conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos

Nesse sentido, a intervenção do Estado na área social torna-se essencial para regular as relações entre capital e trabalho - criando assim as bases para o desenvolvimento industrial e garantindo o disciplinamento da classe trabalhadora em formação.

Com base nesse contexto, investe-se na construção de uma nova identidade dos trabalhadores definida a partir da regulação estatal (e não mais do mercado), através de uma estrutura corporativa sindical. Observa-se, pois, que a categoria trabalho sofrerá profundas transformações. A utilização de expressões tais como ‘construtores da nação’, ‘trabalhadores da nação’, ‘sustentáculos da nação’, ou seja, ‘classes operosas’, (em substituição ao termo ‘classes perigosas’, presente na República Velha), ilustra bem os novos significados e configurações presentes na redefinição dessa categoria.

É no marco dessa estratégia desenvolvimentista que estruturam-se as políticas sociais no Brasil, absorvendo a cultura patrimonialista e coronelista do período imperial e da República Velha e introduzindo elementos corporativistas e de cooptação da classe trabalhadora por meio do populismo que se desenvolveu no pós-30. O fator de adesão das classes populares à nova ordem será a chamada justiça social - mantidos os esquemas de exclusão e discriminação (tal como na República Velha).

Essa formatação político-institucional propicia a construção de uma sistema de política social de tipo meritório-particularista configurando-se como *cidadania regulada*- enraizada na estratificação ocupacional⁴⁵ e não em um código de valores políticos: são cidadãos aqueles que desenvolvem qualquer uma das ocupações reconhecidas e regulamentadas em lei (Santos, 1987).

Para a população que não possuía profissão regulamentada, restava o recurso da assistência. Assim, a condição de não cidadania⁴⁶ é que possibilitava o acesso a benefícios sociais - daí a inversão da cidadania ou “cidadania invertida”, sinalizada por Fleury (1991).

(...) A questão social expressa portanto *disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais*, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal” (Iamamoto, 2001: 16-17).

⁴⁵ É importante ressaltar que essa articulação entre cidadania e ocupação encontra-se marcadamente presente na cultura cívica brasileira, decorrendo daí a ampliação da noção de marginalidade: são pre-cidadãos todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece.

⁴⁶ Nesta perspectiva, considera-se que a assistência social direcionada aos “não-cidadãos” ou “cidadãos de 2a. categoria” poderá ser uma ação social realizada por profissionais também de 2a. categoria - idéia que permanecerá presente até os anos 80.

Visando sedimentar a imagem de Estado moderno, o governo Vargas - sobretudo no estado Novo (1937-45) - investiu também em mudança nas bases tradicionais de suas instituições⁴⁷ políticas. Através de uma reforma do serviço público, cria um corpo técnico desvinculado de disputas políticas com a função precípua de fornecer-lhe subsídios na formulação de políticas específicas.

Em relação à legislação trabalhista verificam-se várias conquistas no campo dos direitos⁴⁸ fundamentais. A legislação previdenciária⁴⁹, por sua vez, manteve-se na lógica da estrutura sindical corporativa, atuando como instrumento poderoso de incorporação regulada: determinava os direitos a serem concedidos e quem deles iria usufruir.

É importante destacar que, apesar da ampla intervenção estatal na sociedade a presença de um “setor não governamental” em colaboração⁵⁰ com o Estado continuará existindo. Tal como ressalta Landim, “*confunde-se muitas vezes regulamentação, controle e cooptação com ausência de cooperação*” (Landim, 1993:25).

Inegavelmente, o projeto político implementado durante o período da Revolução de 1930 e do Estado Novo assegura lugar de destaque às chamadas entidades sem fins lucrativos (destacando-se as religiosas) em diversas áreas das políticas públicas, principalmente no campo assistencial. Nesse sentido, escolas religiosas, hospitais e obras sociais ligadas à igrejas são beneficiadas através de isenções, incentivos fiscais e financiamento estatal. É evidente, nesse terreno, o pacto costurado com igrejas e outras organizações da sociedade civil.

⁴⁷Em 1931, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio será instituído com a função básica de implementar a legislação trabalhista e previdenciária. Para tal, será dotado de recursos humanos e financeiros necessários à execução da tarefa.

⁴⁸Descanso dominical, regulamentação da jornada de trabalho, trabalho da mulher e do menor, férias, caixas de seguro, sindicatos, lei de acidentes de trabalho e salário mínimo são exemplos dos direitos garantidos.

⁴⁹Embora a literatura especializada demonstre a existência de programas dessa natureza já no período colonial, é somente a partir da década de 1920 que instituições assistenciais e previdenciárias serão implementadas no âmbito estatal: o ano de 1923 marca o embrião da previdência social no país, através da criação da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos ferroviários - tendo como base de referência uma previdência social organizada por empresa, dirigida a categorias sociais específicas, não constituída como um sistema público; em 1933, são criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) - base do sistema nacional público de previdência.

⁵⁰A permanência dessa colaboração fica demonstrada, por exemplo, através da promulgação da Declaração de Utilidade Pública (1935) - instrumento legal que regula a colaboração entre entidades particulares sem fins lucrativos e o estado, bem como do Conselho Nacional de Serviços Sociais (CNSS - 1938). As entidades cadastradas no CNSS serão consideradas aptas a receber subsídios do estado.

O período 1945-1964 é marcado pelo crescimento da participação da sociedade civil em defesa do nacional-desenvolvimentismo - conjuntura na qual o movimento sindical⁵¹ atuará fora da tutela do estado (excetuando-se os sindicatos paralelos). A nova configuração política propiciou uma maior autonomia ao movimento popular que apesar disso continuou a ter o movimento sindical como eixo.

Conforme salientam Backx, Porfírio e Souza Filho,

as limitações postas pela estrutura corporativa sindical e pelo conjunto da institucionalidade autoritária só foram revogadas na prática quando isso atendia também aos interesses conjunturais de frações no novo bloco do poder. Ao contrário, quando o crescimento do movimento popular foi percebido como ameaçador aos interesses gerais da burguesia, romperam-se as alianças anteriores e produziu-se uma recomposição no bloco do poder. O recurso à estrutura legal, nunca desmontada, associado ao uso da repressão, permitiu, então, o controle dos movimentos sociais (Backx, Porfírio e Souza Filho, 2000: 17).

Contudo, é interessante notar que, paralelamente às organizações sindicais, criam-se associações civis⁵² que contribuirão intensamente com o processo de mobilização da sociedade civil brasileira.

Nesse sentido, o final dos anos 1950 e o início dos anos 1960 serão palco de manifestações populares com a participação maciça de trabalhadores do campo e da cidade reivindicando⁵³ direitos sociais cuja natureza distanciava-se bastante do ideário em vigor: a constituição de uma cidadania coletiva autônoma da sociedade civil.

Nesse período de efervescência social, organizações privadas sem fins lucrativos com diferentes projetos e objetivos - como lutas e pressões econômicas e políticas, promoção de direitos civis, cultura, pesquisa, educação, desenvolvimento comunitário, etc. - foram atores de grande importância.

⁵¹Estruturam-se o PAE, a CONTAG e a CGT, organizações que passarão a conduzir esse movimento.

⁵²A União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), o Movimento de Trabalhadores sem Terra (MASTER), as Ligas Camponesas, as associações de pequenos produtores em luta pela propriedade da terra e pela reforma agrária, são algumas dessas expressões. No âmbito da igreja, o Serviço de Assistência Rural (SAR) e o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE) - organizações anteriormente atuantes em projetos comunitários e formação de lideranças -, contribuirão para o desenvolvimento do sindicalismo rural. Além disso, movimentos leigos vinculados à Ação Católica darão origem a setores progressistas no interior da igreja - de onde sairão lideranças que atuarão em organizações como o Movimento de Educação de Base (MEB).

⁵³Reivindicação que, embora considerada legítima pelo governo deposto, contrariava a ordem jurídica corporativa predominante.

Destaca-se, nesse contexto, o processo de implementação de significativas mudanças no âmbito institucional católico. Os sinais dessas transformações podem ser observados já no final da década de 1950, através da expressiva atuação do laicato e do engajamento social e político de alguns segmentos da igreja nos movimentos sociais desse período. Contudo, a consolidação dessas mudanças efetiva-se através da *renovação pastoral* ocorrida sob a influência do Concílio Vaticano II e de novas orientações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A atuação em setores da Ação Católica, através da participação ativa na Juventude Universitária Católica (JUC) ou Juventude Operária Católica (JOC) são exemplos típicos dessas transformações institucionais. Inaugura-se, assim, uma profícua redescoberta da sociedade pela igreja católica, abruptamente interrompida com o golpe militar.

A partir dessas inovações pastorais a atuação da igreja católica no campo assistencial também sofrerá significativas alterações, observando-se uma nítida mudança de eixo na configuração de suas ações sociais: o eixo caritativo até então predominante desloca-se em direção à uma concepção de mobilização social da população. Isto implica dizer que as iniciativas na área social já não seguem os modelos de legitimação social até então predominantes. Concebendo as populações menos favorecidas como sujeitos de sua própria história, essa perspectiva será fortalecida no decorrer dos anos 1960 (sobretudo, a partir do regime militar), consolidando-se na década seguinte.

Com base no exposto, verifica-se que o projeto centralizador e autoritário desenvolvido após a Revolução de 1930 dedica às entidades sem fins lucrativos um papel relevante nas diversas áreas das políticas públicas implementadas no período, principalmente na área da assistência social, espaço por excelência do desenvolvimento da lógica da “cidadania invertida”, garantindo a essas organizações (principalmente às religiosas) isenções, incentivos fiscais e financiamento governamental

Conclui-se, portanto, que as marcas do período de modernização e industrialização iniciado com Vargas (controle do Estado sobre a sociedade e corporativismo), não eliminam a existência e o papel das associações privadas sem fins lucrativos na área social. Na prática, essas organizações proliferaram não apenas em função da ação da igreja católica e de outros grupos religiosos em crescimento, mas também em decorrência da relação de colaboração com o governo.

A profunda crise estrutural e econômica atravessada pelo País propiciará a organização do Golpe de Estado de 1964⁵⁴ iniciando-se uma nova fase autoritária no Brasil na qual os governos militares serão responsáveis pela implementação do modelo internacionalista. Vejamos características desse modelo no item a seguir.

O campo assistencial brasileiro em tempos de repressão: ambiguidades no projeto de intervenção social

O Golpe militar de 1964 inaugura uma nova etapa de modernização no país cujo propósito é a consolidação da fase monopólica do capitalismo brasileiro. Nesse sentido, reordena-se e amplia-se a ação reguladora do corporativismo pré-existente, através de uma profunda intervenção no conjunto da sociedade civil.

Sob a égide da ditadura, os governos militares buscarão empreender estratégias de estabilidade política, social e econômica visando a obtenção de apoio e legitimidade popular. Nesse sentido, o governo Castelo Branco implementa o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG -64/66) - pautado no slogan “estabilidade social com dinamismo econômico”, com a expectativa de que a solução para o setor social poderia ser encontrada através de um modelo de intervenção que associasse expansão da área econômica e estabilidade política.

Destaca-se, nesse período, a intervenção do Estado na área da previdência social. O regime ampliou rapidamente a cobertura previdenciária formal à população e, com a unificação e uniformização do sistema⁵⁵, a nova estrutura da política social brasileira começa a se distanciar da premissa da *cidadania regulada* predominante no período anterior.

No governo Costa e Silva implementa-se o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED/ 67-70), visando manter a mesma lógica de crescimento econômico.

⁵⁴Organizado com base nas permanentes ameaças de revolução social e em reação à ‘*república sindicalista*’ que se instalava, o Golpe interrompeu definitivamente o pacto populista e o esquema de poder criado a partir dos anos 30.

⁵⁵Em 1966, é criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), órgão responsável pela unificação dos institutos existentes (exceto o IPASE) e pela uniformização dos serviços oferecidos, que iniciara em 1960 com a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social. Ressalte-se também a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), com o objetivo de sanar o déficit habitacional (principalmente das camadas populares) e o Estatuto da Terra, visando fixar o homem no campo.

Sua proposta de intervenção social⁵⁶ baseava-se nas áreas de educação⁵⁷, saúde⁵⁸ e habitação⁵⁹.

Ressalta-se ainda, nesse período, a implementação de três planos nacionais de desenvolvimento. No primeiro deles (1971/74), o governo Médici empreende esforços no sentido de elevar o Brasil à condição de país desenvolvido através da redução da inflação e da elevação do PIB e da renda *per capita*, bem como da elevação da taxa de empregos. No setor social, destaca-se a estruturação do PIS/PASEP, além de investimentos nas áreas de educação⁶⁰ e saúde⁶¹.

Na área da previdência social a implementação de um programa especificamente direcionado aos setor rural (1971) e a inclusão obrigatória dos empregados domésticos no INPS são iniciativas de grande alcance social.

O segundo Plano (1975/78), desenvolvido no governo Geisel, consistia na adequação da economia brasileira à crise energética mundial e à escassez de matérias primas: retorna-se à economia do modelo agroexportador, buscando-se a modernização da sociedade urbano-industrial através do desenvolvimento científico e tecnológico. Por outro lado, Reconhece-se a desigualdade na distribuição de renda, na concentração demográfica e na degradação ambiental, ampliando-se a atuação no campo dos serviços sociais⁶². Na área da previdência, uma decisão importante foi o desmembramento⁶³ do Ministério de Trabalho e Previdência Social.

⁵⁶Nessa fase, destaca-se a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - mecanismo de política social de grande importância -, além da criação do Fundo Nacional de Saneamento e do combate às doenças transmissíveis.

⁵⁷Através da capacitação de mão de obra direcionada aos propósitos desenvolvimentistas.

⁵⁸Com ênfase na interiorização e regionalização da assistência médico-sanitária-hospitalar e de seus respectivos recursos.

⁵⁹Com atuação direcionada às classes médias.

⁶⁰A criação do MOBRAL (), a integração do ensino primário e ginásial e a ampliação de vaga nos 2o. e 3o. graus são ações importantes nessa área.

⁶¹Iniciativas no setor de infra-estrutura de água e esgoto e programas preventivos de endemias foram ações realizadas nesse período.

⁶²Cria-se o Conselho de Desenvolvimento Social, o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, além de unidades permanentes de planejamento nos ministérios bem como a carreira de técnico em planejamento e do, SINPAS.

⁶³Com o desmembramento institui-se dois Ministérios distintos: o Ministério do Trabalho e o Ministério da Previdência e Assistência - esse último será o responsável pelo sistema de previdência social, atuando como supervisor e coordenador de programas específicos e também no desenvolvimento de programas

Vale salientar contudo, que a universalização dos serviços ainda não havia sido efetivada e que a grande maioria da população brasileira permanecia na condição de *cidadania incivil* ou *pobreza incivil*, conforme ressalta Vera Telles (1991).

Com o governo Figueiredo, instala-se o terceiro e último PND (79-85), visando o aperfeiçoamento das instituições políticas e a defesa da prevalência do econômico sobre o social. Com o propósito de interferir no quadro da distribuição de renda de maneira favorável às camadas mais empobrecidas, o plano contribui, na prática para o acirramento da tensão social, tendo em vista que seu modelo econômico (manutenção do crescimento, pagamento da dívida externa, etc.) em nada favoreceu a classe trabalhadora.

Verifica-se portanto, que o acelerado processo de modernização, aliado às mudanças conjunturais decorrentes do Golpe - dura repressão de organizações e movimentos sociais, fechamento e crise dos canais tradicionais de participação e produção de cultura (partidos, sindicatos, universidades, órgãos governamentais) - propiciará a proliferação de associações civis⁶⁴ com forte presença no campo social.

Por outro lado, observa-se também um amplo movimento de intervenção do Estado na área social através da organização de sistemas nacionais e públicos - ou estatalmente regulados - nas áreas de bens e serviços sociais básicos (educação, saúde, assistência social, previdência e habitação), superando⁶⁵, na área da previdência, a forma descoordenada e fragmentada anteriormente predominante.

Simultaneamente a esse movimento de intervenção estatal, cresce o processo de privatização⁶⁶, pautado na lógica de mercado da aplicação de recursos públicos ampliando-se assim a presença do setor empresarial⁶⁷.

de previdência e assistência social no âmbito dos planos globais sociais e econômicos. O Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) será criado, em 1977, com o objetivo de reorganizar e racionalizar a previdência social - mergulhada em situação crítica face as imensas despesas com o atendimento médico do INPS.

⁶⁴No que se refere às entidades não governamentais sem fins lucrativos observa-se, nesse período, uma presença mais acentuada na área do associativismo.

⁶⁵Os antigos institutos previdenciários são reunidos sob uma única administração política e financeira, assim, todos os trabalhadores segurados ficam submetidos às mesmas regras.

⁶⁶Em relação à saúde, por exemplo, observa-se que a tensão público/privado permeará as políticas governamentais e que, apesar da centralidade ocupada nos debates políticos e ideológicos acerca do tema, discussões referentes à elaboração de um projeto sem fins lucrativos para o setor ficam fora do debate. No que se refere à educação, a privatização ocorre no âmbito do pré-escolar, segundo grau e, sobretudo, no ensino universitário.

Vale destacar, nesse período, o surgimento e ampliação de entidades autônomas, de perfil oposicionista em relação ao Estado - fator decisivo na reorganização (lenta e progressiva) da sociedade civil. Nesse contexto, a participação da igreja católica merece destaque especial.

Paralelamente à implementação do regime ditatorial, a igreja católica vai, aos poucos, retomado o processo de *redescoberta* da sociedade - interrompido com o golpe de 1964 -, afirmando-se como ator de grande influência nos acontecimentos dos anos 1970.

Sob a inspiração da Teologia da Libertação, novos atores religiosos e leigos contribuirão para o processo de redemocratização do país: respaldam, estimulam, e cedem os espaços da igreja para a gestação de movimentos e organizações seculares de operários, trabalhadores rurais, categorias profissionais diversas, donas de casa, moradores de periferia, jovens, etc. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são exemplos clássicos da atuação de setores da igreja católica nesse período – caracterizada como uma *igreja popular*.

A contribuição dessa chamada *igreja popular* será decisiva para o processo de redemocratização da sociedade brasileira. Porém, sua contribuição na reordenação do campo assistencial também será de grande relevância. As alterações implementadas nas ações sociais desenvolvidas – conforme salientado no item anterior -, propicia a formatação de um novo campo associativo, gestado durante o regime militar. Com claro perfil oposicionista, sem vinculação com o campo empresarial ou governamental, essas associações de novo tipo configuram-se como entidades de caráter representativo que desempenham funções de interesse público na prestação de serviços (criação de postos de saúde, creches ou escolas, etc.) (Landim, 1993).

Assim, a nova perspectiva de atuação da igreja católica na área da assistência distancia-se das práticas meramente caritativas anteriormente predominantes no âmbito institucional. O reconhecimento e incorporação da dimensão política à sua ação social expresso, sobretudo, através do projeto de mobilização e organização social junto às populações menos favorecidas, a concepção do demandatário dos serviços como sujeito de

67 Sobre tudo na área da saúde, observa-se a larga presença do estado através da contratação de prestadores privados de serviços contribuindo largamente para o desenvolvimento das empresas hospitalares e ambulatoriais e da indústria farmacêutica e de equipamentos (Landim, 1993).

direitos, por exemplo, são alguns dos fatores que ilustram claramente o redirecionamento de suas ações sociais nesse período.

Outro fator que merece destaque refere-se à luta pelo ecumenismo, cujo resultado acaba favorecendo a aproximação do campo católico das igrejas históricas (sobretudo luteranos e presbiterianos), fortalecendo assim o processo de reconhecimento e legitimação da teologia da libertação no país. Nesse contexto, verifica-se o crescimento e ampliação da presença dos evangélicos no campo da assistência.

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que o regime pós-64 excluiu a força de trabalho da distribuição de novos direitos sociais e subtraiu da ordem jurídica os direitos já conquistados, além de inviabilizar a possibilidade de resistência da sociedade civil, tornando os sindicatos inoperantes e impedindo a livre organização política e partidária das forças sociais.

Com a interrupção dos direitos civis e políticos, procura-se assegurar os direitos sociais através da implementação de políticas sociais baseadas na vertente universalizante⁶⁸ visando unificar, uniformizar e ampliar os serviços sociais - configurando-se, assim a desconstrução do aparato de regulação da cidadania. Contudo, a fragmentação, a centralização e burocratização do aparato institucional são também características dessas políticas sociais que, sob a orientação da doutrina de segurança nacional atendem sobretudo, ao controle da sociedade (Vieira, 1995).

A partir desse processo, desencadeado pelo regime autocrático de 1964, de expansão, de baixa qualidade dos serviços sociais, vinculada à contribuição, combinado com a mercantilização da educação e saúde, a assistência social servirá para atender a população que não contribuirá para o sistema.

Nesse sentido, permanece a lógica da *cidadania invertida* no campo assistencial sendo efetivada através das concepções de caridade, clientela e higienismo, desenvolvidas, prioritariamente, pelas igrejas (embora destaque-se o esforço empreendido pela ala progressista da igreja católica, conforme salientado anteriormente), políticos e filantropos, respectivamente.

⁶⁸Contudo, suas bases de de financiamento nao sofrerão mudanças significativas, ocasionando a ampliação de serviços de baixa qualidade.

1.3. O perfil contemporâneo da Assistência Social: rupturas e continuidades

O processo de construção do novo paradigma: a Assistência Social como direito

No Brasil, o início dos anos 1980 anuncia os primeiros sinais⁶⁹ da chamada *abertura política*⁷⁰ marcada por uma grande movimentação social no país. Essa movimentação decorria, em grande parte, da retomada do espaço político retirado dos trabalhadores em geral, e dos operários, em particular, pela repressão vivida nos anos 1960 e 1970.

No cenário dos anos 1980, portanto, os movimentos sociais⁷¹ irão atuar livremente, numa conjuntura de retomada do funcionamento dos mecanismos institucionais de representação - como os partidos -, adaptando-se à formatação de uma nova conjuntura política (Rodrigues, 1992).

Indiscutivelmente, a contribuição desses movimentos para a concretização da redemocratização da sociedade brasileira foi bastante significativa. Apesar disso, é evidente que uma condução efetivamente democrática não pode ser garantida, pois *“isto exigiria profundas reformas nos mecanismos de decisão política, com a criação de canais efetivos de participação para as classes trabalhadoras”* (Idem, 1992:13).

Os embates na área social de forma geral e, mais especificamente, na esfera da assistência social, inserem-se num contexto de efervescência da sociedade civil marcado, sobretudo, pela priorização da luta por direitos. Contudo,

o peso e a presença institucional das Forças Armadas, a participação marcante, no governo, de políticos que sustentaram o regime autoritário e o estilo de fazer política e de governar baseado em ‘conchavos’, clientelismo, troca de favores e regionalismo são elementos que marcam o alto grau de continuidade do regime autoritário (Backx, et alli, 2000: 21).

⁶⁹O surgimento do partido dos trabalhadores (PT) - representando uma opção socialista defendida por atores da classe operária, dos intelectuais e dos sindicalistas; a reconquista do voto direto para governadores - com a reintrodução do multipartidarismo; a realização de greves trabalhistas, tanto na área rural como industrial - resultando em várias prisões e intervenções em sindicatos; as mobilizações populares a favor das eleições diretas para presidente da república, etc., são alguns dos acontecimentos que evidenciam a emergência de dessa nova etapa.

⁷⁰Longo e árduo processo rumo à efetivação da redemocratização no país, inaugurado com a lei de Anistia, sancionada pelo general-presidente João Batista Figueiredo, em 1979.

⁷¹Diferentemente dos movimentos sociais dos anos 70, cuja rearticulação ocorreu basicamente na clandestinidade.

Assim, a Nova República instaura-se sob a influência dessas heranças histórico-estruturais, num contexto de instabilidade e crise econômica não apenas no plano interno, mas também no cenário internacional.

Nesse contexto, a política social expressa-se de forma bastante contraditória: no discurso, uma concepção progressista; na prática, a implementação de modelos tradicionais.

Na avaliação de Draibe (1990), a Nova República produziu diagnósticos extremamente críticos acerca da política social no País, evidenciando o grau de pobreza da sociedade brasileira e o padrão organizacional adotado na implementação dessas políticas (centralização, fragmentação, superposição institucional, burocratização, etc.) bem como seu padrão de financiamento (caráter regressivo, recursos baseados em fundos sociais, etc). Contudo, na prática, a política social no governo da nova república reiterou o modelo assistencialista e clientelista das políticas sociais brasileiras, desconsiderando os diagnósticos, programas (e as respectivas mudanças) por ele próprio sugeridos.

Porém, é importante notar, que embora não se registre avanços no campo econômico e as mudanças no campo social não tenham sido efetivadas registra-se, na época, a consolidação de uma sociedade civil de perfil organizado e consistente - fator decisivo no processo constituinte, iniciado no final dos anos 80. A atuação desse movimento⁷² propiciará a estruturação de um paradigma legal-institucional - assegurado pela Constituição Federal de 1988⁷³ -, no qual assentam-se os fundamentos para a construção de um Estado de Bem-estar de cunho universalista e institucional, com fortes elementos democratizantes. Consolida-se, assim, a construção de significativos avanços no campo político, configurando-se novas concepções para a área dos direitos civis, políticos e sociais.

Inegavelmente, a Constituição Federal de 1988⁷⁴ representou grandes avanços e conquistas no campo dos direitos sociais evidenciando-se, na opinião de Backx et alli (2000),

⁷²A assistência social começou a ganhar visibilidade como política social, campo do direito social, a partir do movimento pela redemocratização brasileira, no contexto do período pré-constituinte.

⁷³Portanto, é com base na ampla participação dos movimentos sociais organizados, através de um processo constituinte que mobilizou milhões de brasileiros, através da elaboração, discussão e aprovação de inúmeras emendas populares que a nova constituição brasileira será aprovada pelo Congresso Nacional, em 1988.

⁷⁴Contudo, apesar dos significativos avanços, em relação à ordem econômica e a alguns aspectos significativos da ordem política, a Constituição Federal de 1988 foi bastante conservadora.

as características do padrão de bem-estar descritas por Falcão (1991): os direitos sociais como paradigma; origem num pacto social e político entre capital, estado e trabalho; configuração do Estado como agente central na reprodução social, gestor poderoso das políticas sociais; intervenção social como expressão essencial do Estado. Vale destacar, ainda, a introdução de instrumento de democracia direta (plebiscito, referendo e iniciativa popular).

No campo da assistência social, essas inovações expressaram-se numa nova forma de organizar e gerir o sistema de seguridade social brasileiro: a formulação da assistência social como uma política social de natureza pública (Couto, 2004: 140). Portanto, a partir da Constituição Federal/88 a assistência social⁷⁵ conquistou um novo estatuto, sendo conceituada como política de Seguridade Social ao lado da Saúde e da Previdência. Formulada como política pública, constitui-se direito de cidadania e, conseqüentemente, dever do Estado. Como responsabilidade do Estado, ganha *status* de política social, transformando-se em um princípio universal.

Essa formatação constitucional instituiu

o princípio da cidadania como vetor dessa política estabeleceu como parâmetro de sua organização a descentralização político-administrativa e a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação e controle de suas ações, em todos os níveis. Essa indicação é confirmada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) aprovada em 1993 que, ao estabelecer a descentralização como estratégia fundamental de gestão da assistência social, expressa o necessário redesenho das funções dos governos federal, estadual e municipal, no sentido de instituir a idéia de “pluralismo institucional” que incumbe ao Estado papel decisivo no enfrentamento da pobreza, de par com a sociedade (Pereira, 1998: 74).

Assim, de forma inédita no país, a assistência social será configurada como um constructo institucional, expressando-se pela definição da LOAS. A partir dessa perspectiva constitucional deixou de pertencer ao campo da beneficência, do assistencialismo, da dádiva ou do favor para se inscrever definitivamente no campo do direito da cidadania social.

Verifica-se, pois, que os anos 80 configuram-se como palco de atuação de movimentos democrático-progressistas formuladores de críticas organizadas e substantivas às práticas e à organização sócio-política (autoritarismo, clientelismo, patrimonialismo,

⁷⁵Vale ressaltar, contudo, que no caso brasileiro essa política de Assistência Social foi estruturada de forma tardia, deparando-se com um quadro de miséria que a obriga a canalizar suas ações para os pobres e desvalidos. A preocupação com a pobreza, pois, torna-se fundamental para compreendermos sua institucionalização.

corporativismo estatal) brasileiras. Nesta perspectiva, lutavam também pela constituição de um sistema social institucional-universalista bem como pela criação de mecanismos de participação. Contudo, o final da década anuncia a chegada de profundas mudanças na sociedade capitalista, situação que será acirrada no decorrer da década seguinte. No plano político, portanto, os anos 1990 sedimentam a hegemonia do projeto de sociedade *liberal-corporativista*, caracterizado por um modo de fazer política e de governar baseado no perfil patrimonialista, bem como por um perfil delegativo da democracia.

As transformações daí decorrentes suscitarão inúmeros debates e reflexões acerca da redefinição da esfera pública no mundo atual, cujos resultados são de grande importância para o campo das políticas sociais, pois referem-se, fundamentalmente, às questões relativas ao papel do Estado e sua relação com a sociedade civil na deliberação e execução das políticas públicas.

Assim, apesar da conjuntura adversa observa-se a ampliação e sedimentação de organizações autônomas com perfil democrático que atuarão na contramão desse projeto *liberal-corporativista*, buscando contribuir para uma forma de organização estatal pautada na racionalidade, voltada para a universalização dos direitos sociais constitucionalmente assegurados.

Constata-se, por exemplo, que após a aprovação da Constituição os movimentos sociais organizados permaneceram mobilizados, atuando politicamente em questões específicas, visando elaboração de leis complementares⁷⁶ com o objetivo de garantir⁷⁷ e efetivar os direitos conquistados.

É importante salientar que, nesse contexto, as leis complementares serão de grande importância e significado político-institucional pois, conforme assinalado anteriormente, essas leis constituem referencial básico na construção de um Estado de Bem-estar comprometido com a universalização de direitos sociais. Assim, configuram-se como instrumento político-cultural e institucional de grande valia para o processo de mudanças referentes à configuração

⁷⁶Esse objetivo foi plenamente alcançado nas áreas da Saúde (elaboração e aprovação da Lei Orgânica da Saúde - LOS); Assistência Social (elaboração e aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS); e infância e adolescência (elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA).

⁷⁷Contudo, essa não foi uma tarefa fácil, tendo em vista a resistência de setores afinados com o ideário neoliberal que instalara-se no país. Dessa forma, estabelece-se leis extremamente avançadas num estado de forte perfil autoritário e patrimonialista (Falcão, 1991).

predominante do Estado brasileiro. Além disso, representam um grande avanço no marco conceitual, indispensável para a continuidade do processo de construção de um Estado garantidor dos direitos sociais.

Dessa forma, é importante destacar que a Lei Orgânica da Assistência Social⁷⁸ (LOAS) exercerá papel de grande relevância no panorama da assistência social no País. Inscrita no padrão constitucional, essa lei complementar garante à assistência *status* de política social pública, incluindo-a na esfera dos direitos sociais que devem ser garantidos pelo Estado. Nesse sentido, rompe com a visão centrada na caridade e no favor e minimiza a possibilidade de sua utilização de forma clientelista, visando a fins eleitorais.

No processo de revisão da relação Estado-sociedade civil na dinâmica de gestão da sociedade ressalta-se o papel dos conselhos deliberativos⁷⁹ e fiscalizadores, com o objetivo de assegurar os mecanismos de democracia participativa para gestão de políticas públicas e combater o caráter delegativo da democracia brasileira.

Inegavelmente, o fortalecimento dessa perspectiva de inserção efetiva da assistência no campo dos direitos sociais depende enormemente da existência e do papel dos conselhos deliberativos locais. Sem eles, manter-se-á a lógica patrimonialista (remanescente do período colonial) abrindo-se mão das conquistas populares garantidas constitucionalmente.

Vejamos, no item seguinte, os limites e possibilidades de implementação dessa nova concepção de direitos e desse novo paradigma de Assistência Social no país.

⁷⁸Lei no. 8.742, homologada pelo presidente Itamar Franco em 7 /12/93, cujo processo de luta em torno de sua elaboração e aprovação durou cerca de cinco anos (88-93). Com a aprovação da LOAS, introduz-se uma nova forma de discutir a questão da assistência social, destacando-se como características do seu caráter inovador os seguintes aspectos: assistência social com *satus* de política pública, direito do cidadão e dever do estado; universalização dos direitos sociais assegurada; incorporação da concepção dos mínimos sociais, exigindo a construção de uma ética em sua defesa, mostrando, ao mesmo tempo, que a pobreza e a miséria não se resolvem com a concessão de benefícios.

⁷⁹Os conselhos deliberativos são organismos políticos não tradicionais de gestão de políticas públicas, com representação paritária de entidades governamentais e não governamentais, responsáveis pela elaboração e fiscalização das políticas relativas às suas respectivas áreas de competência (saúde, assistência social, etc.), visando a democratização do aparelho de estado e da sociedade civil.

Novos rótulos, velhas garrafas: limites e possibilidades na implementação do novo paradigma

Conforme sinalizado no item anterior, uma breve análise da conjuntura política, econômica e social do Brasil nas décadas de 1980 e 1990 indica um quadro simultaneamente paradigmático e paradoxal. No campo político, reconhece-se a efetivação de reformas relativas à ampliação do processo democrático (evidenciada pela transição dos governos militares para os governos civis) e à organização política e jurídica (observada, sobretudo, no formato da Constituição Federal /88). No campo econômico, vivencia-se um processo de grande recessão e contradições, no qual as tentativas de redução dos processos inflacionários e a busca da retomada do crescimento, alicerçam-se nos princípios da macroeconomia que concebem as políticas sociais como consequência do funcionamento *adequado* da economia (Couto, 2004). Foi exatamente nesse contexto (simultaneamente paradigmático e paradoxal) que a assistência social adquiriu o *status* de política social pública, afiançadora de direitos, assegurando a construção de um referencial até então inédito no País. De acordo com essa nova concepção, as políticas de seguridade social deverão ser de responsabilidade estatal.

Constitucionalmente, o avanço primordial consistiu na incorporação de uma nova concepção de direito social: do campo particular, desloca-se para a universalização dos direitos, ou seja, direitos não mais centrados nos méritos, mas nas necessidades sociais .

Contudo, a plena efetivação do padrão de assistência social conquistado não tem sido uma tarefa fácil. As dificuldades referentes a esse processo são inúmeras, e facilmente identificáveis. Em primeiro lugar, cabe lembrar que o final do século XX é marcado por uma clara posição de recuo do Estado no que se refere ao seu ‘dever social’ interpretado, cada vez mais, como responsabilidade do cidadão, da família, da comunidade e da sociedade, cabendo à esfera estatal apenas as situações de extrema pobreza - destinando-se aos indigentes uma ação de natureza humanitária coletiva, e não uma ação concebida como uma política de igualdade de direitos. Ou seja, o que se observa é a saída do Estado desse campo, direcionando-o ou para a ótica privada de mercado ou para a filantropia.

Com o início do novo milênio amplia-se a complexidade da conjuntura sócio-econômica do país, acentuando-se a minimização da ação estatal - inicialmente destinada ao

planejamento e incrementação da economia, do desenvolvimento humano e garantia de bem-estar, da proteção social e do crescimento.

Neste contexto, assiste-se a revitalização da subsidiariedade no campo assistencial, difundindo-se uma outra modalidade de ação social que, gerenciada por um setor social comunitário considerado sem fins lucrativos, coloca-se como paralelo ao mercado e parceiro do Estado, isto é, como uma ação pública, porém privada⁸⁰.

Trata-se, na verdade, de uma modalidade de práticas sociais tradicionalmente realizadas no Brasil, favorecidas por mecanismos estatais que confrontam o princípio constitucional de geração de responsabilidades públicas e de dever do Estado na implementação e execução da política de assistência social com a reiteração das práticas historicamente desenvolvidas (caridade, clientelismo e higienismo, realizados, principalmente pelas igrejas, políticos e filantropos, respectivamente).

É importante destacar que as atividades associativas, baseadas no voluntariado, expandiram-se na década de 1970, sendo fortalecida nas últimas décadas. De acordo com Landim (1988) são organizações que atuam nos mais variados campos (saúde, educação, arte, cultura, recreação, assistência social, defesa dos direitos e de minorias, feminismo, ambientalismo, desenvolvimento comunitário, fortalecimento de organizações sociais, etc.). Seus atores e protagonistas são oriundos de diferentes áreas de formação, com motivação interna e valores bastante diversificados. Adotam formas e estruturas organizacionais bastante diversificadas e desenvolvem seus projetos através de recursos financeiros e materiais provenientes de organismos nacionais e internacionais os mais diferenciados (governos, empresas, igrejas, fundações, associações, etc.). No geral, a ação desses organismos dirige-se a uma coletividade. São organizações incontáveis que, embora frequentemente pequenas, podem extrapolar os limites nacionais. Constituem, portanto, um universo bastante heterogêneo, de natureza privada - configurando-se como campo de ações voluntárias, enfim, *“são as chamadas organizações sem fins lucrativos, mais modernamente, organizações não governamentais ou, como pretende a legislação brasileira dualista, ‘organizações da sociedade civil de interesse público’ – Oscip”* (Mestriner, 2001: 34).

⁸⁰ Sobre essa discussão, ver Fernandes (1998).

Recentemente, ressalta-se a incorporação a este setor de um segmento crescente na área de projetos sociais no país: a filantropia empresarial⁸¹. Esse conjunto de instituições constitui o assim chamado Terceiro Setor⁸² - um setor não governamental e não lucrativo - *nonprofit setor* -, uma forma de expressão da sociedade civil que coloca-se como alternativa aos tradicionais setores: mercado e Estado. No Brasil este setor expressa-se com maior força no campo do combate à pobreza e da assistência social.

Assim, verifica-se que se historicamente o país acumulou um conjunto de entidades beneficentes, a partir dos anos 1980 observa-se a formatação de um novo padrão de organização social. Com claro perfil movimentista - produto de movimentos sociais de matizes ideológicos diversos, norteadas por uma racionalidade substantiva e em estreita cooperação com organizações internacionais, esses novos atores investem numa inovadora fórmula de intervenção: ampliação dos direitos e da cidadania.

Com o intuito de atender o cumprimento dos preceitos constitucionais relativos à efetivação de direitos sociais, o Estado brasileiro utiliza-se desse conjunto de organizações sociocomunitárias, adotando uma nova regulação que através de um “*Termo de Parceria (Lei no. 9.790/99), institui e disciplina o fomento e a execução de atividades nas áreas de meio ambiente, cultura, com destaque para a saúde e assistência social*” (Mestriner, 2001: 28).

É importante observar contudo, que essa estratégia renovadora não garante modificações substantivas na relação de subalternidade e favor historicamente estabelecida com os mais vulneráveis, configurando-se assim,

um conjunto complexo e heterogêneo que incorpora um sem número de segmentos distintos, agindo e interagindo simultaneamente sem um patamar político claro de avanço da cidadania. É um conjunto que engloba as formas tradicionais de ajuda mútua e ao mesmo tempo as novas associações civis e organizações não governamentais; que agrega desde instituições as mais tradicionais, de caráter confessional ou religioso, voltadas p/ atividades assistenciais e beneficentes, sem qualquer compromisso político, até segmentos ‘politizados’ que lutam por determinada causa, assumindo caráter reivindicatório ou contestatório junto à sociedade ou ao Estado (Mestriner, 2001:36-37).

⁸¹ Modalidade de forte tradição nos países do primeiro mundo, essa perspectiva de atuação amplia-se no Brasil, sobretudo, a partir do processo de reforma administrativa do estado - cuja tendência é amputar e transformar elementos da sua própria máquina (Mestriner, 2001).

⁸² Uma perspectiva bastante crítica sobre a função do terceiro setor na conjuntura atual pode ser visitada em Montaño (2002).

Por outro lado, é importante destacar que no que se refere à assistência social, a formulação de uma legislação⁸³ paralela, fragiliza sua formatação como uma política pública, uma vez que desconsidera as diretrizes, os objetivos, e a estrutura de gestão da LOAS (Lei 8.742/93) e propicia o surgimento de conflitos e contradições - na medida em que estabelece simultaneamente, dois marcos reguladores diferentes e controversos.

Notoriamente, as práticas assistenciais desenvolvidas sob a égide deste conjunto de organizações sociais estão fundamentadas num tipo de filantropia⁸⁴ que, regulada inicialmente pela igreja (principalmente católica) e posteriormente pelo Estado, atravessou diferentes fases e alianças que lhes imprimiram traços e contornos bastante peculiares. Na avaliação de Mestriner,

Da filantropia caritativa à higiênica, disciplinadora, pedagógica, profissionalizante, vigiada e de clientela, foi se construindo uma estratégia de intervenção no espaço urbano, de controle da pobreza e das “classes desviantes”, que reduziu indigentes, abandonados, inválidos, doentes e delinquentes à categoria de “assistidos sociais”, para os quais foram se acumulando espaços institucionais próprios, de promoção / educação/reabilitação, com enunciados científicos, técnicos, administrativos, filosóficos e jurídicos que até hoje vigoram fortemente (Mestriner, 2001: 39-40).

Indubitavelmente, a década de 1990 representou um grande marco na vida política brasileira do País: do ponto de vista legal, insere-se no regime democrático e assegura-se o reconhecimento formal de direitos sociais e garantias civis. Na prática, porém, experimenta-se um quadro desfavorável à efetivação dessas conquistas, reiterando-se cotidianamente a violência e a violação de direitos humanos de grandes segmentos da população.

Dessa forma, governo e sociedade vendem uma imagem legal que não se concretiza: avançam com um discurso que não é operacionalizado. Reconhecem na retórica a cidadania, mas não a instituem em fatos e conseqüências. Nem a sociedade incorpora esta consciência de cidadania nem o Estado a convalida, permanecendo somente na legislação, como uma pseudocidadania.

Enquanto o espaço da política institucional se encolhe, o da não-institucional se amplia, fazendo ressurgir aqui e ali tentativas de intervenção participativa, formas de ação

⁸³Uma legislação que reconhecidamente não resolve os problemas de natureza burocrática e as indefinições da parceria estabelecida.

⁸⁴Uma análise mais aprofundada das tipologias de filantropia pode ser encontrada em Mestriner (2001).

direta, regionalismos, movimentos sociais, ongs, que, na maioria das vezes, colocam-se de costas para o Estado e são entendidas por frações deste como contraventores da ordem.

O processo de democratização da gestão, preconizado pela constituição, foi sendo prejudicado por seguidas medidas oficiais, que obstaculizaram a participação da sociedade civil nas deliberações da área e no exercício da sua representação nos conselhos implantados.

No que se refere à assistência social, ficou demonstrado ao longo do desenvolvimento deste capítulo que, no Brasil essa área foi sempre tratada de forma dúbia, considerada um campo bastante nebuloso no que se refere à relação entre Estado e sociedade civil, constatando-se que *“de fato, a assistência social no Brasil tem sido um mix de ações eventuais e pontuais de órgãos governamentais dispersos e práticas de indivíduos, grupos e entidades privadas”* (Raichelis, 1998 : 124).

O campo assistencial brasileiro manteve-se quase sempre associado a ações caritativas, higienistas, clientelistas, descontínuas, de caráter focalista e perfil conservador, tornando-se praticamente impossível vinculá-lo à noção de direito social.

A forma assistencialista como se apresenta a assistência social no Brasil pode ser analisada a partir da constatação de que: do ponto de vista político, as intervenções no campo da política social e, particularmente, na assistência social, vêm se apresentando como espaço propício à ocorrência de práticas assistencialistas e clientelistas, servindo também ao fisiologismo e à formação de redutos eleitorais (...). Em outras palavras, tratamos aqui de uma espécie de “cultura política” que nega a identidade social dos subalternos e seu pertencimento a uma classe; tratamos de uma forma de ocultar o conflito e a resistência e de legitimar a dominação”(Yazbek, 1993:41).

É interessante notar que a estruturação e consolidação da assistência social como política social no Brasil ocorreu justamente nesse campo de ambivalência e ambigüidade. Historicamente, reconhece-se que o Estado sempre exerceu papel secundário na assistência social, realizando funções meramente voltadas para a fiscalização do caráter filantrópico e/ou sem fins lucrativos das instituições e da transparência de recursos públicos a elas destinados - posição que demonstra o não investimento na construção de um referencial público de assistência social.

Assim, a perspectiva reducionista do Estado reitera a velha e tradicional regulação da assistência social fragmentada em múltiplos atores, sem o compromisso de assumir sua responsabilidade social e pública com essa área.

Inegavelmente, a ação estatal direcionada a esse segmento sempre privilegiou as iniciativas no campo da sociedade civil denominado sem fins lucrativos. Mestriner considera que *“essas organizações, pactuadas com o Estado, há muito se compuseram em um campo complexo, extremamente capilarizado, integrando os setores do voluntariado, da caridade, da benemerência, da filantropia e mesmo das iniciativas privadas de benefícios públicos”* (Mestriner, 2001: 48).

Historicamente, observa-se que a estratégia básica de atuação do Estado junto a essas organizações constituía-se, prioritariamente, no repasse de recursos destinados à realização das atividades destas entidades – apesar de contar com um conjunto de instituições e serviços disponíveis para o cumprimento de suas ações e finalidades.

Dessa forma, repasse de recursos, de subsídios, de subvenções, da atribuição de imunidades e de isenções são as modalidades básicas de relação estabelecida com essas entidades, através das quais o Estado brasileiro acaba reduzindo sua responsabilidade na área a uma mera supervisão técnica. Ou seja, o compromisso com metas, com a qualidade de ações e com a construção de direitos não são priorizados nesse tipo de intervenção estatal.

Vale ressaltar que o trânsito de expressivos recursos, a manutenção de práticas personalistas e o exercício do poder, são elementos inegavelmente presentes nesse amplo conjunto organizacional – características que afastam-se completamente dos princípios que constituem uma política de direitos. Na prática, esses elementos contribuem de forma decisiva para o surgimento de ações clientelistas e fisiologistas, propiciando também a adesão à uma postura interventiva tecnocrática – centrada no ajuizamento do profissional. Na opinião de Mestriner, esse é um fator que contribui bastante para a despolitização da população, que passa a considerar as organizações e o Estado como “grandes benfeitores”, e o benefício recebido como um favor (Mestriner, 2001).

Assim sendo, pode-se afirmar que assistência social pública, no caso brasileiro, caracterizou-se pela implementação de instrumentos de apoio as organizações, e não à população de forma direta, evidenciado a posição do Estado como intermediador das ações direcionadas ao atendimento das necessidades da população.

Embora a assistência social tenha sido elevada à categoria de política pública através da Constituição Federal de 1988 - inscrita no contexto da efetivação dos direitos sociais e inserida na agenda do Estado (nos três níveis da administração) -, o que tem sido observado

até hoje é o predomínio do privado no campo da assistência, estabelecendo-se assim a continuidade da ambigüidade com a esfera estatal.

Concretamente, predomina no campo assistencial brasileiro atual a tendência de “*legitimar ‘novas’ formas privadas de provisão de atenções sociais, por meio de ‘velhas’ formas de solidariedade familiar, comunitária e beneficente, que não alterem os mecanismos de dualização social e os processos que lhe são subjacentes*” (Idem, 2001: 27-28).

Nessa perspectiva, o Estado brasileiro retoma com nova ênfase, os paradigmas da solidariedade individual, da filantropia e da benemerência recolocando a assistência social na sua histórica dimensão de subsidiariedade, favor e voluntarismo - antes mesmo de assegurar-lhe a condição de direito público.

Conclui-se, portanto, que resta a assistência social - embora garantida constitucionalmente - um longo caminho a ser percorrido na direção de sua transformação de fato, em mecanismo de acesso da população excluída aos bens e serviços coletivos. Isto significa dizer que a implementação da concepção democrática e universalizante de assistência social enfrenta vários desafios.

Em primeiro lugar, a recorrente identificação da assistência com o assistencialismo e a filantropia contribui para a continuidade de equívocos que comprometem sua correta interpretação e sua efetiva implementação reconectando-a aos tradicionais mecanismos sob os quais a prática de assistência, entendida como ajuda, caridade, benesse, favor, historicamente foi construída no nosso país.

Destaque-se, ainda, que nessa nova abordagem coexistem atitudes democráticas e progressistas com atitudes conservadoras e autoritárias, além da manifestação de *lobbies* e grupos de pressão, configurando um conjunto de atitudes e práticas que caracterizam de forma bastante elucidativa a cultura política dos sujeitos envolvidos.

A cultura enraizada no favor, no mando e no apadrinhamento, baseada na reciprocidade e em relações de caráter personalizado - típico da matriz conservadora - constitui-se também num fator de dificuldade para a construção do novo padrão de assistência social brasileira.

É notório que a plena efetividade desse paradigma pressupõe, por exemplo, uma forte presença do Estado na elaboração, implementação e controle de uma política pública.

Nesse sentido, uma reconfiguração das organizações da sociedade civil que atuam na assistência social constitui-se num grande desafio para a construção da política pública dessa área. Naturalmente, esse desafio consiste numa reorientação do papel dessas organizações nessa área, no sentido de compatibilizar a atuação desses setores com uma política pública de direitos de forma efetiva, capaz de superar a forma de relação historicamente estabelecida com o Estado no país.

Por outro lado, é importante remarcar, ainda, que o investimento na ampliação da participação da sociedade civil nesse processo não pretende substituir ou destituir o Estado de suas responsabilidades e funções institucionais. Diferentemente disso, a idéia é buscar estabelecer com o Estado um tipo de relação que possibilite uma articulação entre as iniciativas privadas e as ações estatais, permitindo definir com clareza as responsabilidades do Estado na efetivação e implementação de uma política pública de assistência social.

Deduz-se, portanto, que alçar a assistência social ao patamar de política pública de seguridade de forma concreta e efetiva requer *“não só a sua (re)conceituação, como um conjunto de alterações institucionais e, mais do que isso, a redefinição dessa relação do Estado com a população demandatária, historicamente mediada pelas organizações sem fins lucrativos, reconhecidas como filantrópicas”*(Mestriner, 2001:18).

Com base no exposto, verifica-se que a configuração da assistência social no país enquanto direito social é uma concepção historicamente construída, e que apesar da conquista legalmente assegurada, esse modelo de legitimação social da assistência não pode ser considerado um parâmetro plenamente efetivado na dimensão prática da vida social e política do país.

Cabe aqui esclarecer que o objetivo central da retrospectiva empreendida nesse capítulo consiste no levantamento de dados de natureza teórica e empírica capazes de elucidar as conexões entre os campos assistencial e religioso observadas ao longo da trajetória histórica do país.

A partir da descrição do campo assistencial brasileiro apresentada neste capítulo, verifica-se que essas conexões estiveram presentes desde o início de nossa história, alterando-se apenas as formas e os modelos eleitos como paradigma de atuação em cada período histórico.

Neste sentido, a religião apresenta-se como protagonista do campo assistencial desde o Brasil colônia, seguindo continuamente o mesmo padrão de legitimação social: a caridade, a benemerência e a filantropia. Somente a partir dos anos 1960 observa-se mudanças significativas nesse campo. Essas mudanças referem-se, em 1º plano, às alterações no âmbito interno da igreja católica, cujos elementos indicam transformações significativas em setores dessa vertente religiosa podendo-se, simplificadamente, classificá-la como uma vertente progressista, mais precisamente como uma ala da igreja denominada “igreja popular”. As inovações daí decorrentes apontam para uma nova perspectiva de atuação desse setor da igreja católica no campo assistencial: uma concepção de ação social que, deslocando-se do eixo meramente caritativo e assistencialista, insere-se numa perspectiva de assistência que concebe os chamados necessitados como sujeitos de direitos, justificando-se assim o investimento na dimensão organizativa e de mobilização social das populações carentes - público historicamente definido como alvo da ação assistencial no país.

Nesse período, registra-se a ampliação da participação de outros atores religiosos no país (ressalte-se aí a presença dos espíritas e dos protestantes históricos, que aliam-se a setores católicos no fortalecimento da Teologia da Libertação), bem como de setores evangélicos - pentecostais ou neo-pentecostais, que serão melhor analisados no capítulo seguinte.

Partindo-se da breve retrospectiva aqui esboçada, não seria incorreto atribuir à configuração estatal historicamente estabelecida no país essa forte (quase indispensável!) presença do campo religioso na implementação de ações no campo assistencial.

Ainda com base na presente retrospectiva, observa-se que é justamente a partir do deslocamento de eixo – do caritativo para mobilização social – empreendido pela igreja católica que origina-se uma forte tendência associativa no campo assistencial brasileiro, propiciando o surgimento de entidades (religiosas ou não) nessa área de forma mais acentuada. A ampliação dessa nova modalidade de intervenção contribuiu significativamente para o processo de democratização brasileiro dos anos de 1980, desembocando na Constituição Federal de 1988.

Contraditoriamente, porém, a expansão desse associativismo contribuiu, do ponto de vista da organização da sociedade civil, para a configuração do assim chamado terceiro setor,

o qual será fundamental para a estratégia de minimização da intervenção estatal no campo social, desenvolvida no País a partir dos anos 1990.

Inegavelmente, esse é um fator que corrobora a histórica posição de desresponsabilização do Estado nessa área, favorecendo a constituição de um vastíssimo leque de entidades sem fins lucrativos que irão atuar livremente nesse campo.

É exatamente nesse vasto campo de ação que antigas práticas sociais são retomadas, agora com novas roupagens. A caridade e benemerência ressurgem não mais como operadores de legitimação necessariamente vinculados à esfera religiosa, mas como categorias mobilizadoras de ações sociais fundadas em redes de sociabilidade e solidariedade, manifestas numa sociedade civil de amplo espectro: igrejas, empresas, associações, ong's, etc. que, em parcerias com o Estado, com o mercado, ou com organismos internacionais desenvolvem atividades assistenciais de perfil profissional ou voluntário.

Vale ressaltar que, sobretudo a partir da década de 1990, observa-se um rearranjo do campo religioso, através da presença marcante dos pentecostais na esfera pública, indicando novos padrões de competição religiosa. Nesse contexto, registra-se não apenas a emergência de uma diversidade religiosa, mas sobretudo o “transbordamento do ‘religioso’ em direção a outros campos sociais como política partidária, mídia e ação social “(Conrado, 2003:2). Conforme salienta Neto (2005), observa-se a presença da religião assumindo, cada vez mais, papel de destaque na esfera pública.

Contudo, o dado novo que aqui merece ser destacado é a ampliação da atuação social que ocorre paralelamente ao crescimento do protestantismo bem como a inserção de antigas e novas denominações pentecostais no campo social evangélico. Portanto, em tempos recentes, a presença da igreja católica já não se faz solitária ou majoritariamente, somando-se a essas experiências esforços no campo evangélico em geral, e no pentecostalismo em particular.

No caso específico da IURD, observa-se que essa denominação tem desempenhado papel importante, atuando de forma competente e ágil nos campos midiático, político e assistencial. Visando o cumprimento dos objetivos do presente trabalho, interessa-nos analisar de forma mais detalhada, a atuação da Universal neste último campo, isto é, o assistencial. Nesse sentido, torna-se imprescindível traçar o perfil inicial das ações desenvolvidas na área assistencial, buscando identificar sua respectiva formatação, bem como as possíveis mutações das ações sociais no interior dessa denominação pentecostal (ou neopentecostal, conforme

veremos adiante) na área assistencial - pretensão que nos impõe a tarefa de resgatar sua trajetória no campo do ativismo social brasileiro.

Por último, vale salientar que a perspectiva histórica aqui empreendida pretende apenas delimitar um marco conceitual que permita um parâmetro referencial no campo assistencial brasileiro. Cumprida essa tarefa, pretende-se assumir uma postura aberta e flexível na busca de novas leituras e interpretações que possam, inclusive, extrapolar esse padrão referencial inicialmente assumido, com o intuito de identificar diferenciadas formatações, significados e representações das práticas assistenciais implementadas pela Igreja Universal do Reino de Deus – mais especificamente na ABC (tema a ser tratado no capítulo 3). Antes, porém, vejamos uma breve retrospectiva da trajetória do campo assistencial iurdiano, a ser desenvolvido no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2: A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD): pentecostalismo e ação social

2.1. O movimento pentecostal no Brasil: antecedentes históricos e tentativas de classificação

Inicialmente, interessa-nos aqui relembrar – de forma bastante panorâmica, alguns aspectos históricos importantes relacionados ao surgimento do pentecostalismo.

Como sabemos, o movimento pentecostal tem origem nos Estados Unidos, localizando-se em Kansas – mais precisamente, aquilo que Mendonça (1989) considera sua *sementeira*: a Escola Bíblica de Topeka – tribuna na qual Charles Pahrman, dono da escola, defendia a idéia de que o falar em línguas era um dos sinais que acompanhavam o batismo do Espírito Santo.

Estudos sobre o tema indicam que o estopim do movimento pentecostal possui estreita relação com o célebre episódio ocorrido nos EUA, em 1906, envolvendo o pastor negro William J. Seymour⁸⁵ - discípulo de Pahrman. Seymour afirmara, num sermão em Los Angeles, que Deus tinha uma terceira benção, além da conversão e da santificação e que essa benção era o batismo do Espírito Santo. A partir de experiências pessoais, ilustra essa afirmação esclarecendo o que vivenciara: “*todos foram cheios do Espírito Santo e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concediam que falassem*” (Corten, 1999:20).

O discurso de Seymour lhe rendeu a expulsão da igreja, fato que propiciou o início de uma série de reuniões promovidas pelo pastor em residências particulares da cidade - numa das quais um garoto negro de oito anos falou em línguas seguido de outras pessoas⁸⁶. Na opinião de Mendonça, esse fato pode ser considerado, formalmente, o marco do nascimento de um moderno movimento pentecostal denominado “*A Fé Apostólica*”, iniciado num antigo templo alugado por Seymour e seus seguidores

⁸⁵ Pastor batista nascido como escravo, cego de um olho e que trabalhava como garçon (Freston, 1994).

⁸⁶ Fatos ocorridos na cidade da Califórnia, em abril de 1906.

base da formação e divulgação mundial desse movimento. Desta base, vários protestantes oriundos de diversos países partiam como missionários para outras terras (Mendonça, 1989).

Segundo o autor, sob o ponto de vista teológico, o pentecostalismo tem origem “no movimento de ‘santidade’ que, por sua vez, deve muito ao conceito wesleyano de perfeição cristã como uma Segunda obra da graça, distinta da justificação” (Mendonça, 1989: 73).

O adventismo era uma característica importante desse movimento emergente, sendo a glossolalia “simples confirmação da iminência do fim” (Freston, 1994: 75). A não confirmação do advento, contudo, confere a centralidade da glossolalia na teologia pentecostal. Conforme salienta o autor, “a novidade do movimento não era o fenômeno glossálico em si, mas sim a elaboração doutrinária que lhe conferia centralidade teológica e litúrgica” (Idem, ibidem: 75).

Verifica-se, portanto, que a concepção moderna do pentecostalismo que chega ao Brasil (na sua primeira versão) é originária dos movimentos de santidade que emergiram nos EUA⁸⁷ por volta de 1910, e está baseada no batismo do Espírito Santo como terceira benção - decorrendo daí a possibilidade de manifestação do fenômeno da glossolalia.

A penetração pentecostal no Brasil ocorre entre 1910 e 1911, com o surgimento das duas primeiras igrejas originárias desse movimento no país - a Congregação Cristã do Brasil (CCB) e a Assembléia de Deus (AD) fundadas, respectivamente, em 1910 (SP) e 1911 (Belém).

Essas protoformas do pentecostalismo brasileiro (uma no norte e outra no sul, ambas ainda muito próximas de sua origem americana) estabeleceram, de fato, os marcos nacionais de um novo tipo de igreja e de expressão religiosa no país (Corten, 1999). Inicialmente, seu crescimento ocorreu de forma lenta e discreta, não preocupando os históricos – fossem de imigração européia (anglicanos, luteranos) ou de missões norte-americanas (congregacionais, presbiterianos, metodistas, batistas, episcopais). Observa-se, nesse período, que a chegada dos pentecostais era considerada mera *invasão de seitas*.

Contudo, a partir dos anos 30 o pentecostalismo se expande⁸⁸ nacionalmente enfatizando a ação do Espírito Santo – fato que o “revestia de um poder capaz de abalar velhas estruturas eclesiais, colocando em xeque suas próprias formulações teológicas” (Corten, 1999: 19). A ampliação do fenômeno foi surpreendentemente rápida, provocando espanto e polêmica, tornando praticamente inviável a realização de um levantamento⁸⁹ completo e preciso.

87 Nos EUA, as datas relacionadas à emergência desses movimentos mais comumente divulgadas referem-se ao período entre os anos de 1901 (Topeka, Kansas), 1906 (Los Angeles), e 1907 (Chicago).

88 Segundo Corten, “da mesma forma que se espalhou pelo mundo, a partir dos inusitados acontecimentos no protestantismo norte-americano” (Corten, 1999: 19).

89 Na opinião de Mendonça as dificuldades encontradas na tarefa relativa à identificação dessas

Conforme salienta Nascimento, uma das características mais marcantes do fenômeno pentecostal é sua capacidade de dividir-se e fragmentar-se propiciando o surgimento constante e permanente de novas igrejas. Paralelamente às mudanças ocorridas nas principais igrejas pentecostais do Brasil, observa-se o surgimento de uma nova igreja em cada canto do país – fator que dificulta enormemente o processo de mapeamento destas denominações (Nascimento, 2003). Mas afinal o que vem a ser uma igreja pentecostal?

São vários os estudos de especialistas na área acadêmica dedicados à compreensão do impacto das denominações pentecostais na realidade brasileira - incluindo aí tentativas de mapeamento de suas ramificações, além de construções tipológicas de suas vertentes. Contudo, é interessante observar, por exemplo, que não há consenso em relação à demarcação periódica constitutiva da história pentecostal no Brasil – fator que acaba propiciando uma classificação tipológica baseada na idéia de pentecostalismo que cada autor possui. Esse fato pode estar relacionado à inexistência de uma história⁹⁰ acadêmica do pentecostalismo brasileiro (Freston, 1994), pois conforme salienta Wach “*sem o trabalho do historiador da religião o sociólogo fica desamparado*” (Wach, 1944: 2 in Freston, 1994: 67).

As tentativas empreendidas nessa linha de *classificação* podem ser traduzidas através de duas tendências básicas e representativas dos estudos nessa área. A primeira delas, representada por José Bittencourt Filho, considera que a história do pentecostalismo no Brasil divide-se em dois períodos básicos: a) de 1910 a 1950, com o chamado *pentecostalismo clássico*; e b) a partir de 1950, com o pentecostalismo autônomo.

Partindo das contribuições de Mendonça, Bittencourt Filho (1994) propõe o conceito de *pentecostalismo autônomo*⁹¹ sendo a cura, o exorcismo e a prosperidade suas características essenciais. Ou seja, são exatamente os componentes de sua proposta teológica e ritual que demarcam as diferenças básicas tanto em relação ao *protestantismo histórico* quanto ao *protestantismo clássico*. Segundo o autor, mais que uma proposta, essa novidade é uma resposta às necessidades da população – argumento pautado em raciocínio sociológico que transmite a idéia de que essa religiosidade pentecostal se adapta às demandas de um determinado segmento social.

igrejas podem ser explicadas pela efemeridade e itinerância de algumas delas, e também por serem consideradas verdadeiras empresas particulares, registradas em nome dos seus próprios componentes (Mendonça, 1989).

90 Freston assinala que apesar dos seus oitenta anos de existência o pentecostalismo brasileiro conta apenas com dezessete das quatrocentas páginas que compõem a “História Documental do Protestantismo Brasileiro”.

91 A IURD é considerada o referencial empírico dessa terminologia.

A segunda tendência, representada por Paul Freston (1993) e Ricardo Mariano (1996), considera que a história pentecostal divide-se em três períodos distintos, assim distribuídos: a) 1910-1950; b) 1950-1975; c) a partir de 1975 até os dias atuais.

Inspirado nas formulações do sociólogo David Martin, Freston utiliza o termo *onda* (fator cultural e modalidades de inserção institucional) para caracterizar os diferentes pentecostalismos, sugerindo a seguinte divisão: 1ª onda (1910) - momento de introdução desse movimento cuja principal característica é a glossolalia; 2ª onda (anos 50) - caracterizada pelas várias modificações ocorridas nas práticas pentecostais tais como cura em locais de grande concentração humana, o uso dos meios de comunicação e apropriação de lugares seculares (ruas, estádios, cinemas) e menores restrições quanto às regras comportamentais (todas propiciadas pela conjuntura da época); 3ª onda (anos 70) - o agravamento da situação econômica agudiza essas transformações sociais observando-se a partir daí a inclusão da presença significativa das religiões afro-brasileiras no campo religioso: uma nova teologia, a ênfase sobre o exorcismo, a entrada das igrejas no universo da tv seriam as respostas provocadas por essas transformações.

Partindo da classificação de Freston (1993), Ricardo Mariano (1996), identifica outros critérios e propõe a sistematização das igrejas pentecostais em três categorias: *pentecostalismo clássico*; *pentecostalismo neoclássico* e *neopentecostalismo*⁹² – o termo *neopentecostalismo* vem sendo utilizado para identificar as igrejas pentecostais mais recentes e caracterizar a terceira onda pentecostal.

O ponto central do argumento de Mariano na caracterização do *neopentecostalismo* – argumento que o diferencia das demais abordagens - consiste na ênfase atribuída aos elementos teológicos. Para o autor, a ruptura teológica sugerida pelo *neopentecostalismo*⁹³ resume-se em três pontos: o valor atribuído às entidades demoníacas – e, conseqüentemente, a importância atribuída ao exorcismo e ao combate às religiões afro-brasileiras; a influência da teologia da prosperidade – da qual decorre a cura e os milagres que, por sua vez, dependem do dízimo e das ofertas; e a liberação dos usos e costumes – anteriormente utilizadas para diferenciar os adeptos pentecostais tradicionais (Giumbelli, 2002: 306).

92 “Entre os pentecostais clássicos e os ‘neoclássicos’ haveria uma identidade básica, ambos comprometidos com certos ideais de “sectarismo” e “ascetismo”, fundamentados na idéia de dons do Espírito Santo (ênfatizando, no 1º caso, a glossolalia, e no segundo, a cura), e suas diferenças seriam produto da distância temporal com que foram introduzidos no Brasil; a distinção fundamental estabelece-se entre essas duas categorias e os “neopentecostais”, já que nestes observa-se a existência de inovações propriamente teológicas” (Giumbelli, 2002:305).

93 Mais uma vez a IURD é a referência empírica básica. Dessa vez, utilizada por Freston para caracterizar a terceira onda (Giumbelli, 2002).

Verifica-se, pois, que são muitas as diferenças observadas no quadro analítico e tipológico referente ao pentecostalismo no Brasil. Apesar disso, afirmações importantes sobre o campo pentecostal podem ser consideradas unânimes: é o segmento mais estudado nos últimos anos - sobretudo na década de 90; seu crescimento não ocorreu apenas em relação ao número de adeptos, mas também no que se refere à dimensão institucional; a classificação das igrejas pentecostais - tanto entre si como em relação aos demais grupos protestantes, tornou-se um elemento primordial nas interpretações acadêmicas sobre seu crescimento e significado (com isso, a idéia de diversidade do campo protestante tradicional - há muito tempo assumida, foi também aceita em relação ao universo pentecostal (Idem, 2002).

É importante destacar que o Brasil é considerado, hoje, a maior comunidade protestante do mundo depois dos Estados Unidos. É importante ressaltar, ainda, que apesar do registro da existência de vários pentecostalismos, o fundamental é perceber que independente da

classificação que recebam - seitas, igrejas autonômas, pentecostalismo clássico, neopentecostalismo, terceira onda, etc. - , suas características de 'religião de massa', ao lado de um entusiasmo individual e comunitário que mais se aproxima dos tempos da igreja primitiva, constituem, como foi mencionado, um desafio para as igrejas históricas, para a teologia e para o movimento ecumênico em particular (César e Shaul, 1999: 25).

Cabe ressaltar que o esforço classificatório é dinâmico e tende a considerar as mudanças introduzidas no campo em mutação.

2.2. O surgimento da Igreja Universal do Reino de Deus: contextualização e caracterização do fenômeno iurdiano no país

Com base no exposto verificamos que o chamado *neopentecostalismo* emerge num contexto social, econômico, político, cultural e religioso de enorme crise: elevado índice de desemprego; crescente manifestação da violência e da criminalidade; destradicionalização e modernização sociocultural; plena vigência da liberdade religiosa e de um mercado religioso pluralista; quase nenhuma regulação estatal da religião; enfraquecimento religioso; secularização e declínio numérico da igreja católica; ampla e permanente expansão pentecostal; extensa difusão dos meios de comunicação de massa (Mariano, 2003:53-54).

As conseqüências decorrentes dessa conjuntura permitiram a configuração de um campo religioso no qual diferentes crenças e práticas religiosas foram amplamente sugeridas às classes populares. O pentecostalismo, inaugurando a sua terceira onda - para seguir a classificação de Freston, ou o *neopentecostalismo* - usando a expressão de Mariano, representa uma dessas variadas

sugestões⁹⁴. Uma dessas denominações é a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), fundada em 1977, na cidade do Rio de Janeiro, por ex-membros da Igreja Nova Vida⁹⁵.

A IURD demonstra, desde o início, uma enorme capacidade de expansão: já nos primeiros oito anos de existência contava com 356 templos; doze anos após seu início, esse número chega a 571 templos, alcançando a marca de três mil em dezoito anos de vida! (Oro, Corten e Dozon, 2003). Dados mais recentes, publicados na revista *Veja*, em julho de 2002, indicam a existência de 7 mil templos e 14 mil pastores espalhados por todo o Brasil - despontando como a terceira igreja evangélica brasileira em número de adeptos.

Do ponto de vista geográfico e espacial está presente, estrategicamente, nas capitais e nas médias e grandes cidades concentrando-se, sobretudo, em três importantes estados: Rio de Janeiro (berço de seu nascimento) e São Paulo – as mais importantes cidades da região sudeste e, curiosamente, na Bahia – berço do candomblé.

Contudo, a expansão da Igreja Universal do Reino de Deus não se restringe às fronteiras internas do país. Seu espantoso crescimento extrapola a dimensão nacional e alcança⁹⁶ outras terras e outros povos cujos territórios⁹⁷ são explorados sobretudo a partir da década de 1990⁹⁸ - fato considerado por alguns estudiosos como decorrência da *guerra santa* na qual a Universal mergulhou a partir de 1995 (Oro, Corten e Dozon, 2003).

Esta surpreendente expansão externa evidencia um grau de receptividade internacional bastante significativo, sugerindo a idéia de que “a fórmula ‘made in Brasil’ da Igreja Universal é muito apreciada, porque estrangeira, mas não norte-americana, e também porque se apresenta sob as cores da mestiçagem” (Oro, Corten e Ozon, 2003:37).

94 Que a julgar pela diversificação de denominações observadas no período, foi amplamente aceita por grande parcela da população brasileira.

95 Segundo Freston, a Nova Vida foi pioneira de um carisma de classe média, um tanto à frente do seu tempo no Brasil. A Nova Vida foi berço de três grupos da terceira onda (IURD, IIGD e Cristo Vive) cujos fundadores (Macedo, Soares e Miguel Ângelo respectivamente foram membros lá” (Freston, 1994: 132).

96 Em 1995, o número estimado de igrejas no exterior é de 221, passando a 500 no ano de 1998 e alcançando, aproximadamente, o número de mil igrejas em 2001 (Oro, Corten e Ozon, 2003).

97 Quase todos os países da América Latina; metade dos países da África; Canadá e Estados Unidos (América do Norte); Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Portugal, Inglaterra, Itália, Países Baixos, Suécia, Suíça, Romênia e Rússia (Europa); Japão, Filipinas, Índia e Israel (Ásia) (Oro, Corten e Dozon, 2003).

98 O período que marca o início de sua presença no exterior tem dupla interpretação: o site da IURD informa como data de fundação da 1ª igreja - localizada em Nova York, o ano de 1980; já Paul Freston considera que a data mais provável seja o ano de 1985, na fronteira do Brasil com o Paraguai. (Oro, Corten e Dozon, 2003).

Seu estupendo sucesso é atribuído, em grande parte, a Edir Bezerra Macedo – o bispo Macedo, um dos seus fundadores, hoje administrador geral da igreja. Macedo é considerado homem de fé com grande capacidade administrativa e gerencial, cuja visão empresarial permitiu a captação, diversificação e ampliação de bens consideráveis – um verdadeiro império construído em apenas trinta anos de existência de igreja. São dezenas de empresas: uma construtora, uma gráfica, um jornal e um grande número de rádio e tv – Rede Record, Rede Família e Rede Mulher (que juntas somam mais de 20 emissoras de tv).

Caracterização do fenômeno iurdiano no campo ‘neopentecostal’

Segundo Campos, “A Iurd acredita ter sido edificada sobre e pelo Espírito Santo, que estaria presente entre os seres humanos por meio de pastores escolhidos com a missão de curar, exorcizar os demônios e promover uma vida de prosperidade ainda neste mundo” (Campos, 1997 apud Serdeiro, 2003:111). De modo que o exorcismo, a cura, a confissão positiva, o dízimo e a prosperidade são elementos importantes na configuração da teologia iurdiana - indissociáveis da sua cosmovisão e continuamente explicitados nas variadas pregações dos pastores dessa denominação.

O exorcismo pode ser considerado elemento fundamental de sua identidade pois sendo o demônio⁹⁹ considerado responsável por todos os males que acometem os fiéis a sua expulsão seria, conseqüentemente, o primeiro passo para o recebimento de bênçãos, isto é, para a obtenção da cura – já que a doença¹⁰⁰ é vista como desordem provocada pelos *espíritos imundos* (Serdeiro, 2003). Para alcançar a prosperidade e ter uma vida abundante o fiel precisa – além de uma confissão positiva, demonstrar fidelidade a Deus nos dízimos¹⁰¹ e ofertas.

Teoria persecutória e sincretismo religioso também marcam o modo de ser iurdiano no campo religioso atual. Observa-se que a idéia de igreja perseguida é cultivada internamente: os próprios pastores alertam para a possibilidade de perseguição por parte de familiares e amigos; a idéia de inveja (olho gordo) é difundida largamente. Na opinião de Mafra (in Giumbelli, 2002) essa retórica

99 Na IURD são considerados demônios as entidades e orixás dos cultos afro-brasileiros e dos espíritos do Kardecismo que manifestam-se sob convocação dos pastores e por eles são expulsos mediante a imposição de mãos.

100 Nem todo doente está endemoninhado, mas todo endemoninhado é doente (Serdeiro, 2003; 117).

101 O dizimista, na Iurd, é o único com o direito (adquirido) de cobrar de Deus as bênçãos prometidas.

persecutória vem sendo utilizada para sustentar sua própria posição na sociedade propiciando-lhe poder e força de mobilização no interior do campo protestante¹⁰².

Verifica-se comumente, que diversos termos e expressões originariamente presentes nas religiões afro-brasileiras e mediúnicas são utilizadas em atividades rituais e simbólicas da igreja universal – muitas delas servindo de ponte entre a IURD e o candomblé. Na sua grande maioria, as orações e campanhas desenvolvidas na igreja podem ser identificadas através do universo que compõe a *religiosidade popular*. Pode-se afirmar, portanto, que sua identidade é

marcada por um caráter multifacetado: ao mesmo tempo em que é sincrética, incorporando elementos da cultura e religiosidade popular brasileira, ela se impõe a alguns símbolos da identidade nacional, demonstrando seu caráter contrastivo. Mas o sincretismo é presente e acontece à revelia do discurso. Por outro lado, ao mesmo tempo em que admite um contingente expressivo de frequentadores flutuantes e um intenso trânsito religioso, a IURD se opõe às pertencas duplas, exigindo a adesão exclusiva de seus membros e o engajamento efetivo do grupo (Serdeiro, 2003:114).

A IURD identifica-se não apenas como pentecostal, mas também como evangélica. Conforme salienta Giumbelli, no estatuto de fundação está registrado que sua criação foi uma iniciativa de indivíduos vindos de várias organizações evangélicas, “*para dar continuidade à obra de evangelização iniciada por Nosso Sr. Jesus Cristo (...)*” (Giumbelli, 2002: 345-346).

Os iurdianos argumentam que exorcismo, cura e prosperidade são elementos encontrados também nas doutrinas de outras denominações evangélicas e que seus princípios são os mesmos das demais igrejas, ressaltando-se apenas as diferenças em relação aos seus costumes e as ênfases dadas por cada uma das denominações a determinados aspectos do ministério do Senhor Jesus Cristo e seus apóstolos. Portanto, *neopentecostalismo* seria um termo preciso para indicar as diferenças e ênfases que singularizam a IURD pois “*trata-se de uma raiz histórica do pentecostalismo e não um modismo ou um meio de extorquir dinheiro e se aproveitar da fé das pessoas*” (FU 11/06/95 in Giumbelli, 2002:344). Talvez isso justifique o fato dessa denominação assumir de forma tão definida e tranqüila o termo *neopentecostal*. Afinal, conforme observa Giumbelli,

o termo em si não é negativo: literalmente, faz vislumbrar um ‘pentecostalismo’ mais recente ou de feição renovado. Não é como seita, palavra secular cujo sentido tende para o pejorativo. Nem contém qualquer parentesco, no seu estatuto, com

¹⁰² A igreja insistiu em perseguição após a prisão de Macedo (em 1992), e fez o mesmo em relação a divulgação do vídeo do chute na santa (1995).

‘baixo espiritismo’, expressão que surge para orientar o trabalho de repressão oficial aos cultos mediúnicos na década de 20 (Giumbelli, 2002: 342).

O autor avalia que é importante remarcar, na identidade iurdiana, a capacidade de estabelecer com igual facilidade, diferenças ou semelhanças em relação às igrejas evangélicas em geral. Um traço de semelhança refere-se à centralidade da identidade pentecostal na construção da subjetividade dos fiéis: o *ser pentecostal*, torna-se inclusive mais forte, isto é, hierarquicamente superior, à própria identidade nacional, por exemplo. Já uma marca diferencial na sua auto-definição e busca de identidade reside na pretensão de tornar-se porta-voz e representante do universo evangélico mais amplo.

O sucesso fenomenal, sobretudo a partir do final dos anos 1990 – com a larga penetração na política partidária, com a ampliação das ações sociais e com grande legitimidade como representante e portadora das reivindicações evangélicas – sem falar no seu fortalecimento econômico e midiático, não passou despercebidos a cientistas sociais do Brasil e do exterior. Obviamente a explicação para tal sucesso não podia ser reduzida meramente ao carisma individual do bispo Macedo e ao carisma institucional da IURD (com seu poderio econômico, político e midiático). Por isso, entender melhor o sentido da religião na vida do povo, as simbologias, etc. são aspectos importantes a serem considerados na busca de interpretações satisfatórias para o crescimento assustador do fenômeno.

Indubitavelmente, os estudos dedicados ao tema são inúmeros e variados, destacando-se contribuições de antropólogos, sociólogos, historiadores, estudiosos das ciências da religião, etc.

Uma das interpretações - recorrentemente presente nesses estudos, aponta o quadro de pobreza acentuada que atinge grande parte da população brasileira como o elemento motor que propicia o surgimento de novos e numerosos adeptos às chamadas ‘*seitas populares*’¹⁰³ (Mariano, 2003; Gomes, 1994, etc.). Na opinião de Gomes, a estes segmentos da população empobrecida e carente de *posse*, para os quais foram “*fechados todos os canais, resta o nível imaginário, o âmbito das vivências, dos desejos dos signos e dos valores e a dimensão religiosa. Aqui sim, a posse se torna uma realidade tangível e a miséria um paradoxo explicável*” (Gomes, 1994: 249).

103 Sobre o assunto ver o excelente trabalho de Wilson Gomes publicado em 1994, mas ainda muito atual e instigante para um debate sobre o campo religioso brasileiro: “Nem Anjos nem Demônios – Interpretações sociológicas do Pentecostalismo”. Petrópolis, Vozes, 1994.

Ou seja, a relação estabelecida entre marginalização e posse é, no caso, chave preciosa para a compreensão do fenômeno, pois conforme avalia o autor o sucesso da IURD decorre da vontade, do desejo de posse “por uma vida boa” por parte daqueles que praticamente nada possuem. Essa postura de *vontade* observada nos fiéis desabona o estereótipo do pobre como sempre apático e desinteressado em relação a mudanças e/ou transformações - comumente presente nos ensaios sociológicos sobre o tema (Idem, 1994).

Mariano, por sua vez, também considera que a categoria *marginalidade* mantém estreita relação com o sucesso da Universal pois observa que essa igreja cresce “majoritariamente nos estratos desprivilegiados” – fato que explica a expressiva parcela de negros e pardos presentes nessa denominação (Mariano, 2003).

É interessante observar que embora o pentecostalismo evite ser uma religião de pobres a justificativa para o seu crescimento pode estar atrelada ao descompromisso das igrejas históricas para com “os pobres deste mundo” (César e Shaul, 1999) na atual realidade brasileira. Reflexões desses autores sobre o tema resultam na seguinte interrogação: “*Não teria sido por isso que essa nova corrente evangélica, nascida entre os pobres e negros, desvinculou-se das formas tradicionais do protestantismo*”? (César e Shaul, 1999: 29).

Verifica-se, ainda, a busca de uma certa equivalência entre a concepção de ‘pobres explorados’ e ‘chamados à conscientização’ (oriunda da teologia da libertação) e a concepção pentecostal “*daquele cuja ‘vida está quebrada’, que está ‘no fundo do poço’ e para quem a igreja é a última porta*” (Corten, 1999: 11). No tocante a essa tentativa de equivalência o autor considera imprescindível avaliar se “*o ‘pobre que se torna não pobre’ do pentecostalismo é o equivalente desse ‘pobre’ conscientizado da teologia da libertação?*” (Idem, *Ibidem*: 12).

Corten considera que o fundamento dessa questão pode ser localizado numa importante reinterpretação da história bíblica da salvação sistematizada por Shaul (1999). Nessa reinterpretação, Shaul analisa comparativamente os dois paradigmas (o tradicional e o novo) concluindo que no segundo “*o mal é algo exterior que explica a pobreza e a desordem, sendo a ressurreição de Cristo e o poder do Espírito Santo a boa-nova. A fé é o começo de uma nova interação com Deus e a tomada de posse, graças ao poder de Deus, daquilo que se perdera no controle da vida*” (Idem, *Ibidem* :13).

Seguindo a reflexão de Shaull verifica-se que esse paradigma é uma nova experiência de libertação do pobre e que a expansão acelerada do pentecostalismo repousa nessa vasta esteira, alterando inteiramente o sentido do religioso: a salvação passa a ser concebida a partir da dimensão presente, e não mais como um elemento futuro, do além. Na tipologia de Freston, por exemplo, o surgimento desse novo tipo de pentecostalismo é visto como uma resposta aqui e agora para as dificuldades, expectativas, e valores de uma determinada parcela da população num determinado momento histórico.

Talvez o foco analítico desse tipo de avaliação sobre o quadro pentecostal e neopentecostal no país enfatize demasiadamente a configuração e análise conjuntural que caracteriza o seu surgimento. Contudo, irremediavelmente são essas as características que compõem o universo pentecostal em geral, e iurdiano em particular, portanto, não podemos desconsiderar a contribuição que essa perspectiva de análise oferece.

No entanto, outras contribuições são necessárias e complementares. Dentre as quais, as oferecidas por Bonfatti (2000), Mariz e Machado (1998) e Machado (1996), cujo enfoque analítico busca privilegiar outros aspectos que compõem e motivam o comportamento dos fiéis: a subjetividade de cada um deles.

Giumbelli (2002) e Shaull (1999) advertem ainda, que para compreender esse sucesso irrefutável da IURD é necessário analisar uma espécie de acomodamento da denominação a uma definição moderna e individualista do religioso – os fiéis estão lá por livre iniciativa, porque querem transformar apenas suas próprias vidas, sugerindo que o sucesso é conseqüência de um profundo mergulho da IURD na modernidade e da revolução de métodos por ela empreendidos. Essa leitura e interpretação pode ser observada também em outros autores, fortalecendo a idéia de que “O sucesso da IURD é um traço notável da modernidade transnacional atual. Não se trata somente do sucesso de uma máquina narrativa e de uma empresa organizacional fora do comum, mas também de uma certa concepção de fé e de sua capacidade de adaptar-se as mais diversas situações da vida “ (Oro, Corten e Dozon e 2003: 30).

Embora a Igreja Universal do Reino de Deus seja comumente considerada uma ‘igreja controversa’ (Mariano, 2003, entre outros), possuidora de inúmeros críticos - a imprensa secular tem lhe reservado expressivo espaço enfatizando seus aspectos negativos -, é importante afirmar que essa denominação inegavelmente “*ampliou e aprofundou as*

transformações pelas quais tem passado o campo religioso brasileiro nas últimas décadas “ (Mariano, 2003: 59).

O forte envolvimento da IURD com temáticas de caráter público, “*numa época em que a religião vem sendo definida como algo da ordem do privado*” (Simões, 2005), demonstra claramente o papel dessa denominação no processo de mudanças acima referido. Sua participação nesse setor expressa-se, sobretudo, através do *tripé*¹⁰⁴ Mídia/Política/Filantropia - estratégias básicas de atuação (e de investimentos) que contribuem não apenas para a formatação de um campo de legitimação social institucional, mas também para a ampliação do seu quadro de fiéis e colaboradores.

Vejam, a seguir, de forma bastante panorâmica, a construção do processo de inserção da IURD, particularmente no campo assistencial, buscando evidenciar as imbricações com o campo político - decorrentes da inserção dessa denominação na política partidária do país.

2.3. Situando o universo iurdiano no campo assistencial: breve retrospectiva

Conforme assinalado no decorrer do primeiro capítulo, a realização de atividades de cunho social genericamente denominadas *ações sociais* têm sido, ao longo do tempo, prática habitualmente exercida pelos diversos atores¹⁰⁵ que compõem o campo religioso brasileiro fundamentando-se na cosmovisão construída pelas religiões e, principalmente, por seus princípios éticos e humanistas (Simões, 2000).

Independentemente das diferenças em relação à natureza, concepção, modalidade, área de abrangência da ação desenvolvida - ou mesmo em relação ao grau de investimento e/ou nível de aprofundamento dedicado ao tema por parte dos dirigentes de cada grupo religioso -, o fato é que a assistência ocupa lugar de destaque nessas instituições sendo concebida no imaginário social brasileiro de forma indiscutivelmente associada à religião.

¹⁰⁴Para um maior aprofundamento das discussões referentes à formulação e funcionamento desse *tripé* no mundo pentecostal, ver Machado (2001).

¹⁰⁵ No Brasil, catolicismo e espiritismo destacam-se como promotores de inúmeras campanhas e de muitos trabalhos solidamente institucionalizados de ajuda e promoção social.

Católicos, espíritas, protestantes e pentecostais, representantes das religiões afro-brasileiras - todos -, ao seu modo, seguem tecendo as teias de sustentação necessárias ao percurso assistencial do seu território sagrado.

Neste item, portanto, interessa-nos abordar mais especificamente a presença da IURD nesse campo buscando traçar o perfil assistencial inicialmente adotado no âmbito institucional dessa denominação.

Vale remarcar, de início, um traço bastante marcante na atuação da Igreja Universal do Reino de Deus no campo assistencial: as ações sociais institucionalmente implementadas sofrem importantes mutações, adaptando-se rapidamente às mudanças ocorridas na conjuntura sócio-política do país e assumindo um perfil de assistência de tipo novo, completamente sintonizado com as novas configurações do campo assistencial brasileiro atual.

Seria importante destacar também, que à medida em que a Universal procura se afirmar na condição de legítima representante do campo neopentecostal, as mudanças institucionais observadas parecem buscar a mimetização da Igreja Católica na área da assistência social (Giumbelli, 2002).

Registre-se ainda que, no caso da IURD, política e mídia são temas necessariamente presentes no desenvolvimento das ações sociais iurdianas - cujas conexões serão brevemente apontadas no decorrer desse item.

Vejamos, pois, quais os elementos centrais na constituição e nas mutações do campo assistencial da Igreja Universal ao longo de sua trajetória.

Configurações das primeiras iniciativas e ampliação das ações sociais

As primeiras iniciativas da IURD no campo assistencial podem ser consideradas tímidas e de caráter notadamente tradicional. Aos poucos, porém, vai ampliando suas atividades e alterando o seu *modus operandi* nesse campo, adaptando-se rapidamente às mudanças ocorridas no interior da sociedade brasileira nas suas mais variadas expressões: econômica, política, cultural.

Um estudo realizado por Maria das Dores Campos Machado ilustra de forma bastante clara e sucinta as rápidas metamorfoses observadas na trajetória do campo assistencial da IURD. No referido trabalho, a autora formula um quadro interpretativo

baseado em três fases distintas, cuja organização temporal poderá contribuir para melhor situar (e analisar) a intervenção social iurdiana no contexto brasileiro nos respectivos períodos sugeridos: 1977-1993 (1ª fase); 1994-1998 (2ª fase); 1999 em diante (3ª fase) (Machado, 2003).

De acordo com o estudo realizado a autora assinala que são poucos os registros das ações desenvolvidas na primeira fase e que as sistematizações desse período são baseadas em dados veiculados em matérias da Folha Universal. Com base nessas informações, portanto, verifica-se que atividades de caráter mais tradicional tais como visitas a hospitais e presídios visando distribuição de remédios e de material de higiene, além da realização de cursos de alfabetização para adultos nos próprios templos constituíram as ações básicas dessa primeira etapa.

A estratégia básica adotada naquele momento constituía-se da implementação do Projeto *Ler e Escrever*: através da alfabetização de fiéis alcançava-se o propósito de leitura e interpretação da Bíblia e, conseqüentemente, tornava-se possível a formação de novos quadros dedicados à evangelização em larga escala - hospitais, praças e presídios portanto, eram os espaços privilegiados de atuação.

Interessante observar que é exatamente a implementação do trabalho de evangelização que impulsiona a realização das ações sociais propriamente ditas: do trabalho de evangelização realizado nas praças, por exemplo, decorrem as atividades¹⁰⁶ de caráter mais tradicional (cortes de cabelo e barba, refeições noturnas para população de ruas periféricas das grandes cidades); do trabalho de evangelização realizado junto aos presos decorre o programa *A hora do presidiário*, transmitido pela Radio Record¹⁰⁷ – RJ e SP (considerada a atividade mais original realizada no período) (Idem, 2003).

Contudo, é importante registrar que mudanças significativas obtidas junto a esfera pública e política ocorrem ainda na primeira fase das ações sociais da IURD: em 1992, assume a direção da Sociedade Pestalozzi (SP) - entidade anteriormente administrada pelos

106 Pastores e obreiros são, preferencialmente, os responsáveis pela execução dessas práticas sociais – vistas como uma extensão do trabalho pastoral e como compromisso com a igreja.

107 É fácil prever que os meios de comunicação irão exercer papel importante na implementação das atividades de cunho social e na divulgação constante das obras sociais da igreja.

espíritas; em 1994, assume a presidência da Fundação Leão XIII¹⁰⁸ – instituição tradicionalmente ligada à Igreja Católica.

Observa-se, portanto, que a decisão de investir fortemente na política – indicando seus representantes institucionais como candidatos aos diferentes mandatos políticos (vereador, deputado estadual e/ou federal, senador) -, começa a apresentar resultados favoráveis – tanto através da confirmação da eleição dos seus candidatos quanto através das articulações políticas daí decorrentes – indicando, desde o início, fortes conexões entre os campos social e político.

Nesse sentido, os *ganhos* políticos impulsionam importantes alterações no campo assistencial. A criação da Associação Beneficente Cristã (ABC)¹⁰⁹ - entidade responsável por uma ampla diversificação nas ações¹¹⁰ assistenciais da denominação – é uma dessas alterações. Fundada em 1994, a ABC inaugura o início da segunda fase das ações assistenciais da IURD.

É importante destacar que essa etapa tem como eixo principal a adoção de estratégias apontadas por movimentos sociais e outros segmentos religiosos cujo principal empenho, à época, centrava-se no combate à fome. Sob a influência desse movimento a IURD inaugura um “*processo de mobilização e conscientização nas suas linhas de ação*” (Machado, 2003: 308) passando a atuar de acordo com a tendência associativa típica dos anos 1990. Nessa perspectiva, lançou o *Movimento Brasil 2000 – futuro sem fome* e realizou vários eventos destinados à mobilização social e arrecadação de alimentos em várias capitais do Brasil - dos quais destaca-se o evento denominado *Vigília das Canções*, realizado em São Paulo, em 1994.

Dessa forma, observa-se que entre os anos de 1994 e 1995 foram inúmeros os eventos organizados dos quais *brotavam* toneladas de alimentos confirmando a enorme capacidade de mobilização da igreja. Efetivamente, seu propósito era alargar as fronteiras do universo evangélico através da mobilização não apenas dos próprios fiéis e de outras

108 O apoio ao governador Marecelo Alencar (RJ), em 1994, foi decisivo para a inserção da Iurd nessa área.

109 Com estrutura autônoma, a ABC possui a sua própria revista e um espaço de grande destaque nos meios de divulgação da IURD (programas da Record ou edições da Folha Universal).

110 A partir daí, a ABC passa a coordenar as atividades de maior importância garantindo a IURD um papel de destaque no atendimento à população e na distribuição de cestas básicas, roupas e remédios a instituições filantrópicas e moradores de favela.

denominações, atingindo também segmentos não evangélicos. Conforme assinala Machado, “*o caráter emergencial de suas ações e a ênfase nos objetivos humanitários das campanhas favoreceram a participação de diferentes setores sociais e deram uma certa legitimidade às iniciativas da IURD junto à população*” (Machado, 2003: 310).

Por outro lado, as alianças políticas estabelecidas (em São Paulo, com Maluf e Pitta, e no Rio de Janeiro, com Marcelo Alencar), propiciaram uma maior penetração da entidade beneficiante da IURD através da ampliação de parcerias em vários projetos sociais.

A implementação do Projeto Nordeste, em 1999, caracteriza o terceiro momento da política assistencial da IURD. Seu marco referencial é a expansão dessa política para o sertão nordestino visando uma intervenção profunda e definitiva junto aos problemas enfrentados na região, cujas ações básicas giram em torno da Fazenda Canaã – com a importação do projeto de irrigação de Israel. Concomitantemente ao desenvolvimento desse projeto inicia-se um processo de resgate da dignidade da população da cidade de Irecê/Bahia. Além da produção agrícola, geração de emprego, crianças na escola, assistência médica e odontológica constituíam os objetivos do projeto (Revista Plenitude, n. 80, ano 21, 2002).

Observa-se, portanto, que a assistência social na IURD é fato incontestável e que sua evolução no curto espaço de tempo de existência dessa denominação é igualmente inegável. Retrospectivamente, vimos que inicia suas atividades com ações meramente assistencialistas e pontuais. Paulatinamente, contudo, vai alterando esse perfil e adotando categorias presentes no âmbito dos movimentos sociais mais amplos. Vale registrar, porém, que essas mudanças não ocorrem aleatoriamente.

Vejam, a seguir, alguns significativos fatores desse processo que sugerem a ocorrência de conexões importantes entre as esferas assistencial e política presentes na configuração institucional iurdiana atual.

As Conexões entre os campos político e assistencial

Uma breve retrospectiva dos resultados eleitorais obtidos nas décadas de 80 e 90 demonstra, no final dos anos 90, a ocorrência de uma clara neopentecostalização da política evangélica – cujo predomínio, após a redemocratização, havia sido do pentecostalismo

clássico (Conrado, 2001).

Segundo o autor a participação da IURD nesse processo se diferencia bastante da participação das demais igrejas pentecostais tanto no que se refere ao aspecto quantitativo quanto em relação às estratégias¹¹¹ utilizadas para atingir os objetivos propostos confirmando-se uma certa unanimidade em torno da idéia de que a participação dos seus fiéis no processo eleitoral está bastante acima da média, “*tanto em termos de engajamento ativo como militantes da campanha, quanto no sentido de orar pelos seus candidatos – em vez de orar pelas eleições, como a maioria dos evangélicos*” (Conrado 2001: 87).

Na opinião de Conrado, os resultados eleitorais alcançados pela IURD confirmam a eficácia simbólica do trabalho político de lideranças institucionais que, através de uma espécie de transferência do capital religioso ou simbólico para o político, buscam adquirir o preparo e a competência necessários para atuar no campo político.

Contudo, embora seja inegável a consolidação do exercício da cidadania política da IURD, observa-se que a forma como a instituição vem exercitando esse direito ao longo do tempo merece algumas reflexões importantes. A partir do estudo realizado, pode-se apontar alguns dos elementos que consideramos cruciais ao aprofundamento da questão.

Um primeiro elemento importante refere-se à dimensão democrática observada no interior da IURD. A estrutura hierárquica e centralizada dessa denominação não favorece a ampliação de relações democráticas entre seus pares – sejam eles membros da cúpula, ou simplesmente obreiros ou fiéis. Exemplo disso, é a natureza do processo eleitoral vivenciado internamente: a escolha dos candidatos, as estratégias de campanha, a reeleição dos candidatos eleitos são assuntos de interesse e decisão exclusiva da cúpula institucional.

Em relação a escolha dos candidatos, verifica-se que são muitos os aspectos que confirmam esse perfil centralizador. No processo de definição das candidaturas, por exemplo, a cúpula da denominação avalia o nível de integração institucional de quem está pleiteando o voto evangélico. No caso, o Conselho de Bispos indica membros do corpo pastoral, cuja escolha é sempre justificada através de critérios religiosos: busca-se um homem/mulher de Deus, com compromisso pessoal com a fé

111 Observa-se que os iurdianos transformam-se em verdadeiros cabos eleitorais: distribuem panfletos, fazem boca de urna, vestem a camisa dos candidatos - que são distribuídos regionalmente para assegurar o quociente eleitoral necessário à respectiva eleição (Conrado, 2001).

Outro aspecto curioso nesse processo de escolha de candidatos é que no plano político as candidaturas são definidas tendo como referência as candidaturas adversárias: os não evangélicos. Nesse campo, é forte o trabalho da instituição visando a destituição das propostas enganosas ao eleitorado evangélico - já que o voto desse segmento é disputado também por candidatos não evangélicos, além da grande precaução com aqueles que se dizem evangélicos mas que só aparecem em tempo de eleição. Ou seja, a preocupação central é garantir que o voto evangélico seja dirigido apenas aos candidatos evangélicos, observando-se a presença de um forte corporativismo político. Além disso, é fator preponderante nessa escolha, a garantia institucional de que o político iurdiano deverá ter compromisso indistintamente com todas as denominações, atendendo a todas as suas demandas, necessidades e sugestões.

Verifica-se, portanto, que os obreiros e/ou fiéis não participam dessas escolhas, mas ao conhecê-las passam a aceitá-las como a escolha do homem /mulher de Deus e por eles trabalham fielmente, cumprindo estritamente a orientação das estratégias adotadas pela igreja.

Em relação a situação partidária desses candidatos é interessante observar que a maioria deles está inserida em diversos partidos de direita e centro-direita, porém, a definição partidária não é um elemento importante no processo de escolha, pois o fundamental na relação candidato/fiel/eleitor é que “sua atividade mais importante como representante político da Igreja do Senhor Jesus é a de impedir que façam leis que venham prejudicar os menos favorecidos e barrar a pregação do evangelho”(FU 323, 14/06/98).

Nesse caso, verifica-se um esvaziamento de sentido das siglas partidárias gerando, conseqüentemente, igual esvaziamento em relação aos projetos políticos e sociais mais amplos cuja centralidade distancie-se das causas evangélicas específicas.

A implementação de um processo de escolha dessa natureza não parece valorizar elementos importantes como ética, competência, compromisso com projetos políticos e sociais mais amplos e democráticos, experiência política, etc., levando a crer que esses aspectos não são definidores do perfil do candidato indicado pela cúpula.

No que se refere à distribuição espacial, a IURD organiza uma divisão por zonas nas quais serão trabalhadas as candidaturas. As estratégias de campanha também são definidas à revelia dos fiéis: a definição dos temas, os slogans, os símbolos de legitimação, os arranjos no

campo político, as redes de mediação, etc., são de responsabilidade exclusiva da direção da IURD. De acordo com as estratégias adotadas, verifica-se que os candidatos se deslocam de templo em templo, tornando-se espacialmente delimitados; o espaço da igreja e dos eventos por ela realizados demarcam o cotidiano eleitoral das candidaturas iurdianas.

Observa-se, na prática política iurdiana, que o político eleito por essa denominação depende inteiramente da instituição: seu mandato a ela pertence e por ela foi facultado. Conforme assinala Bourdieu (1989) a legitimidade de sua representação deriva de um “ato de instituição” com base no “capital delegado da autoridade política”, produto da transferência limitada e provisória de um capital detido e controlado pela instituição (Conrado, 2000: 97). Ou seja, os políticos ou candidatos são atores que fazem parte da instituição, mas não gozam de autonomia ou poder simbólico em si mesmo – elementos atrelados à dimensão institucional.

O próprio Conrado detecta a existência de um processo de educação de cidadania dos fiéis no interior da IURD - coordenado e dirigido pessoalmente pelos líderes da igreja em período de eleições. Segundo o autor, os bispos Rodrigues e Alfredo Paulo são responsáveis por uma série de artigos com o título “Carta Aberta aos Cidadãos do Reino de Deus” objetivando conscientizar os fiéis acerca da importância do momento eleitoral em termos de cidadania. O argumento que justifica a atuação dos cristãos na política partidária é que “as leis que regem o país têm sido formuladas por ‘homens sem compromisso com Deus (...)’. [Nesse caso], (...) o título de eleitor atualizado é o certificado de cidadão” (Conrado, 2001:103).

Vale salientar que o discurso acerca do título ou sobre cidadania é sempre acompanhado de um texto bíblico capaz de ilustrar o sentido da participação da igreja na política: “o verdadeiro cidadão do Reino de Deus é aquele que compreende a sua missão e assume a sua responsabilidade. Quem deve governar esse mundo não é o diabo nem os filhos do diabo, mas Deus e os seus filhos” (FU 316, 26/04/98, in Conrado, 2001:103).

Com base no exposto observa-se que a campanha de esclarecimento político implementada pela IURD está centrada basicamente na propagação da idéia de que os políticos evangélicos são representantes do governo de Deus sobre este mundo, sendo eleitos pelo povo de Deus. Isto implica dizer que o voto deve ser direcionado para um irmão, isto é, que evangélico deve votar em evangélico (já que só os evangélicos são considerados filhos de

Deus), tendo como principal tarefa defender a igreja perseguida e massacrada por políticos que criam leis para prejudicar a obra de Deus.

Ora, esse tipo de campanha não pode ser interpretada como formação política e cidadã efetiva, uma vez que elementos cruciais como reflexão crítica e exercício democrático – fundamentais para o processo de conscientização, tomada de decisão e liberdade de expressão dos sujeitos políticos passam inteiramente ao largo desse tipo de formação política desenvolvida na IURD. Ao contrário disso, o que observa-se é uma perspectiva claramente corporativa, na qual o esclarecimento quanto a importância do voto parece destoar do seu valor político crucial: o exercício democrático.

Com a ampliação significativa da participação de lideranças da igreja em disputas eleitorais - tanto nas esferas municipais, quanto nas estaduais e federais -, observa-se que as ações institucionais da IURD no campo político tornam-se cada vez mais atreladas às ações assistenciais podendo-se mesmo afirmar que a existência dessa articulação é praticamente inevitável. A constatação da ocorrência dessa conexão indica a presença de um forte imbricamento entre os temas tornando o binômio assistência e política elementos fundamentais na configuração do campo religioso iurdiano atual.

Diversos autores têm reconhecido a importância do engajamento do candidato da igreja em atividades assistenciais como um dos recursos eleitorais dos candidatos religiosos (Burity, 1999; Coradini, 2000; Conrado, 2000; Kuschmir, 2000; Machado, 2001 e 2003). Na opinião desses estudiosos o clientelismo e o corporativismo são alguns dos aspectos da cultura brasileira presentes também nas estratégias eleitorais e no comportamento parlamentar dos atores evangélicos (Machado, 2003).

Estudos recentes (Machado, 2002; Conrado, 2001; Oro, 2002 e Mariano, 2003) indicam que a articulação entre os investimentos na área social e as pretensões políticas no interior da IURD é cada vez mais nítida, sendo a mídia o terceiro elemento – a serviço tanto da política quanto da assistência – utilizado pela denominação no processo de implementação do seu projeto de ampliação de legitimação social.

É interessante notar, por exemplo, que uma análise mais cuidadosa das ações assistenciais desenvolvidas pela Igreja Universal mais recentemente demonstra que a ABC vem se tornando uma *espécie de estágio de formação* imprescindível aos pretendentes políticos dessa denominação: boa parte dos candidatos já assumiram (ou continuam

assumindo) algum tipo de cargo de direção na instituição; os pastores eleitos, na sua maioria, passaram pela direção da entidade assistencial - e pelos programas de rádio e tv. Ou seja, há uma clara exposição dos pretendentes “*a linguagens necessárias ao político moderno, a dos meios de comunicação e a dos problemas sociais, além de travarem contato com clientelas já existentes e outras em formação*” (Conrado, 2002: 93).

Através de matérias sobre a ABC busca-se construir a imagem dos candidatos da igreja como pessoas que estão fazendo, ajudando, liderando ações assistenciais, garantindo-se a aproximação candidato/eleitor – algo que os demais políticos costumam realizar somente em época de eleição, avalia Conrado (2002).

Verifica-se, portanto, que a descrição de uma atividade assistencial permite, no caso da universal, além de evidenciar diretores da instituição com pretensões eleitorais, elaborar um *discurso performático*: é justamente a igreja tão perseguida e tão acusada por diversos setores que (com seus próprios recursos e atitudes), está assumindo os problemas de boa parcela da população brasileira. Assim sendo, as ações da ABC contribuem não apenas para a difusão do discurso performático da IURD, mas também para demonstrar que os candidatos da igreja estão *ao lado do povo* – fato que propicia a formação de uma *clientela* capaz de ampliar o potencial de seus candidatos para territórios não necessariamente evangélicos¹¹².

Assim como Conrado (2001), Machado (2001 e 2002) identifica a ABC como um espaço privilegiado de atuação dos representantes religiosos que se candidatam a cargos políticos nessa virada de século. Considera que o impacto da criação dessa entidade beneficente nas relações entre os atores políticos da IURD e a base social do neopentecostalismo é indiscutível. Constata, na sua última pesquisa sobre os políticos neopentecostais, no Rio de Janeiro, uma forte presença da forma tradicional de política centrada na troca de favores, cujas práticas clientelistas não deixam de existir também em nível micro.

Além disso, verifica grande preocupação das bases eleitorais e sociais do movimento neopentecostal com a criação de centros de assistência social. E, sendo a renovação dos políticos iurdianos diretamente relacionada à influência da estrutura eclesial na participação dos atores individuais tanto nas atividades sociais quanto na forma de mediação com os

112 Esse fato pôde ser observado nas eleições de 2002, no Rio de Janeiro, com a consagração do bispo Marcelo Crivella para o Senado, na qual grande parcela dos votos obtidos eram de origem não evangélica.

eleitores, avalia que a descoberta da importância da filantropia torna-se evidente por parte de vários candidatos, que decidem participar voluntariamente da ABC – entidade que na sua opinião é responsável pela introdução do *clientelismo corporativo* no universo pentecostal (Machado, 2003).

Nesse sentido, observa-se que as reflexões empreendidas por esse estudiosos sobre a prática assistencialista da ABC possuem as mesmas matrizes analíticas que norteiam a discussão sobre a prática política implementada pela denominação: um modelo de clientelismo de tipo diferenciado; mediado pela instituição IURD.

Importante destacar nesse tipo de mediação inaugurada pela ABC que o sujeito coletivo – a entidade filantrópica e, por trás dela, a IURD – é mais projetada que o sujeito individual que se candidata a um determinado cargo, isto é, os laços de fidelidade dos fiéis deve ser com a entidade e a denominação, que assume o lugar do ‘benfeitor’, e não com um político em particular. Isto significa dizer que a ABC – responsável pela identificação das doações e estabelecimento de relações –, é quem é reconhecida como o ‘benfeitor’. Políticos ou candidatos, no caso, são meramente atores que fazem parte da instituição mas não gozam de autonomia ou poder simbólico em si mesmo, mas a partir da organização.

Esses são alguns dos fatores que sugerem a interpretação de que a conexão entre política e assistência exercida pela IURD está baseada numa perspectiva clientelista diferenciada, conforme salienta Conrado (2001). Isto é, um tipo de clientelismo mediado institucionalmente, que não se propõe à prestação de favores pessoais dirigidos aos fiéis individualmente, ou a líderes religiosos ou políticos baseados em relações interpessoais; um clientelismo do tipo corporativo, capaz de incentivar e servir de sustentação às práticas clientelistas que produzem fiéis-clientes cujo objetivo central é a garantia de benefícios para a instituição (Conrado, 2001).

Por outro lado, Giumbelli (2002) alerta para uma reflexão de suma importância acerca da esfera assistencial iurdiana: a posição ocupada pela assistência na IURD não é apenas uma posição de fachada. A igreja introduziu a assistência em sua proposta de ação e iniciou um movimento interno voltado para a discussão do estatuto da sua ação social¹¹³

113 A publicação do livro ‘A igreja e o Social’ ilustra bem a preocupação com a discussão do tema.

buscando conciliar *politização e espiritualização* e esforçando-se para não fortalecer a idéia de que pode tornar-se uma agência filantrópica.

Nesse sentido, é fundamental assinalar as transformações ocorridas no campo assistencial da IURD bem como avaliar o significado e alcance das práticas sociais desenvolvidas ao longo de sua trajetória.

Mutações no perfil das ações sociais da IURD: o protagonismo da ABC

A partir da década de 80, com base nas supostas ameaças à *liberdade religiosa* enfrentadas no período (Freston, 1994) a IURD decide implementar mudanças significativas na relação estabelecida com a sociedade. Essas mudanças visavam a expansão da denominação, objetivando contribuir não apenas para uma espécie de colonização do espaço público – assumindo a tarefa missionária e conversionista, mas também para a legitimação da igreja (através dos supostos benefícios prestados à sociedade).

Embora registre-se a presença da assistência no interior da IURD desde o início da sua fundação, reconhece-se que as atividades iniciais nesse campo foram meramente assistencialistas e pontuais. Contudo, as práticas sociais aí desenvolvidas vão sendo alteradas paulatinamente adotando categorias presentes no âmbito dos movimentos sociais mais amplos e atingindo um status diferenciado e significativo a partir da década de 90: mobilização social, sociedade civil, direitos e cidadania são alguns dos temas incorporados às práticas sociais desenvolvidas por essa denominação.

Assim sendo, problemas sociais como desemprego, saúde e educação pública foram incluídos na sua pauta institucional e a implementação de ações sociais – com características e estratégias marcadamente de *terceiro setor* -, tornou-se uma deliberação central da direção da IURD. Através do desenvolvimento dessas ações sociais foi redirecionando seu discurso, suas práticas e suas estratégias, visando o estabelecimento de uma nova e positiva imagem diante da sociedade.

A motivação para um maior investimento nessa área pode estar associada a diversos fatores entre os quais as controvérsias¹¹⁴ institucionais envolvendo a IURD e a Associação

¹¹⁴ Envolvendo aspectos referentes à relação igreja/sociedade no tocante à diversificação da penetração evangélica em áreas distintas da vida social e suas implicações éticas.

Evangélica Brasileira¹¹⁵ (AevB), juntamente com a agência paraeclesialística VINDE - polêmica protagonizada pelos seus respectivos representantes: Edir Macedo (Bispo da IURD) e Caio Fábio (presidente da AevB e VINDE).

Na avaliação de Giumbelli (2002) o surgimento da assistência na IURD parece estar associada à idéia de que a mesma poderia se constituir numa espécie de defesa às variadas acusações¹¹⁶ sofridas pela denominação, tornando-se argumento favorável em processos jurídicos e em manifestações de apoio de pessoas influentes social e politicamente.

O autor assinala que a IURD empreende um esforço permanente na tentativa de transformar a assistência em um dos principais elementos de sua imagem pública: edições comemorativas e retrospectivas de seu jornal (e do seu aparato midiático em geral), sempre dão destaque para a assistência – enfatizando o trabalho institucional realizado.

Portanto, num contexto de disputas em que discursos e símbolos de ação social são veiculados com o objetivo de criar imagens positivas dos atores religiosos, a IURD constata que o investimento em programas sociais pode atuar como mecanismo facilitador no estabelecimento de maior empatia com a opinião pública.

Além disso, o clima social favorável à implantação de uma ‘constituição cidadã’ (cuja concepção de direitos sociais - considerada bastante avançada, conquistada e garantida constitucionalmente pela primeira vez no Brasil), favorecia a mobilização de uma sociedade civil que aparentava fôlego e criatividade para garantir a efetivação desses direitos. As mobilizações sociais contra a fome e a miséria, a favor da ética na política, etc., ganham as ruas e asseguram novos simpatizantes e novos adeptos que contribuem para o fortalecimento dessa concepção. A IURD adere a esse novo formato e sai às ruas, ou melhor, às praças e estádios para arrecadar doativos os mais variados, associando-se aos demais promotores desse tipo de evento.

Os resultados dessa experiência parece ter propiciado a descoberta de um grande filão capaz de proporcionar-lhe, simultaneamente, a conquista de novos simpatizantes e a

¹¹⁵ Criada em 1991, a AevB tinha como preocupação resguardar a imagem dos evangélicos, abalada por sucessivos escândalos políticos da chamada ‘bancada evangélica’, bem como direcionar as controvérsias públicas envolvendo a IURD.

¹¹⁶ Ao responder as acusações da Globo, por exemplo, a IURD lamenta o fato de nunca enfocarem sua ação evangelizadora nem tampouco o seu enorme trabalho na área da assistência social – queixas igualmente dirigidas, em diferentes momentos, à imprensa em geral (Giumbelli, 2002).

possibilidade de futuros eleitores – uma dobradinha que poderia resultar na adesão de novos fiéis ou simplesmente na ampliação de sua base de legitimação social. Essa descoberta impulsionou a fundação da Associação Beneficente Cristã (ABC), em 1994, fruto de uma decisão institucional baseada/ influenciada essencialmente pelas tendências da conjuntura da época.

Classificada por Conrado (2001) como o braço social da Igreja, a ABC passa a comandar as ações assistenciais da igreja ampliando o alcance dessas ações e constituindo-se uma organização nacional que - apoiada pela estrutura denominacional -, assume centralidade na estratégia de ampliação e fortalecimento institucional da IURD (Birman, 1996).

Com os *ventos soprando* claramente a seu favor, a ABC segue coordenando e diversificando suas ações a partir de estratégias identificadas com o terceiro setor, tornando evidente que os temas da ética na política, da cidadania e do combate à exclusão social haviam sido assimilados pela direção da igreja (Machado, 2003).

Desta forma, adquire lugar de destaque nos espaços midiáticos da denominação. Suas várias ações em comunidades carentes, presídios, eventos para arrecadação de alimentos, campanhas de ajuda a regiões de seca (SOS Nordeste), são noticiadas na imprensa falada e escrita e amplamente difundidas no complexo de comunicação interno da IURD. Conforme salienta Conrado durante o ano de 1998, por exemplo, as chamadas de capa da Folha Universal (FU) relacionadas à assistência social e temas sociais os mais diversos, alcançaram um percentual de 21% acima das demais matérias. No geral, apresentavam conteúdos críticos em relação à atuação do governo na área social, sugerindo que a mobilização da igreja em favor dos desfavorecidos seria a solução possível e ideal para os graves problemas nacionais (Conrado, 2001). É interessante observar, que nestas matérias a ABC divulga uma imagem dos candidatos da igreja como pessoas que estão ao lado do povo atuando fortemente na liderança de ações assistenciais.

Verifica-se, portanto, que através da apropriação da linguagem de outros atores sociais - notadamente de agências não-governamentais -, a IURD vai construindo um discurso e uma imagem de uma igreja com forte compromisso com os desfavorecidos e excluídos da sociedade contemporânea.

A ação assistencial por ela empreendida – ampliada e diversificada com a criação da ABC - alarga as possibilidades de sua inserção social. Observa-se, por exemplo, um certo

reconhecimento de sua atuação nessa área por parte de agências estatais - fato que a legitima¹¹⁷ como canal de reivindicação¹¹⁸ e negociações políticas.

Nesse sentido, é inegável que a ampliação das ações sociais da IURD contribui tanto para mudanças no conjunto de suas atividades internas quanto para o cultivo de uma nova imagem pública. A ênfase sobre a assistência tem propiciado uma relação positiva capaz de amenizar os efeitos da estigmatização pública sofrida por essa denominação.

Na opinião de Giumbelli, ao afirmar a *ação social* como o canal de relação positiva com o Estado a IURD sofre uma espécie de *catolicização*, isto é,

a partir de uma trajetória completamente distinta, ela de certa forma mimetiza o lugar ocupado pela Igreja Católica na sociedade brasileira, buscando disso uma legitimação semelhante. Essa mimetização do catolicismo na dimensão da ação social sugere também que a IURD pretende se constituir em uma instância análoga em relação ao campo protestante” (Giumbelli, 2002: 351).

Contudo, seria importante também indagar sobre o significado das novas categorias adotadas no âmbito institucional da IURD e no cotidiano de sua clientela religiosa e dos usuários de seus serviços assistenciais. Ou seja, de que forma temas como mobilização social, sociedade civil, direitos e cidadania, são incorporados às práticas sociais desenvolvidas por essa denominação?

Uma análise cuidadosa do(os) significado(os) dessas categorias no âmbito institucional iurdiano pressupõe, dentre outros, o desvelamento da(s) concepção(ões) de pobreza dessa denominação e do seu respectivo posicionamento quanto ao enfrentamento dessa pobreza – uma questão que afeta significativamente o seu público em geral, e seus fiéis, em particular. Isso implicaria refletir, conseqüentemente, sobre a concepção iurdiana de direitos sociais de forma mais específica, tendo em vista a estreita relação estabelecida pela IURD com a área da assistência social ao longo de sua trajetória.

117 O acesso aos parlamentos garante-lhe, por exemplo, a conquista de títulos distintivos como o de utilidade pública; dirigentes da ABC já foram homenageados nas Câmaras municipais do Rio de Janeiro e São Paulo; em 1996, a ABC recebeu recursos da prefeitura de São Paulo por ser entidade filantrópica.

118 Em diversos períodos eleitorais representantes da IURD reivindicaram a participação de pessoas da igreja em cargos executivos na ‘área social’ - lamentado o fato da política assistencial do governo não possuir representantes evangélicos.

Partindo-se desse pressuposto, uma análise da relação entre assistência e direitos sociais na IURD, por exemplo, pode nos revelar aspectos intrigantes da configuração do seu campo social e político.

Um primeiro aspecto importante a ser apontado refere-se à concepção de pobreza observada no interior da instituição: uma visão de pobreza que, fortemente associada a uma dimensão espiritual (é a influência demoníaca que impede o sentido de posse!) não favorece uma reflexão mais profunda dos aspectos referentes à chamada questão social, ou seja, não contribui para um posicionamento mais crítico dos seus fiéis no campo social e político atual. Conseqüentemente, pode-se supor que o enfrentamento dessa pobreza está atrelado fortemente a dimensões internas (e individuais).

Conforme observamos na configuração teológica iurdiana, o pacto de fé, estabelecido individualmente - intermediado pela igreja -, é o elemento que permite a retomada da posse através de exorcismos, cura, dízimos e ofertas, barganhas. Vale salientar que o tipo de barganha em questão é de natureza espiritual - envolvendo uma negociação direta com o plano divino (Deus) e não de natureza política - cuja mediação é estabelecida no plano terrestre (políticos, governantes, sociedade civil, etc.).

Indubitavelmente, portanto, a conformação da teologia iurdiana não favorece uma concepção de pobreza de natureza política mais crítica e reflexiva. Nesse sentido, seria oportuno indagar sobre o alcance e significado das estratégias institucionais adotadas para o seu enfrentamento: favorece a construção da cidadania social no seu sentido mais amplo – tanto no âmbito interno da instituição como no espaço público de forma mais generalizada? A atuação da IURD propicia a geração de processos que contribuam para mudanças internas e/ou sociais mais significativas, privilegiando a construção e/ou fortalecimento de uma cidadania social de natureza democrática, com perfil crítico e de alcance ampliado?

Verificamos que a assistência social é uma questão abordada por vários estudos desenvolvidos recentemente sobre a IURD. É interessante observar, nos estudos analisados, que na maioria deles a assistência aparece sempre conectada à política. A diferença observada no tratamento dado a esses dois elementos reside apenas na ênfase que lhes é conferida: ora se enfatiza a assistência para se analisar a política; ora a política é enfatizada para se focar a assistência.

Identificamos, nesses estudos, uma mesma matriz interpretativa para a inserção da IURD no campo assistencial: um tipo de clientelismo diferenciado no qual o benfeitor é o coletivo e não o indivíduo; isto é, o reconhecimento e legitimação é dirigido à instituição e não aos seus dirigentes ou executores. Assim concebida, a ação social dessa denominação é analisada como uma estratégia da igreja para ampliar *clientelas* – sobretudo fora do universo pentecostal -, capaz não apenas de ampliar o número de fiéis mas também expandir seu domínio na política partidária e representativa. Nesse sentido, talvez seja válido acrescentar ao enfoque analítico que enfatiza a imbricação assistência/política um tratamento mais aprofundado da assistência¹¹⁹ enquanto categoria específica.

Nessa perspectiva, refletir mais profundamente sobre os fatores que motivaram a inserção da IURD no campo assistencial, ou seja, verificar os elementos que fundamentaram a decisão de uma denominação caracterizadamente *neopentecostal* - usando a classificação de Mariano, investir tão fortemente em ações assistenciais é tarefa importante e necessária para compreender mais profundamente a atuação da IURD na esfera pública.

Acreditamos, portanto, que é fundamental ampliar as reflexões sobre o tema no interior da denominação, buscando identificar motivações e significados para sua atuação no campo político e social visando uma maior compreensão das respectivas propostas e intervenções que configuram o universo iurdiano mais recentemente.

Se, como vimos, ações assistenciais foram (e continuam sendo) desenvolvidas sob a influência (ou sob a inteira responsabilidade) de diferentes grupos religiosos no Brasil, torna-se clara a importância de estudos que propiciem uma compreensão mais ampla das práticas que compõem esses campos assistenciais: qual a concepção de pobreza (causas, conseqüências, significados - e o seu respectivo enfrentamento) presente nestas ações?; como se constitui o campo valórico destas práticas – solidariedade, fraternidade, cidadania, participação?

119 Salvo equívoco de interpretação nosso, as contribuições mais especificamente voltadas para a assistência social na Igreja Universal são de Maria das Dores Campos Machado – responsável por diversas publicações¹¹⁹ nessa área. Sobre o assunto, consultar: “IURD: Uma Organização Welfare”. Mimeo. Inédito. (Machado, 2002); “Religião e Política: Evangélicos na disputa eleitoral do Rio de Janeiro”. Texto apresentado no X Encontro de Sociologia Brasileira, em Fortaleza/Ceará (Machado, 2001); “Além da Religião”. In Cadernos CERU, Série 2 – no. 12, USP, São Paulo (Machado, 2001) e “Igreja Universal: uma organização providência”. In ORO, Ari Pedro, CORTEN, André e DOZON, Jean-Pierre (orgs). Igreja Universal do Reino de Deus – os novos conquistadores da fé. São Paulo, Paulinas (Machado, 2003).

Implica explorar, portanto, o grande campo de significações da *assistência* no qual se conecta o econômico, o político, e o religioso: estaria ela associada a questões de fundo moral? Seria a solidariedade, a fraternidade, ou mesmo a busca do significado da vida o que a motiva? Estaria a assistência tomada pelo sagrado, pelo religioso, apenas? Ou estaria ela articulada a interesses políticos, eleitorais, institucionais? Em que medida coloca-se como garantia de direitos, consolidação de cidadania?

Estas são questões centrais deste estudo que serão discutidas a partir da pesquisa de campo, cujos resultados serão apresentados no decorrer do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3: Um ‘retrato falado’ do campo assistencial da ABC: novas tendências ou antigas configurações?

Como vimos no capítulo anterior, a Associação Beneficente Cristã (ABC) é uma entidade social criada pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) com o objetivo de ampliar, estruturar, articular e divulgar as ações desenvolvidas por esta denominação na área da assistência. Considerada por muitos como o *braço social* da IURD, a ABC exercerá papel fundamental no campo assistencial iurdiano a partir de 1994 - data de sua fundação.

No campo acadêmico, as interpretações acerca do surgimento da ABC são variadas, registrando-se, com maior frequência, uma perspectiva de análise que associa sua criação a uma estratégia institucional da própria igreja, visando ampliar sua visibilidade e legitimação social no país (e também no exterior).

A leitura sobre a vinculação das ações sociais da ABC ao resultado político institucionalmente alcançado pela IURD também é diversificada, prevalecendo a idéia de uso do chamado *braço social* na implementação do projeto político-partidário da denominação (Conrado, 2000). Já em relação à concepção de assistência presente no interior da Universal, identifica-se uma forte tendência em apontar a perspectiva assistencialista – com viés clientelista e/ou corporativo -, como sendo a mais expressiva no âmbito institucional (Conrado, 2000; Machado, 2001 e 2002).

Nesse sentido, o objetivo central do desenvolvimento deste capítulo consiste no esforço de reconstituição da trajetória dessa associação - mais especificamente da ABC/RJ -, visando identificar os fatores que contribuíram para o seu surgimento, as interpretações mais frequentes sobre sua criação, as características básicas do seu período inicial, bem como as eventuais transformações ocorridas no decorrer de sua trajetória.

É importante registrar que, diferentemente do capítulo anterior, o esforço aqui empreendido priorizará as informações obtidas através da pesquisa de campo desenvolvida durante a realização do doutorado. Dessa forma, os aportes teóricos sobre o tema serão utilizados

não como elementos necessariamente conclusivos, mas como ponto de partida, como referência da análise a ser empreendida. Certamente, o diálogo a ser implementado entre os dados empíricos e a produção acadêmica acerca da temática em estudo poderá contribuir bastante para o enriquecimento do resultado final do trabalho.

3. 1. Surgimento e caracterização da ABC: situando o campo assistencial iurdiano

A Associação Beneficente Cristã (ABC) é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 18 de agosto de 1994, com o objetivo de “*colaborar para que a população deste país tenha sua verdadeira cidadania*”¹²⁰. Passou por várias fases até ser reconhecida como uma entidade de Utilidade Pública Federal. Na avaliação de seus dirigentes, esse reconhecimento foi uma decorrência da ampliação do trabalho da associação, fato que gerou a necessidade de implantação de uma ABC em cada Estado¹²¹. De acordo com o depoimento de um dos entrevistados, “*cada estado fundava a sua ABC com autonomia e depois se fundiu, mas cada uma tem o seu CGC, seu CNPJ individual, mas têm uma ligação central* (Pastor Sr. Mário Luiz, ex-presidente da ABC).

Registra-se, desde o início de sua fundação, a presença da ABC nos estados¹²² da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais¹²³. Segundo informações divulgadas no site¹²⁴ da entidade, sua localização geográfica extrapola¹²⁵ a fronteira nacional, instalando-

¹²⁰Trecho de documento interno da associação (Projeto “Manutenção da Associação Beneficente Cristã, Atendimento Psicossocial a Idosos e Adolescentes e Cursos Livres Profissionalizantes) referente ao histórico de sua fundação, fornecido por representantes institucionais.

¹²¹Informações coletadas no site <http://www.ABCbrasil.org.br/historia.htm>.

¹²²De acordo com informações obtidas no decorrer da pesquisa, a ABC encontra-se em fase de implantação no estado do Espírito Santo. Vale registrar, de início, um breve comentário sobre sua configuração geográfica: excetuando-se o estado da Bahia, a presença da ABC está restrita ao sudeste, coincidentemente, a região onde a expressão da IURD é mais significativa.

¹²³Dados fornecidos através de entrevistas com representantes institucionais da Universal em Juiz de Fora, em 21/03/2005, informam que a ABC em Belo Horizonte encontrava-se desativada na referida data.

¹²⁴<http://www.ABCbrasil.org.br/historia.htm>, acessado em março/2007.

¹²⁵No exterior, as atividades são de variados tipos. Em Angola, registra-se o socorro às vítimas de guerras e distribuição de cestas básicas a refugiados, bem como ajuda aos doentes dos hospitais da capital (Luanda). Em Portugal, a ABC realiza um trabalho que consiste na distribuição de alimentos, agasalhos, sapatos, e “a Palavra de Deus” para aproximadamente duas mil pessoas que vivem nas ruas, além de assistir a

se também em outros países, tais como: Argentina, Chile, México, Japão, Portugal, África e outros.

No Rio de Janeiro, a ABC surgiu em 02 de fevereiro de 1995, seguindo os mesmos princípios fundadores da entidade-mor e obedecendo ao mesmo Estatuto Social. A partir daí, vem desenvolvendo um trabalho *“de reabilitação em comunidades carentes, levando noções de higiene e doações de cestas básicas. Um trabalho que abrange também presídios e delegacias, contando com uma equipe composta por aproximadamente 2.000 voluntários atuando nas seguintes áreas: assistência jurídica, educação, assistência social”*¹²⁶.

Inicialmente, sua sede funcionou na chamada catedral, localizada na Av. Abolição, transferindo-se a seguir para o prédio da IBM, em São Cristóvão. Atualmente, está instalada¹²⁷ nos fundos da Igreja Universal localizada nesse mesmo bairro. O Presidente-fundador da entidade relembra fatos relacionados ao momento inicial de instalação da ABC/RJ:

A primeira sede da ABC ficou num cantinho da TV Record. Após seis meses foi transferida para São Cristóvão, ali no prédio da IBM, e o pessoal até brinca que IBM quer dizer: Igreja do Bispo Macedo. A IBM tinha um espaço muito grande, que nos cedeu, um galpão onde fazíamos a divisão para as cestas básicas. Eram caminhões e mais caminhões. E distribuimos nestas favelas todinhas do Rio de Janeiro, no mínimo uns trinta mil quilos. E o povo nos servia cafezinho, até porque estão acostumados a dar o pouco que têm (Pastor Mário Luiz).

De acordo com o documento interno sobre o histórico da entidade, o avanço técnico, social, pedagógico e profissionalizante alcançado pela ABC, propiciou a ampliação do trabalho em outras localidades, através de filiais (já em funcionamento) nos seguintes municípios: Angra dos Reis, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São Gonçalo e São João de Meriti. Além dessas áreas, estão registrando a entidade em Barra do Piraí, Belfort Roxo e Macaé.

toxicômanos - já que a dependência química é um problema sério no país. Além disso, instalaram o “Lar das Crianças” (destinado a órfãos, filhos de adictos ou de presidiário), e os chamados “Bandejões”, que fornecem almoço, banho e corte de cabelo aos moradores das ruas de Lisboa. Em Johannesburgo, o “Cento de Ajuda” ajuda populações carentes e abriga grande número de menores, buscando reintegrá-los à sociedade”. Fonte: <http://www.ABCbrasil.org.br/historia.htm>, acessado em março/2007.

¹²⁶Trecho retirado de documento interno da associação (Projeto “Manutenção da Associação Beneficente Cristã, Atendimento Psicossocial a Idosos e Adolescentes e Cursos Livres Profissionalizantes) referente ao histórico de sua fundação, fornecido por representantes institucionais.

¹²⁷Endereço completo: Rua São Januário, 74 - fundos - São Cristóvão - CEP 20910-010. Rio de Janeiro/RJ.

Com base na constatação da necessidade de ampliação do trabalho institucional para outras localidades, consideram que a tendência atual é municipalizar a ABC pelo CNPJ do local - apesar de permanecer a centralidade na ABC/RJ. Segundo seus dirigentes, essa forma de organização ampliaria as possibilidades de receberem verbas municipais. Por outro lado, a manutenção da vinculação propiciaria, além da troca de experiência, diversos tipos de apoio: administrativo, jurídico e contábil, dentre outros.

É importante salientar que essas filiais são vinculadas a ABC/RJ, mas têm autonomia para desenvolver o trabalho institucional no âmbito municipal. Cada filial possui seu próprio CNPJ e sua estrutura e funcionamento fica sob a responsabilidade de uma Diretoria Executiva local (composta por um Diretor Jurídico e um Diretor Social), vinculada à presidência da entidade - que é a única em todo estado, no caso, a ABC/RJ128.

Agora você pode municipalizar a ABC pelo CNPJ do local, até porque poderia ter verbas municipais, que ainda não existe. São João já está municipalizada. Essa vinculação é importante, por troca de experiência, por apoio, por apoio administrativo, jurídico e contábil. Como ela tem CNPJ passa a ser uma empresa. No caso de São João não tem nenhum convênio por enquanto, mas alguma coisa da ABC pode ser ajudada. Se tem recurso pode botar em outro município e se puder abraçar outros municípios acho que não teria problemas (E. Setor Jurídico).

A sede da ABC/RJ possui a seguinte estrutura local: Recepção/Secretaria; Setor de Serviço Social; Departamento de Cursos; Gerência de Projetos; Departamento Pessoal; Setor Jurídico.

A **Recepção/Secretaria** é o *cartão de visita* da entidade. O espaço é pequeno, porém bem estruturado e organizado, garantindo às recepcionistas condições propícias ao bom desempenho do trabalho: várias linhas telefônicas, fax, material impresso com informações sobre os cursos profissionalizantes e outras atividades desenvolvidas, material de expediente, etc.

No Balcão de Recepção, duas funcionárias revezam-se no atendimento de chamadas telefônicas e do público que procura diretamente a instituição. O movimento é bastante intenso, e as demandas muito variadas. As recepcionistas procuram atender a todos

¹²⁸Atualmente, a estrutura organizacional da ABC/RJ é composta dos seguintes órgãos: a) Assembléia Geral; b) Conselho Deliberativo; c) Conselho Fiscal; d) Diretoria Executiva; e) Conselho Consultivo e f) Departamentos. Diferentemente de suas filiais, sua Diretoria Executiva está estruturada da seguinte forma: Diretor Presidente; Diretor Vice-presidente; Diretor Secretário; Diretor Administrativo; Diretor Tesoureiro; Diretor de Patrimônio; Diretor Social e Diretor Jurídico.

satisfatoriamente: são simpáticas, atenciosas e ágeis no atendimento. Realizam uma espécie de *triagem*, sendo a maioria dos casos encaminhados ao Setor de Serviço Social.

Indagadas sobre o tipo de demanda usualmente apresentada pelo público que procura a entidade, concordaram sobre a diversidade da mesma, conforme indicam os seguintes trechos:

Tem um pessoal aqui que vem apenas para fazer tratamento de beleza. Têm os que vêm só para pedir a cesta básica. Ou então sabem que se têm um problema há uma Assistente Social que o atenda e você vai receber uma cesta básica. As pessoas normalmente têm um destino certo (R. Recepcionista).

Aqui vem todos os tipos de pessoas. Os que vêm à procura de emprego, o que precisa de ajuda para fazer uma viagem, o que vem pedir dinheiro ou abrigo, ou saber se temos algum convênio ou abrigo para o idoso e nós fazemos o encaminhamento. Nós atendemos aqui todo o tipo de problema social. (M. Recepcionista - Grifo meu).

O espaço destinado ao público para a espera de atendimento é organizado de forma bastante acolhedora: cadeiras confortáveis e em número razoavelmente satisfatório; uma televisão (exibindo permanentemente programas vinculados à igreja); revistas (Isto É, inclusive); jornais de circulação local (Extra e O Dia) e Folha Universal (devidamente atualizada).

O *Setor de Serviço Social* funciona numa sala pequena, com mobiliário mínimo, porém satisfatório para o atendimento a que se destina: geralmente o atendimento é individual, objetivando o levantamento da *situação problema* e o respectivo encaminhamento para a questão apresentada. Esse setor é composto por um Assistente Social; um Agente administrativo do Serviço Social (essa foi a denominação por eles utilizada) e cinco estagiárias de Serviço Social (alunos da Sociedade Universitária Augusto Mota - SUAM).

Foi possível identificar que grande parte do público à espera de atendimento, dirige-se ao *Setor de Serviço Social*, ficando a impressão que havia uma grande demanda (nem sempre possível de ser atendida) e, conseqüentemente, uma sobrecarga de trabalho - impressão confirmada por uma afirmação do próprio Assistente Social da instituição: “*Aqui, o Serviço Social é sempre muito solicitado, muito chamado. A gente vive apagando incêndio!*” (E. Assistente Social).

O referido setor é responsável pelo atendimento individual, encaminhamentos os mais diversos, elaboração e coordenação de projetos, confecção de relatórios de atividades, articulação institucional, dentre outras atividades.

O *Departamento de Cursos* conta apenas com uma funcionária, cuja tarefa é exercer a coordenação geral do referido Departamento, ou seja, é responsável pela execução dos cursos oferecidos, ficando sob sua responsabilidade todos os detalhes referentes ao desenvolvimento dos mesmos: monitores, material a ser utilizado, local e cronograma de execução, divulgação das atividades, acompanhamento aos participantes etc.

A *Gerência de Projetos* é o setor responsável pela articulação de todas as ações desenvolvidas institucionalmente (incluindo a articulação com as outras filiais), porém, dedica-se de forma mais específica à realização das *Atividades de Praças* e pela implementação do *Projeto ABCidadania* (já que grande parte das ações deste Projeto estão relacionadas às atividades de Praças). Além disso, cuida da mobilização e registro de voluntários. Assim como o *Departamento de Cursos*, conta apenas com uma funcionária.

O *Departamento de Pessoal* é responsável pela administração dos recursos humanos da instituição, desenvolvendo atividades de recrutamento, seleção, contratação, etc. Esse Departamento é composto por dois voluntários.

O *Setor Jurídico* ocupa-se não apenas de questões jurídicas relacionadas à entidade de forma mais específica, realizando também atividades junto ao público que dirige-se à instituição a procura de orientação e acompanhamento jurídico nos mais diferentes casos. Esse setor conta com quatro advogados, que colaboram com a entidade voluntariamente.

Durante o período de realização da pesquisa, a ABC/RJ desenvolvia os seguintes projetos¹²⁹ e atividades:

a) **Projeto Ler e Escrever** - A ação desse Projeto está direcionada especificamente para a alfabetização de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade regular, ou não puderam dar continuidade em seus estudos na idade própria. Levá-los à compreensão do direito à cidadania, ao resgate da dignidade e auto-estima, utilizando instrumentos que permitam ao educando construir um saber que revele seu progresso qualitativo de conhecimento, evidenciando pré-requisitos que possam facilitar a seqüência do processo de aprendizagem e a inserção ao mercado de trabalho cultivando valores afetivos e éticos (Projeto Institucional).

¹²⁹ Dados coletados através de *folders*, projetos e do *site* da instituição.

b) **ABCidadania** - A proposta desse projeto é realizar nas praças, em diferentes pontos do município do Rio de Janeiro, aos Domingos, atividades dirigidas à população local, tais como: orientação jurídica, aplicação de flúor, estética (corte de cabelo, barba e manicure), atendimento de enfermagem (verificação de pressão arterial, teste de glicose e curativos), doação de roupas e calçados e encaminhamento social (encaminhamentos a diversos órgãos, orientação previdenciária e planejamento familiar). Através das diversas atividades recreativas realizadas, o projeto visa “*contribuir para que aconteça mudanças na auto-estima desta população*” (Folder do Projeto).

c) **Cursos livres profissionalizantes** - Com o objetivo de qualificar tecnicamente para o mercado de trabalho - não somente como profissional, mas também como micro-empresário -, esse projeto oferecia os seguintes Cursos¹³⁰: Auto-escola; Aperfeiçoamento em cortes; Barbeiro; Biscuit; Bolos artísticos; Bijouteria; Cabeleireiro; Cestas de café da manhã; Cosméticos; Doces; Depilação; Desenho artístico; Escova para iniciantes; Escultura de unha; Garçon; Gerenciamento; Informática; Implante; Manicure e Pedicure; Maquiagem e auto-maquiagem; Marketing de imagem pessoal; Material de limpeza; Mesa de frios; Montagem e manutenção de micro e impressoras; Oficina de teatro; Perfumaria; Sabonetes artesanais; Salgados; Secretariado; Sobrancelha de henna; Técnicas de congelamento; Telemarketing; Tortas (doces e salgadas); Tratamento facial; Vagonite; Velas decorativas.

d) **Projeto Idade Feliz** - Visando “*resgatar o papel do idoso, fazendo-o sentir útil, livrando-o dos preconceitos que o cercam e restabelecendo-o para que possam trocar conhecimentos e experiências de vida*” (Folder do Projeto), esse projeto desenvolve as seguintes atividades: atividades físicas, dinâmica de grupo, entretenimento (festas, comemorações, passeios) e oficinas (artesanato e beleza) visando motivar a participação, o relacionamento, reflexão, interação do grupo e ressocialização do idoso com a elevação de sua auto-estima.

¹³⁰A lista dos Cursos oferecidos é alterada mensalmente, de acordo com as demandas externas observadas.

e) **Jovem Futuro Esperança** - Com o objetivo de propiciar um espaço no qual os jovens possam desenvolver novas habilidades e competências que lhes permitam um melhor relacionamento social e afetivo, esse projeto desenvolve atividades “*que poderão servir como suporte de capacitação para engrenarem no mercado de trabalho competitivo*” (Folder do Projeto), tais como: artesanato; informática; palestras sócio-educativas, atividades esportivas, recreativas e culturais, artes; atendimento e tratamento dentário, “*visando a promoção social do usuário*”.

f) **Participação em Conselhos** - Consiste na participação de representantes institucionais na composição de Conselhos de Direitos. No momento da pesquisa, a ABC compunha os seguintes Conselhos: Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro¹³¹ (CMDCA); Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro¹³² (CMAS); Conselho Estadual de Assistência Social do Rio de Janeiro¹³³ (CEAS).

g) **Programa de Penas e Medidas Alternativas** - Um programa¹³⁴ desenvolvido em parceria com a Vara de Execuções Penais (VEP), visando o cumprimento de penas e medidas alternativas através da prestação de Serviços à Comunidade, sob a responsabilidade do Serviço Social da ABC. Para tanto, a equipe do Serviço Social realiza reuniões com as pessoas encaminhadas com o objetivo de repassar as normas de funcionamento e os serviços oferecidos - geralmente reduzidos à atualização de Documentação e Encaminhamentos. Vale ressaltar, que os Encaminhamentos realizados são, “*quase sempre, serviços gerais na própria ABC - por não ter muito o que oferecer. Não é nada fácil!*” (E. Assistente Social).

h) **Jovem nota 10** – Este projeto tem como objetivo a educação de jovens visando prepará-los para o mercado de trabalho, através de cursos e atividades físicas.

¹³¹Membro efetivo do referido Conselho, com mandato previsto até dezembro/2006.

¹³²Membro suplente do referido Conselho, com mandato previsto até dezembro/ 2007.

¹³³Membro efetivo do referido Conselho, com mandato previsto até novembro/ 2007).

¹³⁴Programa iniciado mais recentemente (a partir de 09/03), em atendimento à demanda da própria Vara de Execuções Penais.

i) **Agente da comunidade** - O objetivo do Projeto é levar à população conhecimentos de seus direitos e deveres, visando a formação de uma “*Comunidade forte, conhecedora de seus valores*”. A proposta central do projeto gira em torno de informações, instruindo a população local no que se refere à busca de solução para os seus problemas de forma autônoma. O requisito essencial para ser um Agente “*é ter amor ao próximo e gostar de lidar com as pessoas*” (Site institucional).

j) **Casa de Sara** - As ações desse Projeto são direcionadas a adolescentes grávidas em situação de risco social e pessoal, com o objetivo de “*oferecer às adolescentes o apoio especializado de psicólogos, pedagogos, assistentes sociais e outros profissionais, proporcionando assim, a melhoria das condições de vida no convívio social e familiar*” (Site da instituição).

É importante salientar, contudo, que os dados referentes à expansão geográfica da ABC (abertura de novas filiais em diversos municípios no estado do Rio de Janeiro, bem como implementação da entidade Vitória/ES), e à diversificação das atividades da ABC/RJ, foram sistematizados com base nos discursos dos representantes institucionais. Portanto, não foi possível verificar, in loco, a confirmação de todas as informações obtidas, ficando sob a responsabilidade do pesquisador o exercício analítico de indicar, pra além do discurso aparente, elementos que possam sugerir aproximações e/ou distanciamentos desse discurso em relação à prática efetivamente observada.

Sobre a expansão geográfica da ABC/RJ, por exemplo, indiquei - já na *Introdução* -, elementos necessários à reflexão sobre o assunto. No que se refere à diversificação e implementação de novos Projetos institucionais (sobretudo os três últimos acima relacionados), considero que as informações também merecem maior acompanhamento e análise, tendo em vista que a operacionalização integral dos mesmos não foi confirmada em nenhuma das sedes da ABC/RJ. Essa não efetivação dos Projetos pode ser decorrente do fato de serem atividades recentes, ainda em fase de implementação. De toda forma, a aparente fragmentação e rodízio da sede da entidade, somada à fragilidade aparente das atividades realizadas parecem indicar uma realidade diferente daquela divulgada pela mídia institucional.

A equipe executiva da ABC/RJ é composta basicamente por duas categorias de servidores: funcionários e voluntários - vinculados diretamente à Diretoria Executiva da

entidade. Em relação à *pertença religiosa*, é importante registrar que nem todos são membros da Igreja Universal, observando-se uma diversidade de crenças que sugere a configuração de um perfil ecumênico do grupo. Constatou-se, contudo, um maior número de evangélicos, embora de denominações diferenciadas (registrando-se uma maioria iurdiana).

Os relatos sobre como chegaram na ABC e a forma como lá permanecem são bastante diversificados: uns chegaram como voluntários, tornando-se funcionários posteriormente, outros inserem-se na qualidade de funcionários, porém logo ampliam a carga horária voluntariamente; alguns procuram a entidade meramente com o intuito de praticar o bem ajudando aos que necessitam, mas acabam vinculando-se à igreja e à denominação, outros chegam especificamente para fortalecer o trabalho assistencial da denominação e descobrem que a instituição pode ser também seu próprio espaço profissional, possibilitando-lhe, inclusive, remuneração pelo serviço prestado.

Quanto ao *perfil profissional*, uns demonstram que são dotados de boa capacitação profissional e têm clareza acerca do papel técnico que devem exercer, outros são movidos apenas por uma grande dose de boa vontade, entusiasmo e disposição. Enfim, o perfil da equipe é bem diversificado.

Em relação ao *público-alvo* dessas ações, verifica-se que, em geral, os usuários vêm encaminhados por pastores, por anúncio na mídia, propaganda boca-a-boca, etc. Segundo uma das integrantes da equipe do Serviço Social, a maioria não pertence à denominação, e nunca frequentou a igreja, pois raramente *o povo da igreja* procura o trabalho assistencial da ABC. Na opinião dessa profissional (que se identificou como membro efetivo da IURD), isso ocorre talvez porque “*o trabalho da igreja é levantar o povo, ensinar-lhe a plantar para colher, elevar a auto-estima*” (S. agente administrativo do Serviço Social).

Essa representante institucional comentou, ainda, que quando os fiéis da IURD procuram a ABC geralmente é em busca de geração de renda, visando a auto-promoção. Em termos estatísticos, estimou um percentual de 30% de fiéis inseridos nas atividades da ABC na categoria de usuário. Contudo, fez questão de registrar que essa não era uma estatística oficial, pois esta questão não era do interesse da instituição. Essa mesma opinião é confirmando por um pastor vinculado à entidade:

Nós procuramos nem entrar nesse mérito. Aqui entram pessoas batistas, da assembleia, católicos, não há um controle. Embora atendamos a idosos e adolescentes, não temos aqui nenhum tempo de aula religiosa. Agora não temos

aqui evangelização. Não há ninguém lá embaixo que vá perguntar qual é sua religião. As pessoas entram aqui, fazem o que têm de fazer e vão embora (Pastor Luiz Machado, Presidente da ABC/RJ, em 2006).

Porém, é interessante notar que em muitos outros momentos (em entrevistas, ou observações de campo), foi possível identificar a presença (de forma recorrente) de uma forte associação entre o trabalho social e a conversão de fiéis. Observe-se, por exemplo, a clara associação entre o trabalho social e a tarefa de conversão, ilustrada pelo seguinte episódio:

Dentro da igreja tem pessoas viciadas, pessoas passando fome. Eu me lembro que chegou um senhor que estava sentado sozinho num banco lá atrás e não tinha movimento na igreja. Ele estava meio alcoolizado e começou a chorar e a conversar comigo e eu anotei o nome e endereço dele e não prometi nada. Ele, então, foi embora e eu fui ao mercado e comprei um saco de sessenta quilos de arroz e fui para a casa dele. Quando cheguei lá com o arroz ele fez festa. A casa era grande e tinham lá umas quinze pessoas. Todo mundo foi para a igreja. O forte foi o social (Pastor Luiz Machado Grifo meu).

Embora não explicitado no discurso, percebe-se que a ação social foi utilizada como uma estratégia para atrair pessoas à igreja (o “forte foi o social”), confirmando a idéia de que essa ação não é especialmente direcionada para os *de dentro*, e sim para os *de fora*, pois o objetivo é trazer *para dentro os de fora*. Esse discurso que qualifica os *de fora* como usuário privilegiando também aponta, de forma explícita, uma desqualificação da ação social, identificado assistência social com mero assistencialismo: o povo da igreja quer prosperar, e não *muletas sociais*.

No que se refere às *parcerias* estabelecidas (de natureza pública ou privada), foi possível identificar apenas a articulação com um conjunto de entidades, com as quais mantêm uma relação de colaboração restrita a encaminhamentos da ABC para prestação de serviços nas seguintes áreas: Conselhos Estaduais e Municipais; Vara da Infância e Juventude; asilos para idosos; abrigos para população de rua; abrigos para crianças e adolescentes; creches; consultas, distribuição de remédios e internação; dependência química; documentação; enxovais para gestantes; doações de passagem para outros estados ou municípios; distribuição de alimentos.

A origem dos recursos e contribuições financeiras para a realização das atividades são, em geral, oriundos de doações de empresas ou pessoas físicas. Porém, vale ressaltar que as informações obtidas no âmbito institucional sobre esse item foram bastante dificultadas. O único dado informativo sobre o assunto girou em torno de um Projeto de Financiamento com

verbas oriundas de Emendas Parlamentares, repassadas através do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e Prefeitura local, celebrado em 2005, mas já encerrado por essas instituições. Sobre esse financiamento, o atual presidente fez o seguinte comentário: *“Do Estado, existia o projeto PROAP, da prefeitura. Era uma ajuda para os professores e para comprarmos material didático, estas coisas. Em 2004, atendemos duzentos e sessenta crianças em diversas comunidades, cinco comunidades... Nós pedimos renovação mas eles terminaram com os convênios até mesmo antes do prazo”* (Pastor Luis Machado).

É importante registrar, que quando a entrevista e/ou conversa informal abordava o tema *financiamento(os)*, as respostas eram sempre evasivas, causando a impressão que não estavam autorizados a comentar tal assunto. Os comentários giravam sempre em torno da *ausência*, da *falta* de recursos para a realização do trabalho, ou ainda para enfatizar ajudas de natureza pontual do comércio (padarias, restaurantes, lanchonetes, etc.), ou da população em geral - sem as quais consideravam impossível assegurar atividades básicas do cotidiano institucional: o lanche para os participantes dos projetos, a distribuição de cestas, roupas, remédios, etc.

Ainda sobre esse tema, o comentário desse membro da Diretoria merece ser registrado. Na opinião desse dirigente, o fato de ter sido a ABC fundada pela IURD, tornou essa última uma grande parceira, pois na ausência de recursos a igreja garante o seu funcionamento. Contudo, *“o grande sonho da Diretoria é que a ABC caminhe com suas próprias pernas”* (Pastor Luis Machado), conclui.

Talvez a não realização desse sonho justifique a afirmação do quadro de permanente dificuldades financeiras vivido por essa instituição - utilizado, inclusive, como justificativa para a fragilidade ou pouca abrangência do trabalho realizado. Essas dificuldades são mencionadas também em relação ao espaço de funcionamento da sede da entidade.

Anteriormente funcionávamos no ‘pedregulho’. Nós tínhamos o nosso próprio espaço, de onde tirávamos os recursos para nós sobrevivermos. Só que chegou numa certa altura que não tínhamos como manter este espaço. Nós não tínhamos como manter o aluguel e, então, fomos obrigados a sair de lá às pressas. Uma situação difícil! Aí nos foi cedido este espaço aqui. Isto aqui foi cedido. É um espaço da Igreja Universal (Pastor Mário Luiz).

Mesmo os recursos necessários às atividades cotidianas (lanches, transporte, etc), considerados de menor valor, dependem da contribuição dos parceiros locais - conforme salientado. Vale destacar, ainda, que a maioria das atividades da entidade são realizadas por

voluntários/colaboradores, o que significa dizer que a efetivação dessas ações dependem da disponibilidade de atuação dessa equipe de voluntariado.

Nesse caso, não seria oportuno indagar sobre a aludida parceria com a IURD, colocando em questão a afirmação de que a igreja, em caso de necessidade, garante a realização do trabalho? Naturalmente essa não foi uma questão explicitamente colocada para os representantes da entidade, mas a seguinte afirmativa põe em evidência a pertinência da indagação: *“Hoje, o espaço físico da ABC é pequeno, queríamos ampliar a sede. Os recursos para cobrir essas despesas de reforma seria mais dos voluntários. Mas para se captar recursos é a maior dificuldade. Temos uma luta tremenda para manter isto daqui. Agora, no caso de se precisar de um carro, ou se não tivermos recursos, a gente não faz”* (Pastor Luis Machado).

Apesar de concordarem com a necessidade do trabalho social, e de reconhecerem a importância da participação da igreja nesse processo, consideram que essa ação deve ser concebida de forma autônoma - tal como o aparelho midiático da denominação. Na opinião do atual presidente da entidade:

A ABC é igreja mas tem de caminhar com as suas próprias pernas. A igreja não se mete nela. Veja o caso da TV Record. Ela é uma empresa como a Globo é, como Redetv é, como rede Bandeirantes é. Isto aqui é uma ONG como Viva Rio e outras ONGS aí fora. E ela deve caminhar com as suas próprias pernas
A igreja investe pesado no social. Ela constrói catedrais, ela investe pesado numa programação de televisão para poder anunciar sua forma de trabalho, então, ela já trabalha no social, só que no social espiritual. Então, ela não pode desviar o seu recurso financeiro para este social aqui (Pastor Luis Machado).

Na concepção desse dirigente a igreja já investe satisfatoriamente no social, porém, num tipo de social diferenciado, considerado por ele o *social espiritual*. Essas afirmações indicam a concordância, por parte da ABC, de que a IURD não deve se responsabilizar pelo financiamento das ações sociais da ABC, mesmo que isso implique na não realização das atividades - conforme assinalado no trecho de entrevista anteriormente citado. Essa postura confirma o posicionamento de busca de autonomia em relação a IURD (principalmente no que se refere à questão financeira). Por outro lado, essa posição nos coloca uma indagação importante: Se é verdade que a ABC atravessa dificuldades financeiras, que os recursos internos (oriundos da IURD) e externos (provenientes de doações e/ou convênios estabelecidos), são bastante limitados, como interpretar o alardeado crescimento da entidade

(do ponto de vista numérico e qualitativo)? Essa condição financeira aparentemente precária não deveria ser um elemento dificultador desse crescimento? Aqui, mais uma vez, parece se confirmar a análise de que a propaganda e o apelo midiático em torno da ABC contribui para a construção de uma imagem que não necessariamente corresponde à realidade institucional.

Concluindo essa breve caracterização da ABC/RJ, gostaria de assinalar que, na tentativa de traçar um perfil da identidade da instituição, a partir da leitura dos seus próprios membros, me deparei com elementos que permitiam variedade de interpretação e possibilidade de múltiplas escolhas, favorecendo a composição de um perfil pouco nítido, ainda em fase de experimentação.

Contudo, baseado nos traços e contornos apontados por seus componentes, não seria incorreto afirmar que o auto-retrato da ABC (desenhado até o momento), revelou muitas facetas e representações. De início, parece descortinar-se uma única matriz, deixando a falsa impressão de que seus traços definidores serão facilmente identificados. Contudo, aos poucos as matizes vão se mesclando e uma formatação multicolor vai impedindo um olhar transparente, único, definitivo.

Apenas como efeito ilustrativo dessa percepção multifacetada, ao colocarmos em foco o componente central (a assistência) percebe-se um delineamento claramente moldado no quadro assistencial tecido e emoldurado em terras brasileiras ao longo de nossa história.

Contudo, à idéia inicial de puro assistencialismo associa-se a possibilidade de outras leituras da assistência, inclusive àquela referente a perspectiva de direitos sociais. A participação nos conselhos gestores de políticas e a criação de projetos voltados para o fortalecimento da cidadania, por exemplo indicam essa possibilidade. Apesar disso, essa perspectiva não é explicitada na formulação dos objetivos institucionais, cuja expressão sugere a implementação de ações prioritariamente assistencialistas, distanciando-se da concepção cidadã presente no discurso e na possibilidade institucional.

Identifica-se um discurso que procura desvincular a ABC, enquanto entidade assistencial, da IURD, estrutura eclesial. Contudo, observa-se que o corpo de dirigente da ABC, ou seja, toda a Diretoria Executiva é composta por membros da igreja. Até o momento, o cargo de Diretor-Presidente sempre foi ocupado por um Pastor. Por outro lado, embora os recursos para as ações sejam oriundos de entidades financiadoras (pública e privadas) é a igreja que mantém as condições básicas de funcionamento: sede, despesas com luz, água, etc.,

e o salário indireto do Diretor-Presidente, uma vez que o ocupante do cargo, mesmo desvinculado da função, continua recebendo o salário de Pastor. Contudo, é importante registrar que essa vinculação existente entre a IURD e a ABC - de fato -, não está prevista nos estatutos dessa entidade assistencial.

Destaca-se no auto-retrato da ABC, uma busca de mimetização com as ongs, identidade que procuram construir sobretudo, a partir da busca de sua autonomia (administrativa e financeira) em relação à igreja -; da diferenciação entre o trabalho assistencial da ABC e o trabalho religioso da IURD; do distanciamento das ações sociais da política partidária institucional; da ampliação e qualificação do seu quadro técnico e de profissionais contratados e da aproximação de uma concepção de assistência pautada na justiça (participação nos conselhos gestores e formulação de projetos voltados para a cidadania).

Dessa forma, verifica-se que o trabalho social realizado, através da institucionalização da assistência, via ABC, mesmo sob o comando e orientação doutrinária da IURD, possibilita a existência de outras concepções de intervenção na área social, viabilizando a expressão de variadas matizes e ambivalências, buscando atender a um só tempo, ao céu e a terra; a fé e a razão; a obediência e a emancipação; a dádiva e ao interesse pessoal/institucional; a caridade e a cidadania; ao público e ao privado. Enfim, uma identidade que remete a uma diversidade de significados que, seguramente, requer maiores investimentos na tarefa de melhor apreendê-los.

Vejamos, a seguir, as motivações e interpretações em torno da criação da Associação Beneficente Cristã, isto é, o *braço social* da IURD.

3.2. As motivações em torno da criação da ABC: dádiva x legitimação social no universo assistencial iurdiano

A análise do discurso de representantes institucionais da ABC (ex-presidentes, presidente atual, pastores, funcionários e voluntários) sobre o surgimento da entidade nos oferece informações bastante reveladoras sobre o campo motivacional que viabiliza sua criação.

Inicialmente, a justificativa para o surgimento da ABC é construída com base em fatores explicativos de caráter essencialmente personalista, sendo creditado ao perfil do bispo Macedo os esforços e investimentos nessa direção. O entendimento de que a ABC é uma obra idealizada (e materializada) por Macedo é opinião unânime no interior da instituição:

A idéia inicial foi do bispo Macedo.

Ele criou a ABC porque ele sempre admirou a área social.

Ele próprio criou o nome ABC. Ficou fácil: Associação Beneficente Cristã. Aí ele (o bispo Macedo) falou: - Mário, pára tudo, sai da igreja, sai do altar, você continua como pastor e se dedique cem por cento a esta obra” (Pastor Mário Luiz).

Pouco a pouco, porém, vão surgindo outros fatos e revelações, cujas interpretações podem nos remeter a significados que extrapolam explicações de caráter personalista, deslocando-nos para acontecimentos relacionados ao espaço interno e ao cotidiano institucional. Assim, um universo interpretativo mais amplo vai se descortinando. Verifica-se, por exemplo, que um comentário bastante difundido no âmbito interno institucional gira em torno da avaliação do tipo de atendimento prestado pela igreja aos seus fiéis. Na opinião de alguns membros da entidade, há muito observava-se a importância e necessidade de oferecer algo mais às pessoas atendidas pela igreja, algo que extrapolasse a dimensão espiritual - aspecto prioritário no trabalho da IURD: *“Enquanto as pessoas eram atendidas na igreja viu-se a necessidade de se fazer um trabalho social, porque além da parte espiritual era preciso se fazer mais alguma coisa, a partir desses atendimentos. Então pensou-se em montar uma instituição que desse apoio”* (Deputada Edna Rodrigues).

A percepção dessa necessidade de ajuda ao outro parece estar fundamentada numa concepção de dádiva presente na IURD, conforme sinaliza um dos fundadores da ABC: a *oferta*, o *dar*, são os sinônimos mais próximos de amor, biblicamente, *“o amor ágape [que] é, na verdade, dar. Se sou uma pessoa dadivosa eu sou uma pessoa que tem muito amor* (Pastor Mário Luiz).

Nesse sentido, foi possível observar, no discurso daqueles que constituíam a base da igreja, o entendimento de que a ABC deveria se constituir como um espaço voltado para a

prestação de serviço, indicando uma vocação para o exercício da *dádiva*. A explicitação de como esse *amor dadivoso* se expressaria na proposta da ABC pode ser constatada a partir de uma afirmação bastante reveladora: “A ABC foi fundada única e exclusivamente, na época, para dar comida. Afinal de contas, para a pessoa dar alguma coisa, o que é melhor? É dar comida para o pobre! Hoje eu sei que dão cursos gratuitos. Mas na época era para dar comida. Fazer cestas básicas e dar para a população carente” (Pastor Mário Luiz).

À propósito dessa afirmativa, vale aqui destacar o contexto sócio-político que caracterizava a sociedade brasileira naquele momento histórico. Todos sabemos que o início dos anos 1990 foi palco de expressivos movimentos, constituidores de uma sociedade civil extremamente participativa. Esses movimentos originaram novas formas de manifestação e intervenção no campo social, uma das quais torna-se nacionalmente reconhecida, sobretudo, pelo poder de ampliação e mobilização popular: a “*Ação da Cidadania contra Miséria e pela Vida*”, mais conhecida como a “*Campanha contra Fome*”, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho).

O caráter supra-partidário e ecumênico assumido pelos idealizadores dessa campanha propiciou a inserção de diversos e variados atores políticos e religiosos que observaram com bastante interesse o surpreendente potencial de ações e intervenções sociais daquela natureza. No campo religioso, os evangélicos em geral, e os iurdianos em particular, são exemplos de adesão que, posteriormente, resultaram em desdobramentos importantes - conforme parece ser o caso da ABC.

Verifica-se, portanto, que a participação em eventos caracterizadamente marcados por essa conjuntura permitiu a ampliação de horizontes desses grupos religiosos, despertando nesses atores a curiosidade e o interesse por ações de mobilização social, cujo poder de realização extrapolava as expectativas institucionais existentes. No caso específico da IURD, a descoberta do imenso poder de mobilização - demonstrado através da participação nesse tipo de evento -, parece ter propiciado a disposição de repensar suas práticas sociais, permitindo-lhes a descoberta de novas perspectivas e possibilidades de atuação. Comentários de um dirigente institucional, sobre a participação numa das campanhas realizadas no período, demonstra claramente a perplexidade diante da *performace* obtida:

Nós achamos sensacional na época do “Brasil 2000, Futuro Sem Fome”. Começamos direto a pedir comida. Só que não esperávamos vir tanta comida. No ano de 95 nós arrecadamos no Brasil a ‘estupidez’ de três milhões de toneladas de

alimentos não perecíveis. Na época, o Betinho conseguiu setecentos e cinquenta mil quilos. Nós conseguimos três milhões de quilos dentro da igreja. Havia reuniões e cultos que nem se pedia ofertas em alimentos. Era uma coisa de se levar caminhões para a igreja. No Maracanã nós fizemos um culto no qual nós arrecadamos vinte carretas de trinta toneladas, que eu tive de alugar. Ou seja: foram seiscentos mil quilos (Pastor Mário Luiz).

Dessa forma, a leitura dos dados pode indicar o surgimento da ABC também como um fato relacionado à participação da IURD em atividades sociais externas ao seu campo denominacional específico, despertando na hierarquia institucional o interesse em ampliar suas ações no campo assistencial.

Por outro lado, a constatação de que *“as pessoas estavam com o ‘coração muito fechado’ para a Igreja Universal do Reino de Deus em particular, e para suas obras sociais, de modo geral”* (S. agente administrativo do Serviço Social) também é sinalizada no discurso desses agentes como fatos que motivaram o surgimento da ABC. Afinal, conforme sugere uma frase de Macedo (segundo um dos entrevistados, muito utilizada pelo próprio bispo): *“para você entrar em algum lugar, você precisa ter algum lugar aberto, precisa encontrar um espaço aberto”*. Nesse sentido, a abertura de um espaço que propiciasse a entrada de determinados setores da sociedade - não necessariamente (ainda) vinculados à igreja, poderia contribuir, por um lado, para a ampliação do número de fiéis e, por outro, para o aumento de sua visibilidade social.

Esses elementos foram apontados no decorrer da pesquisa, como fatores que impulsionaram a proposta de associar a dimensão social da igreja à sua estrutura denominacional. A operacionalização dessa idéia implicaria na criação de algo concreto, como por exemplo, a construção de um aparato institucional que funcionasse, simultaneamente, como apoio e fortalecimento do trabalho social, e como instrumento de viabilização do crescimento e legitimação social da IURD.

Assim sendo, a análise até então empreendida nos permite supor, de forma bastante resumida, que os fatores que motivaram o surgimento da ABC são diferenciados, porém complementares entre si. Por um lado, confirma-se a presença de elementos constitutivos do quadro interpretativo predominante na literatura especializada (tratada no capítulo anterior), cuja ênfase reside na idéia de legitimação social como sendo o elemento preponderante na decisão de criação da ABC - materializada através de uma estratégia política previamente elaborada. Por outro lado, a pesquisa de campo revelou também uma influência de elementos

mais restritamente relacionados à dinâmica interna da igreja (fazer algo pelos fiéis que extrapolasse a dimensão espiritual) e à leitura bíblica denominacional (o amor ágape, impulsionando ações solidárias e fraternas, propiciando o exercício da dádiva no espaço interno - e também externo - à igreja). Nesse sentido, os depoimentos seguintes são bastante reveladores:

“O alvo inicial era atender à pessoas necessitadas independente do credo religioso. Tanto que onde existiam calamidades nós enchíamos carretas... dez, vinte, trinta carretas até que o exército viesse nos acompanhar para que nós fizéssemos a distribuição dos alimentos. O alvo era prestar serviço. (Grifo meu) (Pastor Mário Luiz).

Continuamos a fazer o nosso trabalho. Mas depois, com o decorrer do tempo, viu-se a necessidade de uma maior divulgação do que é a Associação Beneficente Cristã, de poder fazer com que a associação viesse a ser reconhecida AÍ, onde hoje nós temos os nossos títulos, como entidade municipal, estadual e federal” (Pastor Liz Machado).

Portanto, é possível supor que a decisão institucional em torno da criação da ABC - embora orientada na perspectiva de legitimação social (apontada no Capítulo 2) -, recebeu influência também, principalmente junto à base da igreja, da dádiva como um elemento propulsor de ação social. Ou seja, na cúpula da igreja, isto é, sua hierarquia máxima (bispo Macedo e seus assessores), o que motiva é a idéia de legitimação social, operacionalizada através de estratégias políticas imediatas. Já a base da igreja (pastores, obreiros, fiéis) foi percebendo mais devagar a importância, o significado e os efeitos que uma estruturação mais orgânica de suas práticas sociais poderia produzir.

Porém, partindo-se desse pressuposto, há de se indagar algumas questões cruciais no desenvolvimento desse processo. Em primeiro lugar, constata-se que, inicialmente, a organização da ABC, na prática, não equivaleu a uma estratégia política de grande porte. O material de campo nos revelou que durante todo o primeiro mandato (1994-1997) prevaleceu uma visão de cunho acentuadamente assistencialista, com ênfase nas ações voltadas para a distribuição de cestas básicas, conforme ilustra o seguinte trecho: “*Então, o que nós fazíamos na ABC era "botar comida no estômago das pessoas. Nesta época não pensávamos em outros programas. Achávamos até que seria fugir do foco principal. Então a idéia da ABC era apenas fazer o social mesmo*” (Pastor Mário Luiz).

Verifica-se, nessa passagem, uma visão bastante restrita do trabalho social, reduzindo-o a ações de caráter meramente assistencialista, distanciando-se da concepção de justiça da

assistência presente nos anos 1990, cujos princípios inspiraram as ações coletivas¹³⁵ das quais a própria IURD participou de forma efetiva.

Curiosamente, a imagem do bispo Macedo como um homem comprometido com a idéia de “*ensinar a pescar*”, pouco amante da postura de solucionar dificuldades através do ato de “*dar o peixe*”, aparece de forma recorrente nos discursos analisados. Um dos trechos de entrevista realizada com o presidente fundador da entidade ilustra bem a posição do dirigente máximo da Universal:

O Bispo Macedo é um homem de ensinar a pescar. Ele não gosta de dar o peixe. Ele achava que ao se dar o peixe você não soluciona. Ele não é de fazer obra social assistencialista e não acha que isto seja o ideal, como eu também não acho. Mas, "como saco vazio não fica em pé" - termo usado por nós em reunião -, acho que também o amor tem de começar muitas vezes "pelo estômago", principalmente se eu estou comendo o de melhor e a pessoa ao meu lado está comendo mal (Pastor Mário Luiz).

A tensão proveniente dessa aparente ambigüidade parece ter impulsionado a tentativa de diferenciar as ações da igreja das ações da ABC, através da proposta de uma clara divisão entre qual deveria ser o papel de cada uma dessas instâncias:

A ABC era apenas obra social: comida, comida, comida. Era o contrário do que o bispo Macedo queria: dávamos o peixe. Qual era a proposta? A ABC dá o peixe. A Igreja Universal do Reino de Deus vai ensinar a pescar. E esta frase "pegou". Não adianta dar comida, dar comida e dar comida, até em termos espirituais. Mais importante que dar o alimento é ensinar a pescar, que é o alimento espiritual (Pastor Mário Luiz).

Ou seja, à igreja caberia alimentar e curar o espírito, preparando-o para uma vida próspera e abundante, conquistada através dos recursos provenientes de sua autonomia pessoal. Enquanto isso, a ABC cuidaria da fome e da miséria humana, das necessidades materiais concretas e imediatas presentes no cotidiano da população.

Esses elementos confirmam a idéia de que a configuração inicial da ABC é essencialmente assistencialista, embora tenha sido pensada para se colocar de acordo com o tempo presente, adequando-se à conjuntura da época - fato que deveria impulsionar a aproximação do seu campo assistencial da nova concepção de assistência adotada no país: assistência como direito social.

¹³⁵Note-se, por exemplo, que a *Campanha contra a Fome* era uma crítica em ato, cujos objetivos não restringiam-se apenas a coleta e distribuição de alimentos.

No exercício da prática institucional, observa-se que a natureza de suas ações não sofre alterações imediatas. Ao contrário disso, os dados demonstram que as atividades anteriormente desenvolvidas foram sendo incorporadas à ABC sem nenhum tipo de reformulação. O *Projeto Ler e Escrever* foi uma das primeiras incorporações: “*Aí eu agreguei o Projeto Ler e Escrever para a ABC. Passou a ser um departamento da ABC. Agregamos em rede nacional. Foi sensacional! O projeto mesmo foi uma coisa assim "arrepicante"! Eu via isto com uma alegria muito grande...*”(Pastor Mário Luiz)

A seguir, as visitas periódicas às penitenciárias também foram incorporadas. Simultaneamente a essas ações, as atividades de praça continuavam acontecendo (corte de cabelo, barba, sopa, curativos, verificação de pressão, etc.).

Um dado importante a ser destacado é que nessa fase inicial da ABC, todas as ações eram realizadas por voluntários. Conforme assinalado no depoimento de um informante: “*A ABC não pagava um salário a ninguém. Tinha de ser voluntários da igreja. A pessoa tinha de saber o que ia ensinar. Eu só posso ensinar aquilo que eu tenho. Se eu quisesse também que a pessoa desse alimento espiritual eu dava a esta pessoa algum material.*”(Pastora Edna Rodrigues)

Outro fator bastante elucidativo - do que aqui estou considerando a primeira fase da ABC - refere-se à sinalização de práticas possivelmente de caráter corporativo, conforme sugere a seguinte declaração:

A igreja tinha uma assistência mais acompanhada... um corporativismo... A gente é corporativa. A gente se conhece lá dentro. No dia em que se dava a cesta básica era um dia religioso. Era para as pessoas que tinham a senha. Eram as pessoas que aceitavam o Senhor como seu salvador e orientador, e tinham a Bíblia como livro referência e quem dava a senha era a igreja. (Pastor Mário Luiz).

Tendo como referência o conjunto de atividades acima elencadas é possível afirmar que as práticas sociais da ABC imediatamente após a sua fundação em nada diferiam das ações sociais implementadas pela igreja anteriormente. Observa-se, por exemplo, que as características centrais das referidas práticas permanecem as mesmas: uma clara ambigüidade em relação ao princípio de ‘*não dar o peixe*’, e sim, ‘*ensinar a pescar*’; uma concepção de assistência que reduz o trabalho social a mero assistencialismo - inclusive afirmando para si a função de ‘*dar o peixe*’-, viabilizando o exercício de práticas sociais de caráter clientelista; o predomínio de uma ação voluntarista (pode-se mesmo afirmar a existência de um certo

amadorismo - que prescinde de uma formação técnica mais específica às ações desenvolvidas).

Por outro lado, a análise do perfil de dirigentes institucionais desse período (notadamente o seu presidente fundador), revela que esses atores têm uma leitura pouco crítica da realidade social e, conseqüentemente, uma concepção de pobreza reducionista conservadora - fato que favorece o fortalecimento de uma postura bastante assistencialista.

Em relação à pobreza, por exemplo, observa-se as seguintes interpretações:

Eu acho que este problema todo que afeta o nosso país é a falta de planejamento familiar. Este é um dos motivos que causa a pobreza na vida de uma pessoa de maneira geral. O governo teria de ter a sua responsabilidade com a educação, com a saúde, mas a maior responsabilidade é nossa.

Eu nasci numa família pobre e nunca tivemos problemas de ficar batendo na porta dos outros para pedir o pão de cada dia. Meu irmão mais velho se casou com planejamento familiar, eu me casei com planejamento familiar, minha irmã também e todos temos as nossas vidas organizadas. Mas a geração dos sobrinhos já está se envolvendo e se casando sem planejamento familiar. Minha sobrinha gerou um filho e está na casa da minha mãe, pois na vida da minha sobrinha já não houve planejamento familiar. Esta geração que vem surgindo agora é uma geração que não faz nenhum planejamento familiar. Eles namoram, se comprometem e têm filhos sem nenhum planejamento.

Eu acho que esta busca de recursos financeiros que está acontecendo dentro dos lares, impediu ou impede os pais de conscientizarem seus filhos para que eles façam um planejamento familiar, ou como constituir uma família. Antigamente nós tínhamos uma matéria que se chamava OSPB que orientava. O planejamento familiar começa em casa, dentro da própria família. A Rose faz faculdade e acaba às dez horas, se ela tivesse um filho quem iria educá-lo? (Pastor Luis Machado)

Verifica-se, portanto, que a manifestação da pobreza está associada diretamente ao plano privado, cabendo à família combatê-la através de uma única estratégia: o planejamento familiar. Nessa concepção o indivíduo é responsabilizado pela sua condição de pobreza e a solução passa pelo controle do pobre e não pela distribuição da riqueza.

Por sua vez, à luz da teologia iurdiana, a igreja concebe a pobreza como sendo a ausência de Deus na vida das pessoas, tendo em vista que essa condição será resolvida a partir do momento em que estas decidam incorporá-LO às suas vidas, conforme ilustra o seguinte trecho:

Levando para o lado da igreja, nós atribuímos à falta de Deus na vida das pessoas. Quando uma pessoa se volta para Deus, ela deixa de ser pobre. Não significa que ela vai deixar de ser pobre porque vai ter dinheiro no bolso, mas ela deixa de pensar como pobre. Ela deixa de agir como pobre. Ela deixa de proceder como

pobre. Então muitas das vezes as pessoas têm recursos e condições, mas agem como pobre. Então, a igreja conscientiza as pessoas que elas estão nesta situação pela falta de Deus nas suas vidas. A partir do momento em que se encontram com Deus, deixam de ser pobres, por que passam a acreditar nelas mesmas e que podem vencer e que vão alcançar os seus objetivos e que os seus sonhos vão se tornar realidade” (Pastor Luis Machado).

Isso posto, duas questões referentes ao processo de implementação da ABC merecem ser destacadas: a) a indicação de um dirigente institucional com visão conservadora acerca da pobreza e do campo assistencial, cujo perfil não encontrava-se adequado nem aos novos tempos (conjuntura política externa), nem as novas propostas pretendidas - a diversificação e ampliação de suas ações sociais, buscando adaptar-se aos padrões modernos assistenciais (conjuntura interna institucional); b) o fato de uma entidade política e estrategicamente planejada com o objetivo de ampliar a visibilidade social da atuação da denominação nessa área não apresentar inovação alguma na sua estrutura inicial, restringindo-se à implementação das ações anteriormente desenvolvidas pela própria igreja.

Independentemente da existência dessas questões, o fato relevante é que a ABC acaba alcançando uma grande visibilidade social, parecendo aos olhares externos uma instituição sólida, com ampla atuação social, em consonância com os parâmetros mais modernos da assistência social. Vale lembrar, que essa imagem externa é resultado um trabalho midiático institucional bastante cuidadoso, cujo objetivo é a difusão das ações da ABC da forma mais ampla possível, de maneira que sua visibilidade social seja garantida. Confirma-se, assim, a interpretação de que a criação dessa entidade visava a ampliação da visibilidade social das ações sociais da IURD - buscando legitimação social e expansão da denominação.

Em relação à visibilidade social, vale apontar aqui alguns poucos comentários. Uma análise mais cuidadosa dessa imagem construída midiaticamente nos revela que - além de não corresponder plenamente à realidade institucional interna - , essa imagem gera uma expectativa externa que extrapola o real e efetivo desempenho da entidade na área. Talvez seja correto afirmar, inclusive, que o próprio movimento interno da ABC - no sentido de alterar a natureza dessas ações - teria sido um reflexo da leitura de movimentos externos sobre sua atuação - cuja avaliação superestima o poder de atuação da entidade (situação produzida pelo poder midiático da IURD). Ou seja, as transformações ocorridas ao longo do percurso da ABC, teriam sido provocadas mais por essa expectativa externa do seu potencial - que superestima suas possibilidades - e menos por estratégias internas institucionais.

Portanto, objetivamente, a criação da ABC propicia muito mais a sedimentação das práticas sociais já desenvolvidas pela igreja (agora sob o ‘*guarda-chuva*’ da ABC), do que a ampliação, diversificação e reestruturação dessas práticas, conforme previsto na proposta inicial da entidade.

Com base nas interpretações aqui sugeridas, presume-se que os interesses e motivações referentes à criação da ABC no interior da denominação são de natureza diferenciada, porém complementares entre si. Por um lado, o interesse da cúpula institucional (com a clareza de que investir na ampliação e fortalecimento das ações sociais, adequando-se aos novos tempos, significaria garantia de visibilidade e legitimação social). Por outro, segmentos hierarquicamente inferiores da denominação (pastores e obreiros), cuja motivação central girava em torno do desejo de ampliar a ajuda ao outro, a possibilidade de exercitar a dádiva e a solidariedade. Ou seja, para estes segmentos a idéia de visibilidade e legitimação não estavam tão nítidas - o que não significa dizer que não reforçaram esse projeto tão logo ele tenha se explicitado no âmbito da igreja.

O fato é que independentemente do grau de clareza e/ou conhecimento que esses setores tenham tido dessas estratégias, a cúpula alcançou seus objetivos - fato que nos conduz à análise de que, pelo menos nesse particular, a centralização da direção da IURD, e a pouca articulação entre base e cúpula não necessariamente compromete os resultados dos objetivos traçados pela denominação.

Vale salientar que o cumprimento desse objetivo, ou seja, a ampliação dessa visibilidade social, contribuirá de forma bastante significativa para a sedimentação da IURD no campo político, observando-se, a partir daí, alterações importantes no seu campo assistencial, bem como uma crescente imbricação entre os campos assistencial e político no âmbito interno da denominação. Vejamos, a seguir, alguns aspectos centrais observados na discussão referente ao tema.

3.3. Novas configurações do campo assistencial da ABC: diversificação das atividades e imbricação com o campo político

Conforme assinalado no item anterior, parto do pressuposto que as ações da ABC durante a gestão da sua primeira Diretoria são basicamente as mesmas anteriormente

realizadas no âmbito interno da IURD, não havendo nenhuma inovação em relação às atividades propriamente ditas.

O diferencial aí observado, portanto, reside na implementação das ações decorrentes da participação da IURD nas campanhas realizadas pouco antes da idealização da ABC. Vale salientar que, inicialmente, observa-se uma completa sintonia com os eventos nacionalmente organizados por setores da sociedade civil. Logo, logo, porém, a IURD distancia-se dos atores protagonistas desses eventos iniciando uma carreira solo de natureza concorrencial não apenas em relação a esses atores, mas também em relação aos demais setores evangélicos. A disputa é observada, por exemplo, em torno da questão sobre quem consegue arrecadar mais quantidades de alimentos, como sinalizado em citação no item anterior a qual relaciona a quantidade de alimentos conseguidos pela IURD em relação à levantada pela Campanha contra a Fome. A partir daí, a organização e realização de campanhas próprias são estimuladas, tais como “Movimento Brasil 2000 - Futuro sem Fome” e, em seguida, o “Movimento Muda Brasil - Futuro com Fé”.

Considero, portanto, que a grande novidade na ação social da IURD - logo após a criação da ABC -, refere-se não à natureza das ações desenvolvidas, mas às estratégias institucionais relativas à ampliação da visibilidade social das ações sociais iurdianas. Ou seja, as primeiras mudanças significativas nessa área ocorreram em torno das estratégias de divulgação, e não em relação aos conteúdos e formatação das atividades propriamente ditas.

No âmbito dessas estratégias, não seria incorreto afirmar que a ABC era utilizada como garota propaganda do processo de divulgação e difusão da atuação da denominação no campo assistencial - tarefa que ficava a cargo do bem estruturado aparelho midiático institucional.

Por outro lado, é importante assinalar que os dados obtidos confirmam também a disposição dos agentes da IURD em reformular e/ou adaptar o perfil de sua atuação social às tendências observadas no período, constatando-se a efetivação de mudanças concretas em relação à formatação das ações desenvolvidas. As afirmações abaixo relacionadas ilustram bem o redirecionamento da atuação da ABC:

Eu posso contar o que fiz durante o mandato, a ênfase foi nessa coisa da alimentação. Aí, o Alexandre, meu sucessor, começou a botar muita obra social, como aulas, que eu acho válido....” (Pastor Mário Luiz)

Continuamos desenvolvendo e acrescentando, ampliando os nossos quadros de atendimentos. Atendíamos mais à população de rua, a questão da cesta básica e hoje nós fazemos a qualificação profissional (R. Membro da diretoria executiva da ABC).

A partir das informações coletadas, verifica-se que o perfil das ações implementadas sofrem alterações significativas já a partir do segundo mandato da presidência da ABC (1999-2002), demonstrando rápida adaptação tanto às tendências presentes na constituição da sociedade civil da época, quanto às especificidades da conjuntura interna da denominação.

Uma primeira inovação que merece ser destacada refere-se à implementação dos Cursos Profissionalizantes, considerada uma estratégia de atuação capaz de produzir o deslocamento do eixo considerado meramente assistencialista (distribuição de cestas alimentares e atividades na praça) para o campo de promoção social (a capacitação profissional como elemento definidor de autonomia para inserção no mundo do trabalho).

O investimento na realização de Cursos Profissionalizantes como uma das ações prioritárias da entidade parece está relacionado às crenças ensinadas, praticadas, e defendidas diuturnamente pelos dirigentes da Universal, observando-se aí a influência da Teologia da Prosperidade¹³⁶ de forma mais específica.

Sem a pretensão de desenvolver uma discussão mais profunda sobre o assunto, é valido lembrar aqui que um dos aspectos centrais da Teologia da Prosperidade consiste na crença de que o cristão (já nesta vida e neste mundo) tem o direito à saúde física, prosperidade material, e a uma vida abundante. Reafirmando essa posição, os pregadores dessa corrente defendem que essa afirmação não é apenas uma promessa, uma vez que no plano espiritual Deus já assegurou tais bênçãos, cabendo ao cristão apenas a tarefa de apropriar-se delas (Mariano, 2003).

Tomando como base analítica a afirmação de que a promessa de compensações imediatas neste mundo é a estratégia básica da IURD para crescer entre os estratos mais pobres os cursos profissionalizantes poderiam ser interpretados como uma iniciativa nesta direção, uma vez que possibilitariam ao indivíduo uma capacitação profissional que lhe permitisse o desenvolvimento de atividades laborativas (no campo formal ou informal) assegurando-lhe a possibilidade de afirmação e prosperidade individual e/ou familiar.

¹³⁶Corrente teológica de origem norte-americana, difundida no Brasil, sobretudo pela Igreja Universa do Reino de Deus e Igreja Internacional da Graça.

Àqueles que duvidassem da viabilidade e/ou concretização dessa perspectiva, ou que contestassem seu poder e eficácia, caberia retornar aos ensinamentos referentes à Confissão Positiva. Na concepção dos idealizadores dessa vertente - formulada inicialmente por Kenneth Hagin, e assimilada por Macedo -, as palavras pronunciadas com fé não só têm o poder de transformar a realidade mas também de tornar realidade aquilo que se profere (tanto na direção do bem quanto no sentido do mal). Portanto, “*Se confessarmos vitórias mesmo antes que aconteçam, seremos vitoriosos*”(Macedo, 2000, p.40 apud Mariano, 2003: 243).

E, com o intuito de afastar qualquer tentativa de imobilismo e resignação, Macedo continua esclarecendo: para quem põe em prática a fé possuidora, “*o reino dos céus é hoje*”, é aqui e agora; e como a vontade de Deus é que seus filhos sejam abençoados e prósperos, “*nada de se contentar com a desgraça ou com a pobreza*”(Macedo, 1999).

Com base nessa brevíssima incursão teológica, arrisco-me a supor que a promessa de prosperidade seria garantida, portanto, através do cumprimento de dois elementos básicos: a participação concreta do indivíduo nos ensinamentos técnicos (cursos oferecidos) e a obediência e cumprimento dos preceitos religiosos por parte desse indivíduo. Afinal, “*a fé e a obediência andam de mãos dadas. Onde há fé, aí há obediência. Elas são irmãs gêmeas. A fé está ligada à obediência e esta à ação, logo, fé é ação* (Macedo, 2001, pp. 32-33 apud Mariano, 2003: 246-247).

Em síntese, a proposta de implementação de Cursos Profissionalizantes pode ser interpretada como uma iniciativa associada às promessas de prosperidade da IURD, cuja formulação teológica favorece a construção de alternativas pautadas no aqui e agora, no estímulo ao desejo de fruição de bens materiais e no enaltecimento da bem-aventurança nesse mundo. Ou seja, “*a incansável espera pelo Messias e pela outra vida, a eterna, é substituída pelo imediatismo típico das promessas mágicas de recompensas específicas nesta vida*”(Mariano, 2003:257).

Além da implementação dessa nova modalidade, constata-se a ampliação da área de abrangência e a reformulação dos objetivos e procedimentos metodológicos referentes a ações já anteriormente desenvolvidas: o *Projeto Ler e Escrever* e as *Atividades de Praça*, conforme informa o seguinte trecho:

A ABC não parou por aí. Vimos que só o alimento não ajudava, apenas amenizava a situação da população carente, e por isso, foram implantados os Cursos Profissionalizantes, que têm por objetivo formar profissionais aptos para atuar no

mercado competitivo, assim a ABC tem ajudado a diminuir o índice de analfabetismo no país, pois mantemos várias unidades de ensino com mais de 44 alfabetizadores, com cursos de capacitação para educação de jovens e adultos. Tendo em vista o crescente número de pessoas que procuram a instituição em busca de capacitação profissional para melhor colocação no mercado de trabalho, ampliamos os nossos cursos em parceria com a Secretaria de Trabalho, através do programa “Trabalhar e Aprender - Qualificação para a Cidadania” (Trecho de documento interno da ABC, cedido pela instituição).

No trecho acima ilustrado, mais uma vez identifica-se a associação entre as práticas sociais e a prosperidade prometida (e buscada) na teologia iurdiana.

Em relação ao “*Projeto Ler e Escrever*”, observa-se que a área de atuação de suas ações extrapola o âmbito das penitenciárias, estendendo-se aos espaços internos da própria igreja, ficando sua organização, articulação e implementação sob a responsabilidade central da ABC. Observa-se, a partir daí, uma reorientação dos objetivos anteriormente definidos, exclusivamente vinculados à proposta de evangelização da igreja. Na concepção desses dirigentes, a leitura seria instrumento imprescindível nesta tarefa, pois sem ela o fiel tornava-se impossibilitado de descobrir a fonte de verdade que somente o evangelho poderia propiciar.

Contudo, o redirecionamento do projeto sinalizava um nova perspectiva de intervenção, devidamente incorporada aos anteriormente previstos: contribuir para a efetivação da cidadania desses indivíduos através da garantia do direito à escolarização - condição imprescindível na dura competição que necessariamente enfrentavam na busca de inserção no mercado de trabalho.

A expectativa dos dirigentes institucionais era que o fiel da Universal se tornasse apto não somente a ler a Bíblia, mas também a Folha Universal (informando-se sobre os acontecimentos no mundo de forma geral, e na sua igreja em particular, capacitando-se para o livre exercício do voto e da cidadania política). Com base nessa nova perspectiva o *Ler e Escrever* amplia-se consideravelmente, visando contribuir para a “*alfabetização de Jovens e Adultos, com o objetivo de integrar o homem ao mundo atual de forma que este venha a construir uma plena cidadania. Atualmente, funciona com 130 unidades de ensino no Estado do Rio de Janeiro*”(Trecho de documento interno da ABC, cedido pela instituição).

Por sua vez, as chamadas ‘*Atividades de Praça*’ expandem-se de forma significativa: não mais apenas corte de cabelo e barba, curativos ou tomada de pressão. Nessa nova fase, além dessas costumeiras ações, organiza-se verdadeiros mutirões com o objetivo de resolver

problemas relativos à cidadania do indivíduo: informações sobre documentação, realização de mini-cursos, atendimento médico de caráter ambulatorial preventivo e informacional, encaminhamentos diversos, aconselhamentos espirituais, psicológicos, jurídicos, distribuição de lanches, distribuição de cestas básicas, etc. Esse conjunto de ações - realizadas, geralmente, aos Domingos, em praças consideradas de referência para a população local -, constitui o projeto institucional denominado *ABCidadania*.

Assim sendo, a implementação da proposta de introdução de novas modalidades só será observada, de forma mais consistente, a partir do período referente ao terceiro mandato da diretoria da ABC (2003-2006), registrando-se assim, uma diversificação do universo de ações até então estabelecido. Nesse sentido, inauguram-se os Projetos *Idade Feliz*; *Jovem Futuro Esperança*; *Jovem nota 10*; *Agente da Comunidade*; *Casa de Sara*, além do “*Programa de Penas e Medidas Alternativas*” - mantendo-se as modalidades iniciais (Cursos Profissionalizantes; Projeto Ler e Escrever e *ABCidadania*), embora com objetivos, conteúdos e metodologia devidamente reformulados.

Contudo, apesar de consideradas inovadoras no âmbito interno da instituição, a natureza das referidas propostas corresponde a antigas fórmulas assistenciais, desenvolvidas por diversos atores do campo assistencial brasileiro (no âmbito governamental ou não governamental). Assiste-se, assim, a uma busca de mimetização com as práticas tradicionalmente difundidas no campo assistencial brasileiro, visando com isso uma maior familiarização com essa área e, conseqüentemente, uma maior aceitação de sua intervenção social por parte desses atores em particular, e da sociedade, de forma geral.

Por outro lado, é interessante notar que, no plano interno, essas ações fundamentam-se na missão denominacional, buscando sempre relacionar as ações do mestre (Jesus), às ações da corpo institucional (ABC/IURD). Essa associação torna-se bastante evidente na construção dos argumentos que justificam tais ações, resumidamente apresentados da seguinte forma: se o Mestre ensinou que o homem deve valorizar ao seu próximo e a si mesmo, a ABC, através de seus projetos, “*atenderá às pessoas menos favorecidas que vivem em situação de risco social, rejeitadas e discriminadas, resgatando assim os seus direitos e valores como cidadãos*”; se o Mestre ensinou o homem a pescar, ou seja, o instruiu para que pudesse se sustentar por meio do seu próprio trabalho, a ABC proporcionará, “*por meio de cursos profissionalizantes, a inclusão de jovens e adultos no mercado de trabalho, além de*

alfabetizar pessoas de diversas idades dando-lhes oportunidades de aprender a ler e a escrever"; se através da parábola dos talentos, Jesus instruiu que o homem deve ter uma visão empreendedora, *"sem medo de negociar e investir, lançando-se e aproveitando todas as oportunidades"*, a ABC *"investe no empregado, por meio de cursos de capacitação profissional, e no empregador, para que se torne um empreendedor bem sucedido"*; se Jesus ensinou também que projetar e planejar são ações necessárias para evitar frustrações na implementação de qualquer negócio, a ABC *"promove palestras sobre diversos assuntos, para estimular a projeção profissional e pessoal do cidadão"*; e se o Mestre ainda assistiu aos pobres, viúvas, órfãos, enfermos e encarcerados, *"dando pão a quem tem fome, água a quem tem sede, agasalho a quem tem frio"*, a dedicação do Grupo de Voluntários da ABC, de áreas profissionais diversificadas, *"contribuirá para a reintegração social de jovens, adultos, e idosos em comunidades, asilos, hospitais, presídios, casa de reabilitação, casa de recuperação à todos os que necessitam de ajuda"* - pondo em prática solidariedade ensinada por Jesus (Pastor Sidnei).

Além dessas ações e projetos exclusivamente associados à missão institucional/denominacional, vale registrar aqui uma outra modalidade de ação, cuja natureza de intervenção diferencia-se bastante das até então elencadas: a participação da ABC na composição dos Conselhos de Direitos (conforme sinalizado anteriormente).

É importante registrar, que ao assumir institucionalmente ações dessa natureza, a ABC amplia sua participação no espaço público e aproxima-se da perspectiva de assistência social assegurada constitucionalmente. Infelizmente, não foi possível analisar a atuação da entidade nesses espaços de forma mais específica - tarefa que poderia contribuir para uma indicação mais precisa do grau de aproximação da ABC desta perspectiva assistencial.

De forma geral, esta foi a tendência observada no campo assistencial da ABC, durante o período de realização da pesquisa. Contudo, conforme foi salientado na Introdução deste trabalho, o percurso metodológico aqui empreendido nos permite apenas indicar as possíveis mudanças, não sendo possível constatar sua efetivação. Feita essa observação, cabe-nos ainda a tarefa de comentar um fator que considero decisivo para o processo de diversificação das ações sociais iurdianas, registrado no percurso da ABC: a ampliação da participação de representantes institucionais da Igreja Universal na arena política partidária.

Conforme assinalado no capítulo anterior, transformações importantes no campo evangélico brasileiro (mudanças na esfera comportamental, tais como flexibilização dos costumes e da moral; adoção de novas estratégias de recrutamento dos fiéis, e inserção no espaço público) são constatadas já a partir dos anos 1980. Na década seguinte, assiste-se ao fortalecimento da implementação dessas estratégias de reformulação, sobretudo, no campo pentecostal e neo-pentecostal, confirmando-se a tendência de ampliação da participação desses atores na esfera pública Simões (2005); Fernandes (1994); Conrado (2003).

Inegavelmente, esses fatores contribuíram significativamente para a ampliação e notoriedade desses segmentos religiosos. No caso específico da IURD, vimos que sua inserção na esfera pública não restringe-se à área social, confirmando-se o modelo de atuação sugerido por Machado (2002), baseado no tripé filantropia/mídia/política. Sobre esse último elemento do tripé (a política) considero que uma breve retrospectiva sobre o tema será de grande utilidade para a análise a ser empreendida neste item.

Conforme sinalizado anteriormente, a literatura especializada demonstra que a presença do pentecostalismo na política propriamente dita é um fenômeno observado somente a partir da configuração da Nova República (Oro, 2006). Ao analisar a participação parlamentar evangélica na história política brasileira, Paul Freston identifica a configuração de quatro fases distintas, cada uma delas com o predomínio de ramificações denominacionais diferentes: 1946-51 (presença metodista); 1951-75 (igreja presbiteriana); 1975-87 (exclusividade batista); após 1987, (predomínio de uma igreja pentecostal - a Assembléia de Deus) (Freston, 1993). Deve-se registrar aqui, a indicação de uma nova modalidade de política evangélica: sua neopentecostalização.

A inserção desse novo elemento é sugerida por Conrado (2000), cuja justificativa fundamenta-se na constatação da importância assumida pela IURD nesse setor, a partir dos anos 1990 (Oro, 2006).

Notoriamente, a participação dos evangélicos na política brasileira ganha visibilidade a partir da Assembléia Nacional Constituinte em 1986, isto é, após a redemocratização do país - período no qual ampliam-se numericamente a presença de representantes políticos evangélicos. Contudo, tratava-se de uma representatividade ainda bastante inexpressiva, com área de concentração reduzida apenas a três estados brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Sobre a constituição desse grupo evangélico na esfera política, Leonildo

de Campos classifica esses parlamentares como “*políticos de Cristo,*” “*cuja performance, atuação e discurso de legitimação passou a se valer de uma ”escolha divina” intermediada pela igreja*”(Campos, 2002:5, apud Oro, 2006).

No que se refere à inserção iurdiana na arena política de forma específica, verifica-se que sua primeira representação política ocorre em 1986, através da eleição de apenas um deputado para a Assembléia Nacional Constituinte. Em 1990, elege três deputados federais; em 1994, seis; em 1998, dezessete e em 2002, dezessete deputados federais vinculados à própria igreja. Além disso, ajudou a eleger outros quatro deputados federais (não representantes da igreja – Folha de São Paulo, 10/10/2002). Portanto, é a partir da década de 1990 que a força da IURD pode ser constatada - não somente junto à sociedade em geral, mas também ao campo evangélico.

Em 1998, o país surpreendeu-se elegendo a maior ‘bancada evangélica’, até então: foram eleitos cinquenta e três deputados ligados a treze igrejas (Isto É, 2/10/2000). Desse total, dezessete são pastores e Bispos da IURD, e três foram apoiados por essa igreja. Nessas mesmas eleições a IURD elegeu vinte e seis deputados nas Assembléias Legislativas de dezoito estados. Analisando as conseqüências e significados produzidos a partir desses resultados, Paul Freston avalia que a IURD “*representa uma força que desequilibra o meio evangélico e começa a polarizá-lo*”, por isso, sua presença deverá ser obrigatória em qualquer discussão sobre a relação entre protestantismo e política (Freston, 1999:8, apud Oro, 2006:119).

Atualmente, é inegável que a Universal constitui uma força política na vida pública do país tão significativa, que o campo político brasileiro fica impossibilitado de ignorá-la. Sobre os motivos que justificam essa incontestável eficácia política, a literatura especializada nos oferece uma vasta interpretação da qual destaca-se alguns elementos que considero fundamentais à reflexão desenvolvida nesse trabalho. Vejamos, portanto, de forma bastante resumida, alguns dos elementos considerados fundamentais para o sucesso político da Universal:

a) a adoção de um modelo corporativo da “candidatura oficial”, isto é, seus representantes são escolhidos entre os fiéis pela cúpula dirigente da igreja sem nenhuma consulta prévia às bases (Oro, 2006);

b) utilização dos cultos, das concentrações massivas e da mídia própria (tv, rádio, jornal) no processo de divulgação e publicidade dos candidatos lançados (Idem, 2006);

c) a construção de um *'perfil ideal'* do candidato da IURD: deverão ser “pessoas despojadas de interesses pessoais”, “ter o desejo exclusivo de glorificar o bom nome do Senhor Jesus Cristo”; possuir “caráter” e “compromisso com o povo de Deus”; preocupar-se com os “desamparados, pobres e necessitados”, “sem vaidades interiores, sem egoísmos”(Conrado, 2000:76-77, apud Oro, 2006:127);

d) reprodução de uma lógica corporativa - que prevalece junto a outros setores sociais -, por parte dos políticos da IURD, através do estabelecimento de uma relação entre as crescentes iniciativas na área assistencial e a ampliação da capacidade de influência da denominação na esfera pública (Machado, 2003).

Todas essas formulações sugerem, em maior ou menor grau, a existência de uma imbricação entre os campos políticos e assistencial da IURD.

Partindo desse pressuposto, considero que no âmbito de uma denominação evangélica com tamanha expressividade no campo político - cuja atuação no campo assistencial é também expressiva -, seria oportuno indagar sobre as conexões existentes entre esses dois campos ao longo de sua trajetória.

Nesse sentido, interessa-nos identificar o lugar e a proporção que as ações sociais da ABC ocupam no processo eletivo de representantes políticos iurdianos. Antes, porém, alguns aspectos fundamentais observados na relação estabelecida entre os temas assistência/ política merecem ser brevemente retomados.

Conforme já verificado anteriormente, historicamente, a assistência sempre esteve inserida numa perspectiva filantrópica, sendo reconhecida enquanto política pública somente recentemente¹³⁷. Conforme sabemos, a utilização de práticas clientelistas por políticos brasileiros, tem sido uma estratégia incontestável possibilitando, inclusive, que o engajamento em ações sociais seja utilizado como atributo eleitoral - prática recorrentemente presente na política do país.

¹³⁷ Isso justifica o fato do senso comum ainda confundir bastante os conceitos em torno dessa área: assistencialismo/assistência/assistência social - sendo que a utilização de qualquer um deles vem sempre acompanhada da indefinição: favor ou direito social?

É exatamente a partir da constatação da presença e da manifestação desses elementos na cultura política brasileira que considero importante refletir sobre qual tem sido o comportamento da denominação em relação ao uso de suas ações sociais na atuação política institucional. A partir dos dados analisados no presente trabalho, foi possível indicar alguns aspectos bastante peculiares em relação ao assunto, indicando-nos uma aproximação cada vez maior entre os campos assistencial e político da IURD.

Nota-se, por exemplo, que a ampliação dos representantes políticos da denominação coincide com a decisão de ampliação de suas ações sociais, através da criação da ABC.

Contudo, ao indagarmos sobre a existência de algum tipo de relação entre o desempenho político da denominação e a realização das atividades da ABC, constatamos que os representantes da entidade afirmaram não haver qualquer tipo de associação entre as ações destas duas esferas. Ao contrário disso, o que se observa é um grande e permanente esforço dos agentes institucionais no sentido de desvincular a ABC das práticas políticas da igreja, buscando diferenciar-se, a um só tempo, tanto da estrutura institucional da IURD de forma geral, quanto da atuação da igreja na política partidária, de forma específica, conforme ilustra o seguinte trecho: *“Não tem de ter a igreja na política. Este compromisso não é da igreja ela não tem de fazer isto não, e nem se meter na política, por exemplo. A finalidade dela é a pregação do evangelho”* (Pastor Luis Machado).

Reforçando essa linha argumentativa, destaca-se o depoimento de um dos representantes políticos da IURD. Ao discorrer sobre sua atuação parlamentar, essa representante fala, à princípio, em nome próprio, buscando demarcar um certo distanciamento entre sua postura pessoal e a da igreja, não associando feitos ou posição na bancada parlamentar à igreja, porém, no decorrer do discurso o atrelamento às ações desenvolvidas no âmbito denominacional - mais especificamente com a ABC - passa a ser sinalizado, conforme demonstra o trecho, a seguir: *Eu, por exemplo, fundei a ABC de Sao João (de Meriti). E por que estou na política? Porque pessoas na igreja me conhecem. Eu recebi este mandato de pessoas que são da igreja. Tem gente que votou em mim porque me viu na televisão, mas nem me conhece!* (Pastora Edna Rodrigues).

Identifica-se, nessa afirmação, uma clara associação entre a conquista do mandato e a relação com a igreja, deixando subentendido que a participação nas ações sociais pode ter contribuído para o sucesso eleitoral.

Apesar da afirmação constante de que a ABC é um órgão distinto da igreja e que a ação social por ela desenvolvida não poderia ser confundida com as práticas de representantes políticos (candidatos, ou eleitos) vinculados à igreja, foi possível identificar - através dos relatos obtidos - que os elementos indicados no discurso não necessariamente coincidiam com a prática desses agentes. Sobre a polêmica aí estabelecida, os comentários a seguir são bastante esclarecedores:

Hoje a gente tem a Associação Beneficente Cristã. Temos aqui na cidade, e também nas cidades de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Belfort Roxo. Temos os cursos profissionalizantes no braço social da igreja. Onde tem uma igreja tem uma ABC (Deputada Edna Rodrigues - Grifo meu).

Eu prego o evangelho num país de terceiro mundo, para pessoas com dificuldades, para pessoas que têm fome e, então, tem de ter o “braço” social. Mas o que é o evangelho senão as boas novas? Aí você precisa mesmo de ter uma estrutura de cesta básica, de encaminhamento para “um montão” de empregos, de conseguir representação política (Pastor Luis Machado).

Outro dado que merece destaque refere-se à vinculação entre a ação social desenvolvida por representantes institucionais e sua respectiva atuação política. Foi possível observar, por exemplo, que geralmente os candidatos e/ou representantes políticos da denominação já haviam realizado algum tipo de trabalho social anteriormente à sua eleição, causando a impressão de que a passagem dos candidatos por esse tipo de ação funcionava como uma espécie de estágio no qual poderiam exercitar uma prática política e construir capital político:

Fui eleito presidente fundador de um órgão filantrópico da igreja, a ABC. Antes, eu fui presidente da Fundação Leão XIII aqui no Rio, um órgão filantrópico do governo para a população de rua, mas eu não agüentei ficar lá. Voltei para a ABC e depois virei deputado”(Pastor Mário Luiz).

Estava na ABC desde 94. No final de 97 eu passei para o pastor Alexandre - até porque eu já fazia um programa político e social pela igreja há muito tempo: programa de primeiro mundo; programas políticos sociais com uma pequena conotação religiosa. Saí para me dedicar a campanha, e aí assumi o mandato, assim como os seis deputados candidatos da Igreja Universal, eleitos pelo povo, com acima de trinta e cinco mil votos”(Pastor Mário Luiz).

No entanto, é curioso notar que, apesar dessas informações indicarem a existência de uma clara articulação entre a passagem de candidatos por obras sociais da igreja anteriormente ao período de eleição, ao ser convidado a opinar sobre o fato, esse mesmo representante fez a seguinte afirmação: *“Isto para mim não é captação de votos. Isto é*

conseqüência. Isto acontece naturalmente. Muitos deputados, e eu não vou citar nomes aqui, fazem isto como alvo. Mas a Igreja Universal não precisa de buscar votos. Ela tem votos de qualquer jeito” (Pastor Mário Luiz)

Essa declaração merece ser analisada de forma mais cuidadosa. Dados da literatura especializada demonstram que o sucesso eleitoral da IURD reside, justamente, na disposição em captar votos prá além do seu território religioso denominacional, sendo claro para seus coordenadores políticos, a importância de ampliar o número de eleitores dentro e fora da denominação. Portanto, a igreja sabe - e orienta os fiéis nessa direção -, que precisa buscar votos, sempre.

Outro ponto que merece destaque em relação a essa questão diz respeito a forma como a ABC é concebida, ficando explicitamente demonstrada a estreita relação entre os elementos igreja, ação social e política no âmbito institucional.

Comparada a um corpo (formado pela igreja, isto é, a dimensão espiritual), constituído apenas por cabeça (o elemento pensante, responsável pela construção e socialização das idéias) e braços (social e político), o desenho institucional é esboçado da seguinte forma:

Costumo dizer que ela é um corpo. Tem a cabeça, que é a mídia, tem tv, jornal e revista, com toda a parte de informação e divulgação na internet. Esta é a cabeça pensante, a que leva as idéias. Tem um corpo que é a parte espiritual, que existe em mais de cem países Depois o braço político. Eu, por exemplo, porque estou na política? Porque pessoas na igreja me conhecem. Mas tem também o braço social. A igreja não tem só que pregar o Evangelho. Então, tem de ter o braço social para pessoas que têm fome, que tem necessidades (Edna Rodrigues, Pastora e Deputada Estadual, ex-membro da Diretoria Executiva da ABC/RJ, membro atual da Diretoria da ABC em São João do Meriti/RJ).

A análise até então empreendida nos permite indicar a existência de uma estreita relação entre a ampliação e diversificação das ações sociais da ABC e ampliação da participação da IURD na política partidária. Contudo, há que se examinar melhor a natureza e o grau das relações aí estabelecidas, uma vez que mudanças significativas na configuração de ambos as esferas estão ocorrendo com freqüência.

É importante lembrar, por exemplo, que novas estratégias de atuação desses parlamentares no campo assistencial são registradas a partir do crescimento dos evangélicos na política. Por outro lado, alterações relativas aos padrões de assistência social até então vigentes, propiciam a atuação desses políticos em redes e parcerias estabelecidas entre as organizações da sociedade civil e as agências governamentais. Ao conceberem essa forma de

atuação como uma oportunidade de demonstrarem preocupação com a cultura cívica (Burity, 2005) e a cidadania, capaz de propiciar a promoção de relações construtivas entre o público e o privado, esses atores políticos religiosos demonstram grande interesse de inserirem-se em redes de políticas sociais. Alinhado a projetos de determinados setores da sociedade civil, o discurso desses políticos fundamenta-se numa perspectiva de voluntariado, de solidariedade e de cidadania .

Pesquisa realizada por Machado sobre “Religião, Política e Assistencialismo no estado do Rio de Janeiro”, realizada em 2002, indica a utilização de novos mecanismos de atuação social por parte dos políticos dessa denominação. A idéia de construção de uma obra social própria (Centros Sociais, associações comunitárias, ONG`s, etc.), são algumas das iniciativas apontadas por esta pesquisa. Dados dessa mesma Pesquisa revelam que dos 25 políticos evangélicos entrevistados no Rio de Janeiro, 14 desenvolvem ações sociais próprias, isto é, 56% do total dos entrevistados. Dentre as instituições identificadas, os Centro Sociais constituem a maioria, porém outras modalidades também foram registradas, tais como Creches, Centros Comunitários e ONGs. É interessante observar que a localização espacial dessas obras coincide com a base eleitoral desses políticos.

No entanto, a pesquisa revelou que essa tendência de obras próprias não foi acompanhada por políticos da IURD, ao contrário disso, os representantes políticos iurdianos concentram suas práticas de assistência na instituição filantrópica da própria igreja, isto é, a ABC.

A participação em programas governamentais, como por exemplo, o *Cheque Cidadão*, implementado pelo governo Garotinho no Rio de Janeiro, é outra indicação da diversificação das modalidades de atuação desses políticos no campo social. No caso da ABC, foram poucas as informações a esse respeito. Contudo, foi possível identificar a existência de uma parceria entre o governo do Estado e a entidade filantrópica no processo de execução do referido programa governamental, cuja interrupção se deu por solicitação da máquina estatal.

Paralelamente a essas inovações nas práticas assistenciais dos políticos evangélicos, o *braço social* iurdiano também apresenta indícios de mutações. O discurso de representantes da entidade revelaram traços que indicam uma auto-imagem da ABC cada vez mais próxima à identidade de uma típica ONG. Na busca de construção dessa nova identidade, observa-se um grande investimento no sentido de diferenciarem-se da igreja cada vez mais, de conquistarem

autonomia - principalmente financeira -, de caracterizarem-se, efetivamente, como uma entidade autônoma.

No entanto, é possível indicar, também, como hipótese analítica para entender o processo de diversificação da concepção de intervenção social operada pela ABC, o fato de que a expansão da visibilidade da IURD em busca de legitimação social, através das ações sociais, questão discutida no item anterior, pode ter ampliado o espaço para que a assistência social iurdiana sofresse influência para além do clientelismo (fator predominantemente ressaltado pela bibliografia que trata do tema). A inserção na Campanha contra a Fome e a participação em Conselhos, por exemplo, coloca a ABC sobre a influência da concepção de cidadania como elemento presente no campo assistencial, produzindo, assim, uma diversificação no trato da assistência social, não autorizando análises que a identifiquem apenas como recurso de clientelismo utilizado para interesses político-partidários ou de legitimação social da instituição em sentido estrito.

Antes de finalizar, cabe ainda um breve comentário sobre as diferenças observadas no percurso de cada um desses atores no âmbito institucional iurdiano. À princípio, o crescimento de ambos parece caminhar *pari passu*, porém, uma análise mais cuidadosa revela que enquanto o crescimento na política é algo visivelmente comprovado (concreto, quantitativo); o crescimento do campo assistencial expressa-se de forma mais eficiente na dimensão midiática (simbólico, qualitativo), sem maiores investimentos institucionais no fortalecimento das propostas e ações desenvolvidas. Observa-se um tratamento denominacional diferenciado em relação a cada uma das áreas.

O investimento na política parece ser mais intensivo: disponibiliza-se bens materiais e espirituais, recursos institucionais os mais variados são utilizados nas campanhas; a cúpula institucional e a base das igrejas colocam-se à disposição e a serviço de candidatos, visando alcançar as metas estabelecidas. A assistência, por sua vez, tem apoio restrito da denominação, dependendo de recursos (humanos e financeiros) externos que possam garantir a efetivação de sua proposta de ação. No entanto, no momento de divulgação das ações, é a IURD que aparece como benfeitora, como protagonista da ação, associando-se os resultados favoráveis à imagem do candidato da igreja. Talvez esteja embutida aí, uma concepção de subalternidade da assistência, conduzindo-nos à interpretação de que uma área acaba tornando-se *trampolim* para a outra.

Encerrando esse item, considero que o movimento em torno do eixo político e social observado no universo iurdiano pode ser caracterizado da seguinte forma: as mudanças iniciais na área assistencial da IURD são impulsionadas pelo projeto político denominacional; o resultado dessas mudanças propiciam alterações consideradas positivas no campo político que, por sua vez, provocam novas modificações no campo assistencial.

Ou seja, à medida que o perfil do campo assistencial da IURD vai sendo modificado, modifica-se também a forma de utilização de suas respectivas práticas por parte dos políticos iurdianos que, por sua vez, impulsiona a reconfiguração do campo assistencial.

Ambos seguem modernizando-se, buscando adaptar-se às novas tendências manifestadas no espaço público e/ou privado, porém um elemento permanece intacto: a imbricação desses campos a serviço de um terceiro campo (o religioso): no caso, a Igreja Universal do Reino de Deus.

Confirmadas as modificações nas ações sociais da IURD, bem como a interferência da política nessas mutações, cumpre-nos ainda indagar sobre as concepções de assistência que nortearam essas ações ao longo desse percurso.

3.4. Concepções de assistência presentes no interior da ABC: uma categoria polissêmica?

Inicialmente, gostaria de esclarecer que no decorrer do exercício analítico referente à identificação das concepções de assistência presentes no interior da ABC - tarefa proposta nesse item -, resolvi incorporar as ações sociais desenvolvidas pela IURD anteriormente ao surgimento da ABC. Essa decisão fundamenta-se numa interpretação dos representantes institucionais sobre assistência - revelada durante a realização do trabalho de campo - que pode ser sintetizada da seguinte forma: o trabalho espiritual, isto é, o trabalho de cura e evangelização - considerado tarefa precípua da igreja -, também deveria ser entendido (a depender da situação), como um trabalho de natureza assistencial.

Partindo desse pressuposto, o surgimento das ações institucionais nessa área confunde-se com o surgimento da própria igreja, sendo uma decorrência - em alguns casos, o próprio ponto de partida -, do trabalho espiritual específico desenvolvido por essa denominação. Os trechos abaixo relacionados ilustram bem a articulação sugerida por esses representantes:

Na verdade o trabalho assistencial nasceu quando nasceu a igreja. É só você pensar. Você vem aqui e falta comida, como você manda a pessoa embora e amanhã ela não tem emprego? Orou, o demônio saiu, se ela ficar curada na hora “muito que bem”. Mas se ela não ficar curada na hora ela precisa ser orientada. As visitas às famílias, por exemplo - quando você chega lá não é só aquela pessoa que manifestou o espírito maligno na igreja ou que foi alcançada pela fé. Ela tem uma família. Você tem de dar atendimento a esta família (Edna Rodrigues, pastora e deputada).

A igreja é o social, quer queira quer não. Dentro da igreja tem pessoas viciadas, pessoas passando fome, carentes de tudo. Quando vamos às comunidades, vemos que é tão pouco o que as pessoas querem que seja feito e a gente tem tanto para fazer. Por isso elas vêm aqui (Pastor Luiz Machado).

A função da igreja é a questão espiritual. É levar a pessoa à fé como decorrência do trabalho dela. A finalidade da igreja é pregar o evangelho. Mas, acontece que ela prega o evangelho num país de terceiro mundo, e para pessoas com dificuldades, para pessoas que têm fome, aí então, tem de ter o trabalho social. Ela (a igreja) sabe que precisa disso - e usa o dízimo de ofertas para isto, pois como é empresa, ela não tem só que pregar o evangelho (Pastor Luiz Machado).

Observa-se, através dessas afirmações, a existência de uma estreita relação entre as ações sociais e as ações de evangelização da igreja. Contudo, verifica-se também que a motivação institucional em torno dessas ações sociais parece está mais centrada no trabalho espiritual do que nas necessidades sociais da população propriamente ditas, uma vez que o trabalho social é um mecanismo acionado pelo fato de que “*não se pode evangelizar sem resolver os problemas de natureza de saúde ou de natureza social das pessoas*” (Pastora Edna Rodrigues).

Nesse sentido, é possível supor que o fato que impulsiona a realização da ação social é o entendimento de que sem esse tipo de ajuda (a material) não será possível empreender uma outra modalidade de ajuda (a espiritual) - sendo essa última considerada a tarefa prioritária da igreja.

Dessa forma, percebe-se que a chamada *questão social*, e sua respectiva manifestação de pobreza, é colocada em segundo plano, inteiramente desprovida de sentido e de compromisso político institucional. Isso talvez porque a concepção de pobreza da IURD seja fundamentada numa orientação teológica que, a um só tempo, justifica e soluciona a questão: “*pobre é aquele que não encontrou Deus, quando uma pessoa se volta para Deus ela deixa de ser pobre*” (Pastor Luiz Machado).

Assim sendo, o enfrentamento da pobreza coloca-se numa dimensão individual (e não coletiva); numa perspectiva privada (e não pública). Trata-se, portanto, de investir prioritariamente no processo individual relativo à busca de Deus (ajuda de natureza espiritual), tornando o trabalho social (ajuda material) elemento co-adjuvante na busca desse enfrentamento.

Esse protagonismo do trabalho espiritual da igreja é apontado pelo presidente atual da ABC que, buscando diferenciar o que deve ser o social da igreja (o social espiritual) e o social da ABC (o social material - cesta básica, etc.), procura justificar o comportamento da denominação em relação à diferença de investimentos financeiros direcionados a cada um desses setores:

A igreja investe pesado no social. Ela constrói catedrais, investe numa programação de televisão para poder anunciar sua forma de trabalho, então, ela trabalha no social, só que diferente de mim. Nós (a ABC) fazemos o social político. É diferente. Então, ela não pode desviar o seu recurso financeiro para este social aqui. Ela tem de voltar todo o seu recurso financeiro para o social que ela faz. Se ela um dia quiser investir no meu social eu não vou querer. Eu não quero! Não quero porque as pessoas que vão até ela buscar solução na igreja, elas vão buscar o social espiritual. Mas as pessoas que vêm buscar o social aqui, elas vão vir aqui buscar uma cesta básica e uma peça de roupa e aí, se começar a investir aqui, a coisa não vai funcionar, vai ser uma verba que vai ser tirada daqui e as pessoas não vão vir para cá com a finalidade de mudar de vida. Elas vem apenas buscar uma cesta básica ou de receber uma roupa, de ser mandada para determinados lugares, elas não querem compromisso com a gente não! Elas vêm aqui em busca de benefícios materiais. A igreja poderia investir pesado na gente, mas qual o retorno que ela teria? Ela só teria uma coisa: problemas e mais problemas. Mas eu acredito que não há nenhuma igreja no mundo que faça o social como a Universal. E da forma como ela desenvolve o seu social, funciona (Pastor Luis Machado).

Essa colocação torna bastante clara a diferenciação entre o social da igreja (o espiritual) e o social da ABC (o material), evidenciando-se o papel de co-adjuvante desempenhado por esta entidade filantrópica. Isto é, a função da ABC seria apenas servir de suporte às ações da igreja (cura, evangelização e, conseqüentemente, mudança de vida dos fiéis), tendo em vista que as pessoas procuram a ABC apenas em busca de solução dos seus problemas materiais. Contudo, aos demandatários desse tipo de ação, deverá ser lembrado que a solução definitiva para os problemas manifestados (a questão da pobreza) só será possível através do trabalho espiritual (a busca de Deus), e não meramente através de práticas assistenciais ou de caráter essencialmente político e racionalista.

Dessa forma, é apropriado supor que a motivação da ajuda material está alicerçada no objetivo de evangelizar, converter, configurando-se assim, o que aqui pode ser interpretado como uma primeira matriz assistencial urdiana: a assistência a serviço da evangelização e da fé.

É interessante observar que a natureza dessa matriz assistencial institucional aproxima-se bastante dos princípios que norteiam as ‘*dinâmicas abaixo da linha d’água*’ - expressão utilizada por Rubem César Fernandes para situar ações desenvolvidas numa determinada camada da vida social baseadas na dimensão simbólica das práticas religiosas.

Na avaliação do autor, observa-se, nesse tipo de dinâmica social, que entre os personagens locais que prestam serviços sem fins lucrativos, a população procura, em primeiro lugar, curandeiros e conselheiros espirituais. Essas práticas, traduzidas como forma tradicional de ajuda mútua, constituem uma fonte de apoio importante nos momentos de aflição social. Afinal, “*as pessoas buscam isso*”, pois “*ninguém é auto-suficiente, e as possibilidades ameaçadoras são parte constante da experiência de cada um*” (Fernandes, 1993: 112).

Assim, o atendimento às demandas relativas à cura e proteção pode ser caracterizado também como um tipo de trabalho assistencial, cabendo ao *conselheiro espiritual* identificar a origem das tensões e assegurar a proteção necessária.

Práticas dessa natureza são também identificadas no âmbito institucional iurdiano, sendo a ABC uma das ferramentas utilizadas pelo *conselheiro espiritual* (a igreja) na busca de solucionar/amenizar a aflição confessada e garantir a proteção almejada.

Nessa perspectiva de intervenção, identifica-se a presença de elementos que podem ser considerados constitutivos de uma segunda matriz assistencial: a ajuda motivada pela busca da cura, da proteção, pautada no princípio da dádiva e da reciprocidade.

Tema originalmente desenvolvido por Marcel Mauss, no contexto das chamadas sociedades primitivas, o sistema de *dádiva* foi recolocado na modernidade por Jaques Godbout. Na opinião desse último, embora tenha ocorrido uma espécie de *ocultação da dádiva* nas sociedades modernas, as manifestações decorrentes do tipo de relações propiciado pela *dádiva* são observadas nas relações sociais estabelecidas em sociedades com esse perfil de modernidade (Camurça, 2005).

Com base nessa perspectiva teórica, dar, receber e retribuir são expressões de uma forma de diálogo que evoca uma natureza relacional diferenciada das relações de troca baseadas no anonimato predominante no mercado. As relações de reciprocidade são sempre firmadas de forma individualizada, com finalidade de troca específica e significativa, ultrapassando a mera disposição de boa vontade em relação ao outro. Através da doação, pode-se afirmar, confirmar e renovar relações, tanto no sentido do bem quanto do mal, independentemente das opções individuais. Afinal, Segundo o autor, “*Uma vez envolvidos em relações de reciprocidade, expressas nos dons e contradons, a obrigação para com o outro é internalizada como parte de quem se é*” (Fernandes, 1994:116).

Assentada nesses princípios, a assistência na IURD seria concebida não apenas como um ato de boa vontade, mas como uma possibilidade concreta de retribuição dos bens espirituais alcançados (cura e proteção). Por outro lado, o exercício da *dádiva* implicaria em relações de reciprocidade entre o *agente dadivoso* e o *agente beneficiado* propiciando a troca e retribuição dos dons e serviços eventualmente doados/recebidos. Em troca da cura ou proteção recebida, o beneficiado poderia contribuir, por exemplo, com o trabalho social desenvolvido na instituição, propiciando a terceiros a oferta daquilo que (o agora) fiel/obreiro/funcionário/voluntário da IURD/ABC já teria conquistado: cura, proteção e prosperidade. Nesse caso, a relação de reciprocidade seria direcionada, por um lado, ao agente dadivoso, através da conversão - e, conseqüentemente, de mudanças efetivas na vida pessoal - , bem como da contribuição individual ao fortalecimento institucional desse agente; por outro, essa reciprocidade estaria relacionada à dimensão religiosa da missão institucional (seguir o exemplo de Deus, ajudando aos necessitados e transformando vidas, através de ações voluntárias). A manifestação desse elemento do *sistema de dádiva*, pode ser observado no seguinte trecho: “*Geralmente quem busca o trabalho da ABC não é da igreja, porque quem é da igreja já superou suas dificuldades. Mas quem realiza o trabalho é, pois sabe o que é a necessidade e agora vai doar ao outro*” (S. agente administrativo do Serviço Social).

É interessante notar, na forma de manifestação desse *sistema de dádiva* na IURD, uma diferença significativa em relação ao princípio de reciprocidade identificado na caridade judaico-cristã. Nesta perspectiva religiosa, o espírito da dádiva é associado ao problema da desigualdade social, sendo direcionada prioritariamente aos pobres (no sentido material). Ao

contrário disso, no caso iurdiano, a dádiva está direcionada, em primeiro lugar, aos pobres (no sentido espiritual).

Verifica-se, pois, que à medida que as modalidades de atendimento no âmbito da ABC vão sendo reformuladas, registra-se também a superposição de concepções de assistência no interior da instituição.

Historicamente, no Brasil, vimos que a *prática de ajuda* ao outro constituiu-se de diferentes formas, identificando-se (e sendo identificada) ora como assistencialismo, ora como assistência, ora como assistência social, cuja concepção teórico-metodológica segue também oscilando entre a caridade e benemerência, a filantropia e a promoção social, o direito social e a cidadania.

Conforme demonstra a literatura especializada, essa diversidade em torno da natureza, dos conceitos e da formatação da assistência no país, ao longo do tempo, contribuiu enormemente para a produção de equívocos de interpretação acerca do tema por parte do senso comum - atribuindo-lhe significados diferenciados que colaboraram, por um lado, para a ampliação de um vastíssimo leque de intervenções e, por outro, para a ausência de precisão daquilo que lhe é específico (assunto tratado no primeiro capítulo desse trabalho).

Os dados analisados revelaram que, inicialmente, a assistência é concebida como prática social de ajuda ao outro, exercida em prol dos mais desfavorecidos, fundamentada na cosmovisão construída pelas religiões e, principalmente, por seus princípios éticos e humanistas. Ou seja, uma prática antiga de ajuda ao outro, comumente direcionada aos mais pobres, carentes, necessitados, doentes, enfim, categorias sociais menos favorecidas. Inspirada nos princípios cristãos que norteiam sua missão institucional, a ABC justifica a adoção dessa concepção afirmando que:

Jesus nos ensinou a assistir aos pobres, as viúvas, aos órfãos, aos enfermos e aos encarcerados. Dando pão a quem tem fome, água a quem tem sede e agasalho a quem tem frio. Praticando a solidariedade. De acordo com esses ensinamentos a ABC tem atendido a pessoas menos favorecidas que vivem em situação de risco social, rejeitadas e discriminadas, resgatando assim os seus valores e auto-estima (Pastor Sidnei).

Contudo, a essa perspectiva caritativa e dadivosa (sem esquecer de registrar aqui as diferenças na forma de manifestação desses princípios em relação à Igreja Católica) está bastante associada, no caso brasileiro, ao assistencialismo historicamente presente em práticas sociais dessa natureza.

Dessa forma, assiste-se por um lado, à implementação de um modelo assistencial tradicionalmente reconhecido e legitimado com base numa concepção meramente assistencialista - contrapondo-se à provisão da assistência enquanto direito, uma vez que pressupõe o acesso a um bem através de uma *benesse*, de doação. Identificado por Sposati (1997) como cúmplice político do clientelismo e da corrupção, o assistencialismo é utilizado por muitos políticos que trocam voto por vários tipos de serviços sociais.

No caso da ABC, a manifestação desse tipo de concepção pode ser identificada, sobretudo, a partir da imbricação da assistência com o campo político observada, principalmente, a partir da consolidação da inserção da IURD na arena política partidária.

Por outro lado, observa-se também a adoção de elementos constitutivos de uma concepção de assistência orientada no reaparecimento da filantropia, considerada por Quiroga (2001) uma das características básicas da situação contemporânea no campo assistencial brasileiro.

Foi possível identificar, ainda, uma forte influência de uma tendência fundamentada nas formulações em torno do chamado terceiro setor que, diferenciando-se de uma ação social religiosa, concebe a assistência como uma ação de responsabilidade da sociedade civil entendida como uma terceira via alternativa de sociabilidade. Nessa esfera pública não estatal insere-se as associações filantrópicas, grupos e organizações comunitárias, ONGs (modalidade com a qual a ABC deseja se identificar), ações voluntárias e a chamada filantropia empresarial - regidas pela perspectiva solidarista, filantrópica, do voluntarismo e do apoliticismo.

Somando-se a essa perspectiva identifica-se, ainda, a possibilidade da existência da concepção de assistência enquanto justiça social, constituindo-se assim, o tripé considerado por Quiroga como definidor dos modelos de legitimação social no campo da assistência no país: caridade, filantropia e direito social. (Quiroga, 2001).

Assim, a análise da composição atual do quadro de atividades da ABC, bem como a dinâmica operativa envolvendo a natureza, objetivos e metodologia dos projetos e ações desenvolvidos, nos permite indicar a existência de uma diversidade de concepções acerca da assistência no interior da IURD/ABC e, conseqüentemente, à adoção de diferentes modelos de legitimação social no seu campo assistencial.

Dessa forma, partindo de uma matriz assistencial restrita ao uso de ações sociais a serviço da evangelização e da fé, passando ainda por cura espiritual e amparo social (concepções mais diretamente relacionadas à dimensão denominacional) a ação social da ABC vai ao encontro das concepções que marcaram o campo assistencial brasileiro: caridade/dádiva, assistencialismo/clientelismo, filantropia e, quem sabe até, direito social.

É interessante observar que a manifestação dessa diversidade é identificada não apenas no que diz respeito à natureza e implementação das ações institucionais, mas também em relação à composição da equipe da ABC (funcionários, voluntários, fiéis, obreiros, pastores, membros da diretoria etc). Ou seja, observa-se também nos componentes da equipe uma visão diferenciada em relação à conceituação e significados da assistência, não sendo possível identificar uma posição de equipe sobre o assunto.

A constatação dessa variedade de sentidos e de formas em torno de um mesmo tema por parte de múltiplos atores institucionais remete-nos, necessariamente, a seguinte interrogação: alguma dessas concepções prevalecerá, de forma única, na prática desses atores?

A resposta dessa questão aponta-nos numa direção que não autoriza a utilização de uma via de mão única: ou seja, essas concepções convivem de forma simultânea na ação social da ABC. A definição de cada configuração a ser adotada dependerá, em boa parte, das orientações da cúpula institucional, em outra parte, do agente da ação direta e, ainda, da própria conjuntura da área assistencial.

Assim sendo, o que pode ser sinalizado no momento da realização da pesquisa é uma superposição de modelos no campo de intervenção social iurdiano, uma polissemia de significados e representações fundamentada nos respectivos conceitos de legitimação, sem que se tenha registrado uma exclusividade de operação desses modelos (nem na prática, nem nos discursos; nem nas bases, nem na cúpula; nem no quadro de funcionários, nem no de voluntários; nem nos colaboradores com vínculo com a igreja, nem naqueles considerados sem vínculos). Essa falta de exclusividade, no entanto, não elimina nem a predominância da concepção pautada na perspectiva tradicional (caridade, filantropia) de assistência social e nem na orientação voltada para a legitimação social.

Naturalmente, essas são indicações apenas introdutórias, cujo aprofundamento demanda um estudo mais específico e demorado. Contudo, uma hipótese acerca desse *porvir* merece ser arriscada: o acirramento da questão relativa à natureza da relação ABC/IURD e

seus respectivos desdobramentos. Tudo leva a crer que a ABC permanecerá buscando uma autonomia institucional em relação a IURD, fato que (se confirmado), poderá provocar mudanças na sua configuração institucional e a na respectiva formatação do seu campo assistencial. Com base nos relatos obtidos foi possível identificar, por exemplo, que a ABC reivindica para si o *status* de ONG, mais especificamente de uma ONG de tipo novo. Na opinião de Quiroga (2001), esse é um tipo de ONG de segunda geração que, marcada pelas condições de seu tempo, surgem com a preocupação de visibilidade social, definem-se por áreas temáticas e públicos específicos em relação aos quais estruturam um sistema de prestação de serviços financiados seja pelo Estado, seja por outros órgãos privados de fomento, e buscam a profissionalização de seus quadros técnicos e de seus recursos humanos e sociais. Se essa interpretação sobre a auto-imagem da ABC for correta, como a entidade enfrentará os desafios de ampliar sua autonomia em relação à IURD?

Essas questões implicarão, necessariamente, tanto numa rediscussão sobre o papel da ABC na vida denominacional, quanto na revisão da relação da IURD com o seu *braço social*.

Certamente, essas são questões que extrapolam as análises aqui empreendidas, portanto, somente a continuidade do estudo poderá alcançá-las e desenvolvê-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme analisado no primeiro capítulo deste trabalho a assistência social no Brasil constituiu-se, predominantemente, através de uma forte conotação assistencialista, caritativa, clientelista e filantrópica-higienista.

Verificamos, ainda, que no momento em que ocorreu no país a institucionalização de um projeto nacional para a assistência social pautado no dever do Estado e direito de cidadania (final dos anos 1980), o processo de implementação do referido projeto desenvolveu-se sob uma conjuntura econômica, social, política e cultural que valorizava a caridade, o voluntariado, a desresponsabilização do Estado e a responsabilização individual pela condição de pobreza. Dessa forma, reitera-se a tradicional intervenção na área da assistência social e estimula-se a expansão das iniciativas da sociedade civil para atuar nesse campo. Assim concebida, a orientação predominante da assistência social no país não translada para o campo dos direitos.

Com base nessa perspectiva analítica observa-se, a partir da década de 1990, que apesar de existir uma legislação constitucional e infra-constitucional que lhe confere responsabilidade central para garantir direitos sociais - através de políticas sociais, no geral e, especificamente, de assistência social -, o Estado exime-se dessa responsabilidade e convoca organizações da sociedade civil para atuar nesse campo.

Nesse contexto, estruturam-se as condições para expansão de setores da sociedade civil que se propõem atuar na área da assistência, configurando-se assim, um espectro de lógicas de intervenção que, partindo da reiteração da caridade e clientelismo mais tradicional, passa pela filantropia higienista chegando, inclusive, a uma perspectiva comprometida com o binômio direito-cidadania - apesar de não se estruturar como a perspectiva dominante. Do ponto de vista estrutural, esse quadro propiciará o desenvolvimento de ações de diferentes organizações da sociedade civil na área social.

Vale aqui ressaltar, que a conjuntura dos anos 1980 e 1990 propicia o acirramento do quadro de pobreza no qual encontram-se significativas parcelas da sociedade brasileira. Na avaliação de Mariano (2002) e Gomes (1994), a ampliação (e complexidade) dos sofrimentos objetivos e subjetivos decorrentes dessa situação de pobreza impulsionou a reconfiguração do campo religioso no país, propiciando o surgimento de novos atores nessa esfera. O

crescimento e expansão desses novos grupos é justificado, por um lado, pelo fato de que a atuação desses novos atores enfatiza o momento presente, preocupando-se com a superação das manifestações de carência de forma imediata e, por outro, porque essa atuação ressalta o caráter subjetivo (carência afetiva, sofrimento de natureza emocional, solidão, etc.) da população (Bonfatti, 2000; Mariz, 1998; e Machado, 1996).

A manifestação desses fatores contribuirá significativamente para o rearranjo do campo religioso brasileiro, através da presença significativa dos pentecostais na esfera pública, propiciando a instauração de novos padrões de competição religiosa.

No que se refere à área assistencial, verifica-se a expansão desse tipo de atuação que, em sintonia com o crescimento do protestantismo, propicia a inserção de antigas e novas denominações pentecostais (e neo-pentecostais) no campo da ação social evangélica (Conrado, 2003), dentre elas, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

A motivação, o surgimento, a natureza e configuração da ação social iurdiana foram elementos desenvolvidos ao longo dos dois últimos capítulos da Tese - tendo a ABC como elemento privilegiado de investigação e análise. Contudo, à guisa de conclusão, gostaria ainda de tecer alguns comentários sobre essa temática.

Na década de 1990, a conformação do campo religioso apresenta peculiaridades importantes no que se refere à disputa entre seus componentes, sobretudo em relação aos setores evangélicos. Com perfil marcadamente persecutório, a IURD busca resgatar sua imagem perante a sociedade e criar novos mecanismos para ampliação de fiéis e legitimação social. O cenário é favorável para essa iniciativa, visto que, ao longo dessa mesma década, conjugado ao ideário de desresponsabilização do Estado na área social tem-se a difusão da concepção de responsabilização individual pela condição de pobreza e o estímulo para a participação de organizações da sociedade civil no campo social, através do apelo à solidariedade social e ao voluntariado. Assim sendo, tanto do ponto de vista ético (responsabilização individual) quanto do ponto de vista político (reforço do chamado terceiro setor) o cenário é propício para a estratégia iurdiana de re colocação de sua imagem pública, através da ampliação de sua ação social.

Outro dado importante, assinalado no decorrer do trabalho, refere-se à transferência do capital religioso constituído ao longo do processo de consolidação e expansão da IURD para o campo político. A inserção da Igreja Universal na esfera política promove, então, uma forte

imbricação com o campo assistencial, observando-se a utilização desse tipo de ação como um dos recursos eleitorais dos candidatos vinculados à Igreja. Assim, a articulação entre os investimentos na área social e as pretensões políticas no interior da IURD torna-se cada vez mais nítida (Conrado, 2001; Oro, 2003; Machado, 2003 e Mariano, 2003). Inegavelmente, o crescimento dessa articulação favorece o desenvolvimento da forma tradicional de fazer política baseada na troca de favores, marcando a ação assistencial com a lógica clientelista (Machado, 2003).

A combinação entre o movimento de imbricação política-assistência e a institucionalização do campo da assistência social, produzirá o que Conrado (2001) analisou como “clientelismo- corporativo”. Ou seja, um clientelismo mediado pela instituição, no qual o sujeito institucional possui mais projeção que o indivíduo que concorre ao cargo público, fazendo com que a relação entre a clientela e o líder político seja mediada pela organização que presta assistência, atendendo, simultaneamente, ao fortalecimento institucional e aos interesses imediatos do indivíduo-candidato.

Os dados analisados nos permite indicar, ainda, que os fiéis buscam na dimensão religiosa da Igreja a superação de seus incômodos subjetivos. No entanto, as condições objetivas de vida dessas pessoas poderão dificultar (ou até mesmo impedir) a concretização do processo de *libertação* e de *cura* almejado pelos fiéis. A indiscutível necessidade de *enfrentamento* dessas condições objetivas, torna imprescindível a presença do *braço social* da igreja no *tratamento* dessas questões, através da ação social desenvolvida pela ABC.

É possível afirmar, portanto, que a atuação da ABC pode significar, por um lado, apoio ao tratamento espiritual/subjetivo dos fiéis da IURD e, por outro, possibilidade de abertura e ampliação de canais sociais que possam contribuir para a expansão de fiéis e para a construção de legitimação social da denominação.

A criação da ABC ocorre, então, sob a orientação geral da legitimação social da IURD. No entanto, foi possível identificar também a conexão estabelecida com a dimensão da dádiva que, na perspectiva assistencial da IURD, coloca-se como esteio para a mobilização de fiéis, no sentido de viabilizar o engajamento voluntário nas ações sociais da instituição.

Em relação à conformação do campo assistencial iurdiano, é interessante notar que a institucionalização da assistência nessa denominação através da ABC - vista como espaço de mediação entre a dimensão política e a assistencial -, cria as condições para se desenvolver

uma autonomia relativa da assistência social em relação à intervenção política e religiosa da igreja.

A constituição dessa relativa autonomia possibilita a incorporação de outras concepções de assistência no âmbito institucional da ABC, para além dos interesses políticos imediatos dos dirigentes e lideranças, assim como, viabiliza uma estrutura assistencial também com autonomia relativa em relação aos interesses imediatos da igreja. Todavia, convém ressaltar que essa autonomia relativa constitui-se de forma hierarquicamente subordinada à estrutura da IURD, portanto, aos seus interesses políticos e religiosos.

Dessa forma, identifica-se uma relação tensionada entre igreja e ABC. Em outras palavras, a ABC não se traduz em um “*mecanismo rigoroso perfeito*”, uma cadeia de transmissão imediata entre os interesses religiosos (aumento de fiéis) e políticos (aumento de eleitores) da IURD, apesar de contribuir tanto para um quanto para o outro objetivo.

Essa tensão, que possibilita a estruturação de uma autonomia relativa do campo assistencial em relação ao religioso e ao político, abre espaço para o desenvolvimento de ações sociais dos mais diferentes significados. Isso não implica dizer que a intervenção social da IURD, via ABC, não possui um direcionamento estratégico voltado, em primeiro lugar, para os interesses da própria igreja - seja em sua dimensão religiosa, seja no aspecto político-partidário. Mas sim, que essa *autonomia relativa* da esfera assistencial - construída a partir da tensão igreja-ABC -, possibilita a existência de diversidade de concepções no campo específico da assistência social.

Dessa forma, verifica-se que a institucionalização da ABC criou um campo próprio para a assistência social, possibilitando, inclusive, a incorporação de traços de cidadania nessa área, na medida em que a dimensão da assistência social não se identifica nem com a dimensão política nem com a dimensão religiosa. A relação entre essas três dimensões, apesar de formar uma unidade, não constitui-se numa única identidade. No entanto, possibilidade não é efetividade. Nesse sentido, a implementação da concepção de direitos na assistência social desenvolvida pela ABC apresenta diversos entraves.

Em primeiro lugar, a conjuntura social apresenta uma hegemonia de concepção de assistência social de corte tradicional, apesar da orientação legal institucional estar voltada para uma concepção de direitos. Em segundo lugar, a Teologia da Prosperidade - elemento doutrinário central da IURD -, advoga a responsabilização do indivíduo para buscar saídas

para sua condição de pobreza e concebe a pobreza focada no indivíduo. Nesse sentido, tanto a questão da pobreza como sua solução encontram-se na dimensão privada/individual. Essa forma de compreender a pobreza, na medida em que está fundada numa concepção individualista, não propicia o desenvolvimento da concepção de assistência social como direito, pois essa concepção é eminentemente coletivista. Além disso, na conjuntura atual, a perspectiva individualista encontra-se adequada à concepção predominante de assistência social baseada na desresponsabilização do Estado e culpabilização do indivíduo.

Por último, podemos ainda sinalizar a concepção política dos dirigentes da IURD, que concebe a assistência ou pelo lado assistencialista ou pelo viés de legitimação social da instituição.

Conclui-se, portanto, que - conforme desenvolvido ao longo da Tese -, na medida em que a intervenção social se institucionaliza na IURD, através da ABC, abre-se a possibilidade de ampliar as concepções de assistência social incorporadas no desenvolvimento do trabalho institucional. Essa abertura de possibilidade, no entanto, processa-se a partir de um leque estreito de alternativas.

Apesar dessa restrição de possibilidades, a institucionalização da intervenção social propicia uma autonomia relativa das ações sociais desenvolvidas pela ABC, em relação aos interesses imediatos da IURD.

Dessa forma, torna-se evidente que a autonomia relativa da ABC possibilita a expansão de significados da assistência desenvolvida pela entidade. No entanto, vale ressaltar - uma vez mais -, que do ponto de vista global, a orientação central/hegemônica da intervenção social implementada, até então, está voltada para a legitimação social.

Finalizando essas considerações, gostaria de reafirmar que as condições estruturais de desenvolvimento da assistência da ABC dificultam fortemente a incorporação e crescimento de uma concepção voltada para o binômio democracia-cidadania. Entretanto, não seria correto descartar, do ponto de vista teórico, uma matriz analítica que permita estudar a ação social iurdiana para além dos interesses imediatos da cúpula dirigente da igreja, seja em relação à dimensão religiosa, ao campo político-partidário, ou ainda em relação à concepção hegemônica de assistência social vigente na sociedade brasileira atual.

Nesse sentido, é importante desenvolver uma análise que apreenda a dinâmica das relações, contradições e conexões que a ABC estabelece com os atores externos que atuam no

campo assistencial (poder público, ong's, conselhos), os usuários de seus serviços e os próprios executores da assistência social (assistentes sociais, funcionários, voluntários). A não abordagem do tema a partir desses vetores, poderá restringir a análise da particularidade da assistência social na IURD apenas aos interesses dos dirigentes da Igreja, não percebendo a intervenção social em sua totalidade.

Assim sendo, novas pesquisas deverão ser realizadas para verificar se a ABC consolidará e expandirá sua autonomia relativa, viabilizando, de forma mais conseqüente, novas possibilidades de significados para a ação social desenvolvida, ou se o movimento interno da IURD restringirá a autonomia relativa da ABC, visando um controle maior de suas ações pela cúpula da igreja. Apesar de apostar menos na primeira opção do que na segunda, não posso me antecipar à história e declarar o resultado final desse processo. Que venham novos trabalhos, e com eles novas interpretações e novas possibilidades de ação.

BIBLIOGRAFIA

- APGUA, Renata. A dádiva Universal: reflexões em um debate ficcional. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1999.
- BACKX, Sheila; PORFÍRIO, Mariléa; SOUZA FILHO, Rodrigo. Assistência Social: contextualização e legislação. 2ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, 2001.
- BIRMAN, Patrícia. O bispo o povo e a tv: alguns efeitos, talvez inesperados, da presença política recente dos petencostais. Cadernos de Conjuntura. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1996.
- _____. Conexões políticas e bricolagens religiosas: questões sobre petencostalismo a partir de alguns contrapontos. In: SANCHIS, Pierre. Fiéis e cidadãos. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- BITTENCOURT FILHO, José. Remédio Amargo. In: ANTONIAZZI, Alberto et al. Nem Anjos, nem Demônios. Interpretações Sociológicas do Pentecostalismo. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BONFATTI, Paulo. A expressão popular do sagrado – uma análise psico-antropológica da Igreja Universal do Reino de Deus. São Paulo: Paulinas, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa: Difel, 1989.
- BURITY, Joanildo. Religião e Cultura Cívica: onde os caminhos se cruzam?. Trabalho apresentado na IX Jornada sobre Alternativas Religiosas na América Latina. Rio de Janeiro: Mimeo, 1999.
- _____. Religião, voto e instituições políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições 2002. In: BURITY, Joanildo A MACHADO, Maria das Dores (orgs). Evangélicos, Política e Eleições. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2005.
- CAMURÇA, Marcelo Ayres. Seria a caridade a “religião civil” dos brasileiros? In: Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social. Nº 12. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Serviço Social/UFRJ, 2005.
- CARDOSO de MELLO, João M. O Capitalismo Tardio. 9ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. A “questão social” no Brasil: crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

- CONRADO, Flávio César. Cidadãos do Reino de Deus: um estudo da “Folha Universal” nas eleições de 1998. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, 2000.
- _____. Política e Mídia: a Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições. In: *Religião e Sociedade*. Vol. 21. Nº 2. Rio de Janeiro: ISER, 2001.
- _____. Evangélicos e ação social: novas e velhas configurações do ativismo social protestante no Brasil. Caxambu: Trabalho Apresentado no XXVII Encontro da ANPOCS, 2003.
- CORADINI, Odaci L. Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / UFRJ, Núcleo de Antropologia Política. Coleção Antropologia da Política, Nº11, 2000.
- CORREIA, Fernanda da S. Origens e formação das Misericórdias portuguesas. Lisboa: Livras Horizonte, 1999.
- CORTEN, André. Prefácio. In CÉSAR, Waldo e Richard SHAULL. Pentecostalismo e futuro das Igrejas Cristãs – promessas e desafios. Petrópolis: Vozes/Sinodal, 1999.
- COUTO, Berenice. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma questão possível. São Paulo: Cortez, 2004.
- DRAIBE, Sônia. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: IPEA Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília: IPEA, 1990.
- FALCÃO, Maria do Carmo. A seguridade na travessia do estado assistencial brasileiro. In: SPOSATI, Aldaíza et alli. Os Direitos (dos desassistidos) sociais. São Paulo: Cortez, 1991.
- FALEIROS, Vicente. Entidades de Assistência Social. Relatório final de consultoria ao CNAS sobre regulamentação dos artigos 3º e 9º da LOAS. Brasília, CNAS, 1997.
- FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- FERNANDES, Rubem César. Privado, porém público. O terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume/Dumara, 1994.
- FERREIRA, Ivanete B. A relação Estado-mercado no processo de constituição da Assistência Social durante o governo Collor. In: *Serviço Social e Sociedade*. Nº. 43. São Paulo: Cortez, 2000.
- FLEURY, Sônia. Assistência na previdência social: uma política marginal. In: SPOSATI, Aldaíza et alli. Os Direitos (dos desassistidos) sociais. São Paulo: Cortez, 1991.
- FRESTON, Paul. Protestantes e Política no Brasil: da constituinte ao impeachment. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 1993.

- FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto et al. *Nem Anjos, nem Demônios. Interpretações Sociológicas do Pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GIUMBELLI, Emerson. *Em nome da caridade: assistência social e religião nas instituições espíritas*. Rio de Janeiro: ISER, 1995.
- _____. *O Fim da Religião: dilemas da liberdade religiosa no BR e na França*. São Paulo: Attar Editorial, 2002.
- GOMES, Wilson. *Nem Anjos, nem Demônios*. In: ANTONIAZZI, Alberto et al. *Nem Anjos, nem Demônios. Interpretações Sociológicas do Pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. In: *Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Ano II, nº3*. Brasília: ABEPSS, 2001.
- KUSCHNIR, Karina. *Eleições e representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- LANDIM, Leilah (org.). *Sem fins lucrativos: as organizações não governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1988.
- LANDIM, Leilah. *Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1993.
- MACEDO, Edir. *Os mistérios da fé*. Rio de Janeiro: Universal Produções, 1999.
- MACHADO, Maria das Dores C. *Carismáticos e Pentecostais: adesão religiosa e esfera familiar*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- _____. *Além da Religião*. Cadernos CERU. Série 2, no. 2. São Paulo: USP, 2001a.
- _____. *Religião e Política: Evangélicos na disputa eleitoral do Rio de Janeiro*. Texto apresentado no X Encontro de Sociologia Brasileira, em Fortaleza/Ceará, 2001b.
- _____. *IURD: Uma Organização Wellfare*. Rio de Janeiro: Mimeo, 2002.
- _____. *Igreja Universal: uma organização providência*. In: ORO, Ari Pedro, CORTEN, André e DOZON, Jean-Pierre (orgs). *Igreja Universal do Reino de Deus – os novos conquistadores da fé*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- MAFRA, Clara. *Os evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- MARIANO, Ricardo. *Os neopentecostais e a teologia da prosperidade*. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo: CEBRAP, 1996.

- MARIANO, Ricardo. A Igreja Universal no Brasil. In ORO, Ari Pedro, CORTEN, André e DOZON, Jean-Pierre (orgs). Igreja Universal do Reino de Deus – os novos conquistadores da fé. São Paulo: Paulinas, 2003a.
- _____. O reino de prosperidade da Igreja Universal. In ORO, Ari Pedro, CORTEN, André e DOZON, Jean-Pierre (orgs). Igreja Universal do Reino de Deus – os novos conquistadores da fé. São Paulo: Paulinas, 2003b.
- Mariz, Cecília e MACHADO, Maria das Dores C. Mudanças recentes no campo religioso brasileiro. In: Antropolítica. Nº 5. Niterói: UFF, 1998.
- MENDONÇA, Antônio Gouveia. Protestantismo no Brasil: um pouco de história. In: LANDIM, Leilah (org.). Um Panorama do Protestantismo Brasileiro Atual. Sinais dos Tempos: tradições religiosas no Brasil. Rio de Janeiro: ISER, 1989.
- MESTRINER, Maria Luiza. O Estado entre a filantropia e a assistência social. São Paulo: Cortez, 2001.
- MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social. São Paulo: Cortez, 2002.
- NASCIMENTO, Rogério Ferreira. Os pentecostais em Juiz de Fora: da obscuridade ao poder. In: TAVARES, Fátima e CAMURÇA, Marcelo (org.). Minas das Devoções – diversidade religiosa em Juiz de Fora. Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF/PPCIR, 2003.
- OLIVEIRA, Heloísa. Cultura política e assistência social: uma análise das orientações de gestores estaduais. São Paulo: Cortez, 2003.
- OLIVEIRA, P. Religião e Dominação de Classe. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.
- ORO, Ari Pedro, CORTEN, André e DOZON, Jean-Pierre. Introdução. In: ORO, Ari Pedro, CORTEN, André e DOZON, Jean-Pierre. Igreja Universal do Reino de Deus – os novos conquistadores da fé. São Paulo: Paulinas, 2003.
- ORO, Ari Pedro. Igreja Universal: um poder político. In: ORO, Ari Pedro, CORTEN, André e DOZON, Jean-Pierre (orgs). Igreja Universal do Reino de Deus – os novos conquistadores da fé. São Paulo: Paulinas, 2003.
- _____. Religião e Política no Brasil. In: ORO, Ari Pedro (org.). Religião e Política no Cone Sul: Argentina, Brasil e Uruguai. São Paulo: Attar, 2006.
- PEREIRA, Potyara. A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996.
- _____. A política social no contexto da seguridade social brasileira: a particularidade da Assistência Social. In: Serviço Social e Sociedade. Nº. 56. São Paulo: Cortez, 1998.
- QUEIROZ, M. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: Fausto, B. (org.). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III – O Brasil Republicano – Volume 1. São Paulo: DIFEL, 1978.

- QUIROGA, Ana Maria. Caridade, filantropia e justiça e os modelos de ação social. In: Praia Vermelha: estudos de política e teoria social. Nº 5. Rio de Janeiro: UFRJ/Escola de Serviço Social/ Coordenação de Pós-Graduação, 2001.
- RAICHELIS, Rachel. Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998.
- RODRIGUES, Marly. A década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às praças. São Paulo: Ática, 1992.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. 2ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- SERDEIRO, Rosane Carmanini. A Igreja Universal do Reino de Deus e sua inserção em Juiz de Fora. In: TAVARES, Fátima e CAMURÇA, Marcelo (Org.). Minas das Devoções – diversidade religiosa em Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF/PPCIR, 2003.
- SHAULL, Richard. Reconstrução da vida no poder do espírito. In: CÉSAR, Waldo & Richard SHAULL. Pentecostalismo e futuro das Igrejas Cristãs – promessas e desafios. Petrópolis: Vozes/Sinodal, 1999.
- SIMÕES, José Pedro. Mediações religiosas no Serviço Social. In: Praia Vermelha: estudos de política e teoria social. Nº 3. Rio de Janeiro: UFRJ/Escola de Serviço Social/ Coordenação de Pós-Graduação, 2000.
- _____. Assistentes sociais e religião: um estudo Brasil/Inglaterra. São Paulo: Cortez, 2005.
- SOUZA, Fátima Valéria. A Política de Assistência Social: começando o debate. In: REZENDE, Ilma e CAVALCANTI, Ludmila Fontenele (org.). Serviço Social e Políticas Sociais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006
- SPOSATI, Aldaíza (org.). Cidadania ou Filantropia: um dilema para o CNAS. São Paulo: Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC-SP, 1994.
- SPOSATI, Aldaíza. Assistência x Assistencialismo x Assistência Social. In: Coletânea de Textos Básicos para a 1ª Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília, CNAS/ABONG, 1997.
- SPOSATI, Aldaíza. et alli. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 1985.
- TELLES, Vera. Questão social e cidadania. Caxambú: ANPOCS: Mimeo, 1991.
- VIEIRA, Evaldo. Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- YASBECK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. São Paulo: Cortez, 1993.

